



DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE ABRIL DE 1978

Presidente: Ex.º Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.ºs Srs. Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo
 Maria José Paulo Sampaio
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO: — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Continuou o debate na generalidade sobre as propostas de lei do Orçamento Geral do Estado e do Plano para 1978, verificando-se intervenções dos Srs. Deputados Marques Mendes (PSD), Vítor Louro (PCP), Chaves Medeiros (PS), Luís Marinho (PS), Sousa Marques (PCP), Carvalho Ribeiro (PSD), Ruy de Oliveira (CDS), Acácio Barreiros (UDP), Domingos Abrantes (PCP), António Rebelo de Sousa (PSD), Carlos Carvalhas (PCP), António Guterres (PS), Ângelo Correia (PSD), Veiga de Oliveira (PCP) e Amaro da Costa (CDS).

Intervieram também o Sr. Secretário de Estado do Planeamento (José Manuel Serrão) e o Sr. Ministro do Comércio e Turismo (Basilio Horta).

Usaram ainda da palavra, para pedir ou dar esclarecimentos ou para protestos, os Srs. Deputados António Guterres (PS), Mendes Godinho (PS), Dieter Dellinger (PS), Vítor Louro (PCP), Marques Mendes (PSD), Alda Nogueira (PCP), Carlos Carvalhas (PCP), Magalhães Mota (PSD), Luís Marinho (PS), Ludovico da Costa (PS), Lopes Cardoso (Indep.), Carlos Brito (PCP), Veiga de Oliveira (PCP) e Aires Rodrigues (Indep.).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Fez-se a chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Agostinho Martins do Vale.
 Albano Pereira da Cunha Pina.
 Alfredo Fernando de Carvalho.
 Álvaro Monteiro.

Amadeu da Silva Cruz.
 António Barros dos Santos.
 António Cândido Macedo.
 António Chaves Medeiros.
 António Fernandes da Fonseca.
 António José Pinheiro Silva.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Armando F. C. Pereira Bacelar.
 Beatriz Almeida Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Laje.
 Carlos Justino Luís Cordeiro.
 Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
 David dos Santos Silva.
 Dieter Dellinger.
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
 Fernando Abel Simões.
 Fernando Reis Luís.
 Francisco António Marcos Barracosa.
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
 Henrique Manuel Velez Marques dos Santos.
 Herculano Rodrigues Pires.
 João Luís Duarte Fernandes.
 João Luís Medeiros.
 João da Silva.
 Joaquim José Catanho de Menezes.
 José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José Ferreira Dionísio.
 José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.
 Ludovina das Dores Rosado.
 Luís José Godinho Cid.
 Manuel Augusto de Jesus Lima.
 Manuel Pereira Dias.

Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
 Maria Margarida Ramos de Carvalho.
 Rui Paulo do Vale Valadares.
 Serafim Olindo Ramos Bastos.
 Telmo Ferreira Neto.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Social-Democrata (PSD)

Alvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Joaquim Veríssimo.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 Armando António Correia.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Casimiro Gomes Pereira.
 Francisco Braga Barroso.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 João José dos Santos Rocha.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Joaquim Lima Monteiro Andrade.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Alvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 Manuel A. de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Maria José Sampaio.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Rui Mendes Tavares.
 Vitor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

António Joaquim Navalha Garcia.
 António Marques Matos Zuzante.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido de Matos Gago.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Eduardo Sá Matos.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim S. Rocha Felgueiras.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Cavalheira Antunes.

José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.
 Raul Luís Rodrigues.
 Victor Henrique Louro de Sá.

Independentes

Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

No decurso da sessão, estiveram presentes, na respectiva bancada, membros do Governo.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 109 Srs. Deputados.

Está aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente — Vamos dar inicio aos nossos trabalhos e informo que só para a discussão na generalidade ainda nos faltam nove horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de lei do Orçamento em debate é, relativamente às autarquias locais — há que reconhecer-lhe —, bem pior do que a que aqui se votou em fins de 1976.

Embora venha sendo afirmado ao longo do presente debate, ainda que sem razão, que o PSD não tem formulado «críticas de fundo» às propostas em debate, o certo é que estas, dadas as suas profundas lacunas e a sua constante carência de justificação, pouco mais permitem dizer do que isto: escreveu-se muito, mas quase nada se quis dizer, esclarecer ou justificar. Omittiram-se os motivos que determinaram muitas das opções feitas.

Do texto do artigo 4.º da proposta de lei do Orçamento fica-nos a prova de que o Governo pretende continuar a fazer uma distribuição de verbas pelas autarquias, verbas essas a que se convencionou chamar de «verbas livres», sem ficar constituído na obrigação de justificar minimamente tal distribuição.

Esta matéria, porém, será apreciada na especialidade quando justificarmos as propostas de alteração que fizemos seguir já para a Mesa; todavia, se tal omissão terá a sua razão de ser, ela é simultaneamente a demonstração de que o Governo proponente gosta de afirmar, mas não de justificar, as suas afirmações e os motivos que as determinam.

A isto também se poderá chamar vencer sem convencer! Clareza é que é virtude que não reside nas presentes propostas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na Lei n.º 11/76 previa-se, no tocante ao MAI, uma despesa de 15 016 milhões de contos, verba essa que na revisão da Lei n.º 87/77 passou a ser de 17 122 milhões de contos.

Na proposta actual a verba prevista para esse Ministério é de 10 643 milhões de contos, o que se traduz numa redução de cerca de 6500 milhões de contos; isto significa, desde logo — e se assim não for esperamos ser devidamente esclarecidos —, que haverá uma substancial redução na distribuição pelas autarquias das já referidas «verbas livres».

No relatório anexo, e no que diz respeito aos «Orçamentos das autarquias locais» — um capítulo de uma vacuidade impressionante —, afirma-se, no entanto, que, dado o apreciável aumento previsto no ano de 1978 para as contribuições predial e industrial e para o imposto de capitais, será superior a receita prevista para as autarquias locais; e isto porque a estas cabem determinados adicionais sobre tais impostos: 35 % sobre a contribuição predial rústica, 17 % sobre a contribuição predial urbana, 14 % sobre a contribuição industrial e 10 % sobre o imposto de capitais.

As verbas previstas na lei de revisão do OGE — Lei n.º 60/77 — eram, no referente a tais impostos, de 10 800 milhões de contos, enquanto as previstas na lei em debate para os mesmos impostos são de 15 810 milhões de contos, ou seja, mais 5810 milhões; face às taxas dos adicionais sobre esses mesmos impostos para as autarquias não vislumbramos a possibilidade de estas virem de modo algum a arrecadar verbas equivalentes aos números mencionados nessa parte do já referido relatório.

Bem gostaríamos que o Governo, em termos claros, precisos e objectivos, demonstrasse que estamos errados; com isso muito lucrariam os gestores locais.

Nesse mesmo relatório fala o Governo nas derramas, mas parece esquecer que estas só poderão existir se vierem a ser aprovadas, nos termos da legislação em vigor, pelos órgãos autárquicos competentes; e é de recear que em vários casos, face à sobrecarga fiscal que o Governo vai lançando constantemente sobre as populações, tais órgãos as não venham a aprovar, pelo menos nas taxas habituais, e isto para não onerarem mais o já tão sobrecarregado povo português.

No tocante ao imposto de comércio e indústria a que nessa parte do relatório igualmente se faz referência, cremos bem ser demasiado optimista o Governo proponente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os textos anexos à proposta de lei em apreciação são imensamente deficientes para uma constatação efectiva desta matéria, o que impede que a mesma seja analisada pelo menos com a profundidade desejável; esperamos que o Governo ao elaborar o Orçamento seja capaz de proporcionar uma clara demonstração do que ora afirma, vaga e imprecisamente, sendo que tal procedimento deverá ser adoptado em obediência até ao que se prescreve no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 64/77, de 26 de Agosto.

Que ao menos aí, e então, se tente justificar o que ora o Governo não conseguiu fazer!

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E já agora, que também aí fique claro se o Governo pretende criar, mediante dotação própria, um instituto para o desenvolvimento das comunidades e se com ele se quererá liquidar o que resta da autonomia das Casas do Povo!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres para pedidos de esclarecimento.

O Sr. António Guterres (PS): — O Sr. Deputado afirmou que os textos apresentados pelo Governo eram extremamente deficientes. Gostaria de saber quais os elementos que, de acordo com a lei de enquadramento do Orçamento Geral do Estado e de acordo, aliás, com o que o próprio texto constitucional define a esse respeito, deveriam constar e não constam. É que eu próprio não sou capaz de reconhecer nenhum.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes para responder, se assim o entender.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Chamo a atenção ao Sr. Deputado António Guterres para o facto de que talvez seja conveniente ler o que se diz sobre os orçamentos das autarquias locais nos relatórios, a fls. 54 e 55. Escoreveu-se — como eu disse —, falou-se, mas não se disse nada. Números atirados vagamente, sem um mínimo de justificação, sem qualquer razoabilidade e apontando, inclusivamente, matérias que nem sequer têm a ver com o Orçamento, neste domínio, como é o caso do comércio e indústria, derramas, etc.

Ora, o que na lei de enquadramento se diz é que haverá orçamentos. Além disso, o artigo 44.º é bem claro quando se refere ao plano de distribuição de verbas. Também, neste domínio, nada se menciona nesta parte do relatório. Daí a razão da profunda e total deficiência e omissão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro, para uma intervenção.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo, considera que a crise económica portuguesa é de carácter estrutural e para ela aparentemente defende solução correcta — incentivou o aumento da produção nacional — porém não à nossa medida mas à medida da integração europeia.

Surge aqui a primeira linha de orientação que vicia todo o Plano, já que tal integração não passa de um mito salvador. Note-se que é exactamente no sector agrícola que residem as maiores impossibilidades de tal integração, como vem sendo reconhecido pelos próprios responsáveis estrangeiros. Já aqui demonstrámos noutras oportunidades que para isso não é negócio que interesse aos Portugueses, e em primeira mão aos pequenos agricultores e aos trabalhadores da Reforma Agrária, cujas estruturas produtivas são, aliás, expressa ou camufladamente rejeitadas pelos responsáveis da CEE.

Tudo o mais é, a nosso ver, consequência desta falhada opção e tem a sua expressão numérica na previsão de um crescimento do sector de apenas 5 % — de tal forma reduzido que a sua participação no produto interno bruto não cresceria senão 0,2 %.

Por um lado, porque reconhecendo embora o carácter estrutural da crise, na busca da respectiva saída

despreza essa importantíssima alteração das estruturas agrícolas realizada através da Reforma Agrária. Tal como o Programa, o Plano ignora pura e simplesmente essa realidade, e consequentemente esbarra, derrotado, nessa monstruosa falsidade que é a afirmação de não ser possível «esperar, a curto prazo, as alterações estruturais indispensáveis a uma rápida dinamização da produção interna».

Nós não concebemos que seja quem for, e muito menos o Governo, não encare com o devido interesse as possibilidades abertas com a liquidação de grande parte do latifúndio, que permitiu já, mesmo praticamente sem apoio do Estado, e quantas vezes contra ele, modificar radicalmente o sistema produtivo na agricultura do Sul. Dito são prova, entre outros factos, os mais de 80 000 ha desbravados e o aumento de 9000 ha de regadio. Ninguém pode ignorar que a produção cerealífera aumentou logo no primeiro ano, que as áreas semeadas são muito superiores, que a produção de arroz e de tomate passou de pouco mais de 96 000 t antes da ocupação para 219 000 t no ano passado (o dobro); que os efectivos pecuários passaram de 358 000 para 710 000 cabeças, isto é, duplicaram.

O meio milhar de unidades de produção que exploram esse milhão de hectares na zona da Reforma Agrária tem, pois, uma forte capacidade de desenvolvimento, que constitui um autêntico desafio à capacidade do próprio Governo: bastava que desse resposta aos numerosos pedidos de crédito para investimento apresentados pelas UCP's e cooperativas de produção, para que em vários meses tivéssemos consideravelmente aumentada a produção nacional de carne e leite, cereais e outras culturas.

A outra linha para o aumento da produção passa, quanto a nós, pela criação de condições de estabilidade e do apoio às pequenas explorações campesinas, que constituem uma massa enorme de mais de meio milhão e nas quais se produz uma importantíssima percentagem da produção nacional.

Ora a verdade é que o Plano nada nos diz também sobre elas, e apenas podemos contar com a afirmação que o Sr. Ministro aqui fez ontem em sua defesa. Porém, que vemos para além das suas palavras? Vemos que o Plano não diz uma palavra sobre os circuitos de comercialização que ao Estado cumpre estabelecer para libertar os pequenos agricultores, bem como às UCP's e cooperativas de produção, da inevitável descapitalização forçada a que são sujeitos pelos intermediários. Como de igual modo não diz uma palavra sobre a alteração da lei do arrendamento rural (que sem dúvida não pode limitar-se à eventual alteração do artigo 19.º), na certeza de que é urgente alterar vários aspectos, para defender os rendeiros dos despejos selvagens e da incerteza que acompanha a sua actividade e a sua vida, e por isso mesmo os impede de realizar os investimentos indispensáveis ao aumento da produção.

Há, porém, um aspecto digno de realce neste quadro. Confirmando as razões que nos assistiram quando aqui discutimos, em duas outras ocasiões, o problema do crédito agrícola, vemos agora que um quarto das despesas orçamentadas do sector da agricultura e pescas se destina a bonificar as taxas de

juro dos empréstimos a conceder pela banca. Perante este número, melhor se compreenderá a importância daquilo que venha a ser a política de orientação do crédito.

E melhor se compreenderá também a nossa preocupação ao denunciar, como aqui fizemos, o perigo resultante de António Barreto ter nomeado para a chefia do IFADAP pessoas que não dão garantias de realizar uma política de crédito democrática. E agora expressamos a nossa profunda preocupação por ver reforçar essa chefia, a vários níveis, com homens que, ao lado daquele ex-Ministro, deixaram o Ministério da Agricultura e Pescas completamente desfeito e inoperante e com ele se revelaram totalmente incapazes de resolver um único problema da agricultura e das pescas, antes pelo contrário, agravaram a situação desses sectores.

Porém, vai mais longe a nossa preocupação. É que hoje, como se sabe, na prática não funciona o crédito de médio e longo prazos para os pequenos agricultores e UCP's e cooperativas de produção, e a avaliar pelas afirmações do Sr. Ministro essa situação vai manter-se até ao final do ano. Por outro lado, se tivermos presente que um empréstimo da Caixa Geral de Depósitos mesmo negociado com o Estado nunca demora menos de um ano a negociar, bem se compreende que a inscrição de tal verba no Orçamento Geral do Estado pode muito bem não ter qualquer consequência prática neste ano.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: É um facto o redudíssimo apoio estatal ao fomento agrícola no decorrer do ano passado. Pois a verdade é que, comparado com o OGE do ano passado, o que agora nos propõe o Governo apresenta um aumento real das verbas destinadas à agricultura de apenas 10% — o que confirma, do ponto de vista orçamental, a tacanha da política que vimos criticando. Por outro lado, a intenção de aumentar a produção agrícola é mais uma vez desmentida pelo próprio Governo, se compararmos a actual proposta com a que foi apresentada em Outubro passado, já que enquanto as despesas totais do Estado diminuíram 1,4%, as que respeitam ao sector da agricultura e pescas reduziram-se em 17%.

Não queremos, no entanto, deixar de sublinhar com apreço que o mesmo não se verifica em relação às pescas, sector que pela primeira vez desfruta de uma considerável disponibilidade orçamental virada para o investimento.

Porém, em relação à agricultura, desconhece-se a aplicação prevista de mais de 60% das verbas inscritas como «despesas de capital», o que não permite uma correcta avaliação do esforço que o Estado se propõe fazer em investimento.

Finalmente, e por casos concretos que conhecemos, somos forçados a criticar também o próprio critério de afectação dos recursos, não se vendo que o Governo trate de os canalizar para onde pode esperar mais rápidos resultados. Exemplificando com a arborização e a instalação de pastagens: enquanto com as receitas normais do Estado o Governo garante a beneficiação de mais de 5000 ha de propriedades privadas dispersas, para o que não existe sequer qualquer plano técnico, cobre apenas 4500 ha do

sector público, com a agravante de contemplar apenas menos de 20 % dos pedidos em carteira referentes a este sector.

Ora uma política que vise o rápido aumento da produção tem de orientar mais correctamente os recursos. E aqui, é claro, o lugar de destaque que deve caber à Reforma Agrária e ao sector público em geral, isto é, às UCP's e às cooperativas de produção, às empresas nacionalizadas do sector e aos baldios, onde é possível, em curto prazo, obter resposta apreciável aos investimentos.

Mais uma vez afirmamos, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, que só na zona da Reforma Agrária e considerando apenas os cereais, as oleaginosas, as novas culturas, a batata, as forragens e a pecuária, é possível aumentar a produção agro-pecuária em mais de 10 milhões de contos em apenas dois anos!

A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Aqui ficam, mais uma vez, alguns aspectos da alternativa democrática que temos vindo a propor.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Godinho.

O Sr. Mendes Godinho (PS): — Sr. Deputado, ouvi como é meu hábito com atenção o que acabou de dizer.

Considero que o que costuma dizer acerca das pessoas e a atribuição de culpas às pessoas que estão neste ou naquele serviço por qualquer mal sucedido revela um mau critério de apreciação da realidade portuguesa. As coisas não andam melhor ou pior por ser concretamente este ou aquele homem que está em determinado lugar. As coisas não dependem tanto disso como, realmente, da própria organização.

Vozes do PCP: — Ah! ...

O Orador: — Isso talvez seja uma coisa que ficou nos Portugueses depois do salazarismo.

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — O Sr. Deputado ...

O Orador: — O Sr. Deputado criticou que só se programasse um crescimento de 5 % na agricultura em Portugal. Acha então possível que o aumento do produto agrícola bruto seja superior a 5 % num ano?

Entende o Sr. Deputado que o crédito, os circuitos de comercialização não foram já suficientemente tratados nesta Assembleia para vir dizer agora que isso não está nem nas preocupações do Governo nem nas preocupações dos partidos que apoiam o Governo?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dieter Dellinger também para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Dieter Dellinger (PS): — No seguimento de muitas outras intervenções que aqui ouvimos, V. Ex.* fala na tacanhez das verbas destinadas à agricultura.

Anteriormente, outro Deputado, de outro partido, falou também na exiguidade das verbas destinadas à administração local.

É evidente que é possível, e todos nós estamos de acordo, que todas as verbas destinadas à totalidade das despesas orçamentais sejam exígues, tacanhas; é evidente que é possível, parcialmente, fazer a crítica relativamente a todas as verbas — estou convencido de que ainda vou ouvir falar na tacanhez dessas verbas no que respeita à saúde, à educação, aos transportes e a muita coisa mais. E as perguntas que faço são as seguintes: Se os aumentos das receitas fiscais, que já foram criticados aqui, são quase de 40 %; se o *deficit* previsto para este ano é de cerca de 60 milhões de contos — o que faz com que a dívida pública aumente, até ao fim do ano, em cerca de 280 milhões de contos e o pagamento de juros seja superior a 23 milhões de contos —, pergunto se há efectivamente, uma alternativa no campo das receitas, contenção do *deficit* par aquém dos 280 milhões de contos; se, efectivamente, os 280 milhões constituem uma verba, enfim, excessivamente pequena, ou seja, se ela poderia ser de 300, 400, 500 milhões de contos; se a receita fiscal, em vez de aumentar 40 %, deveria aumentar 60, 70, 100, 200, 300 %; se o que está, portanto, relacionado com isto — o *deficit* na balança de pagamentos previsto para 40 milhões de contos — deveria ser de 60, 70, 100, 200, 500 milhões de contos...

Risos do PCP.

... sei há quem empreste esse dinheiro; se há, na verdade, disponibilidades financeiras suficientes neste país para se obterem essas receitas.

É que criticar a despesa sem propor, na globalidade da receita, possibilidades de ela aumentar em função daquela crítica que se faz é, pura e simplesmente, má fé.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro para responder, se assim o desejar.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Srs. Deputados, pelos vistos o Sr. Deputado Dellinger ainda não tinha começado a aquecer os motores antes de falar e por isso não percebeu o sentido da minha intervenção, porque não me referi à tacanhez das verbas, mas, sim, à tacanhez da política, o que é bem diferente.

Relativamente ao aumento das receitas do Estado já o meu camarada Cavalheira Antunes aqui disse, ontem, como ela, em certa medida, se poderia operar e até ao final do debate apresentaremos outras soluções. Porém, não fiz a reclamação de mais verbas para o sector agrícola. O que critiquei foi a má canalização das verbas existentes.

O Sr. Deputado Mendes Godinho, defendendo essa bela figura de que não há rapazes maus ...

Risos do PCP.

... pretendeu convencer-nos de que se podem fazer omeletas boas com ovos maus. Isso não é possível, como se sabe, e fica por aqui a resposta a essa questão.

Quanto ao crédito, peço apenas que leia agora o texto que eu li, porque não comprehendeu o que lá estava.

Relativamente ao produto agrícola bruto e às suas possibilidades de crescimento, é evidente, e está contido na minha própria intervenção, que ele pode aumentar mais de 5% porque, como disse, pode aumentar em vários milhões de contos contando só com algumas das principais culturas e só com uma parte da geografia agrária do nosso país.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Chaves de Medeiros para uma intervenção.

O Sr. Chaves de Medeiros (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: O sector das pescas raramente tem sido tratado nesta Assembleia com o cuidado e com o carinho que por tradição e por direito o merece — situação já reconhecida pelo Dr. Luís Sais, titular do MAP, quando ontem propôs, e muito bem, um amplo debate. A nossa situação geográfica impõe uma ligação estreita com o mar e desde sempre nos habituámos a ir buscar aí aquilo que dele podíamos extraír.

O abandono, a falta de apoio e a sujeição a que os pescadores foram votados, reduziu progressivamente as possibilidades de captura, por envelhecimento do material, por falta de motivação pela profissão, por insegurança permanente no trabalho, contribuindo para que alguns dos seus melhores profissionais abandonassem a pesca e procurassem outros ramos de actividade a sua subsistência e dos seus familiares com mais segurança e com menos riscos.

Passos decisivos foram, no entanto, já dados na criação de bases estruturais e institucionais, para debelar a crise que, desde há décadas, afecta o sector.

Crise essa que, por ser do tipo estrutural, é de morosa solução e só com uma conjugação de esforços entre os vários parceiros se poderão encontrar prazos e insuflar uma nova dinâmica ao sector capaz de o fazer responder cabalmente ao chamamento que, nesta época economicamente difícil, o povo português lhe faz.

A contribuição para o produto nacional bruto (0,8%) em nada corresponde às suas reais possibilidades. Somos uns latifundiários de água, possuímos uma habilidade nata para a captura, no entanto continuamos a importar peixe.

O aumento da zona de pescas para a área das 200 milhas põe à disposição dos pescadores portugueses novos pesqueiros, até agora explorados por profissionais de outras nacionalidades, que, dotados com modernas técnicas piscatórias, permitirão não só o abastecimento da nossa população, tão carecida de proteínas, mas ainda o fornecimento de espécies à indústria conservera, cujo peso na balança de pagamentos terá de ser substancialmente aumentada.

A verba orçamental destinada ao MAP reflecte, em certa medida, as realidades da economia portuguesa não, se podendo dizer (eu, pelo menos, não o farei) que peca por excesso. No entanto, o seu aproveitamento racional e equilibrado poderá suprir

algumas carencias e desencadear o processo de investimentos no sector dos resultados de exploração do próprio sector.

Disse o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, quando da apresentação do Programa do Governo, que era preciso pescar mais. Pois que o sector nacionalizado, cooperativo e privado tenham presente esta verdade: nada se poderá fazer pelos trabalhadores do mar, com este ou aquele outro orçamento, sem a compreensão, a vontade e o trabalho desses homens.

A área nacionalizada do sector herdou uma situação de falência técnica e económica que tem custado alguns sacrifícios aos trabalhadores e ao erário público. A sua transformação estrutural está em marcha, por isso confiamos que, a curto prazo, suprirá a crise e será o motor e o exemplo de uma exploração racional e equilibrada.

As cooperativas estão em pleno crescimento e a sua proliferação demonstra o querer dos pescadores num trabalho conjunto e na sua emancipação laboral, que os conduzirá, por certo, aos benefícios totais do esforço despendido nas capturas. A criatividade própria deste tipo de associativismo faz-nos acreditar no seu futuro.

O sector privado tem e continuará a ter uma importância própria e de relevante contributo, já que foi extraordinariamente enriquecido com a vinda dos pescadores das nossas ex-colónias, de cuja experiência profissional muito há a esperar.

A rede do frio será, a curto prazo, uma realidade e então não mais será necessário devolver ao mar o pescado, por incapacidade da sua total absorção, nem vendê-lo no alto mar, pela incerteza de um preço compensador em terra.

Os mecanismos de apoio de assistência social, segurança no trabalho e direito à reforma justa constam já do Programa do Governo aqui aprovado. A sua concretização depende do orçamento que proximamente iremos votar.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Por ser necessária água e peixes não quero aqui deixar de me referir à piscicultura e salientar as experiências em curso de fruticultura e crustáceos de água doce. Também aí o Governo promoveu e desenvolveu o aproveitamento dos nossos rios e barragens, para que as populações rurais possam ter uma alimentação mais rica e variada e vender momentos de lazer e desintoxicação aos cidadãos, quer nacionais, quer estrangeiros. Vamos aproveitar o latifúndio com que a Natureza nos dotou e fazer ver que Portugal tem três andares, dois dos quais são líquidos e de nenhuma forma possui a pequenez que muitos (mesmo dizendo-se portugueses) querem que tenhamos.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do CDS.

O Sr. Presidente: — Não há mais Deputados inscritos para o uso da palavra?

Pausa.

Uma vez que ninguém a pede, vamos votar na generalidade, não?

Pausa.

Têm cinco minutos para reflexão, Srs. Deputados... E estamos a perder tempo, o que, de certo modo, é maçador. E eu não posso descontar este tempo. Tenho a impressão de que não nos estamos a prestar em coisa alguma com esta situação. Peço o favor da vossa ponderação.

Aplausos gerais.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Era para interrogar a Mesa sobre o cumprimento da regra da alternância. Salvo ento, usaram já da palavra, nesta sessão, os grupos parlamentares do PCP, do PSD e do PS. Falta intervirem o Governo e o CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro.

O Sr. Ministro - Adjunto do Primeiro - Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A observação que agora foi feita pelo Sr. Deputado Magalhães Mota, tem o Governo a dizer o seguinte: a regra da alternância tem de ser, naturalmente, interpretada em termos hábeis.

O Governo, nas duas últimas intervenções gastou cerca de oitenta minutos. Os grupos parlamentares têm-se remetido a uma táctica de pequenas intervenções. Naturalmente que o Governo podia ter desdobrado as suas duas intervenções em oito, se as desdobrasse em fascículos. Penso, portanto, que a regra da alternância tem de resultar da conjugação entre uma certa distribuição das intervenções e uma certa duração das mesmas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo considera que está a cumprir honestamente a regra da alternância.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — No nosso regulamento, efectivamente, diz-se que «deverá, dentro do possível, observar-se a regra da alternância...». Esse «possível» interpretá-lo-ão os Srs. Deputados como entenderem.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, era só para lembrar que também, em termos de tempo, o Governo dispõe de mais tempo do que o meu grupo parlamentar e é apoiado por dois grupos parlamentares, pelo que o seu tempo bem poderia somar-se.

O Sr. António Macedo (PS): — Querem obrigar os outros a falar!

O Sr. Presidente: — Seja como for, estou a começar a aborrecer-me ...

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O mais que poderei fazer é suspender a sessão, o que me parece extremamente lamentável, mas fa-lo-ei se isto continuar assim. Suspendo a sessão e recomeçá-la-ei daqui a pouco tempo.

O Sr. António Guterres (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Bem, mas já vejo um Deputado a pedir a palavra.

Tem a palavra, Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi o último grupo parlamentar que interveio até agora neste debate. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista é, por outro lado, o grupo parlamentar que tem menos tempo disponível neste debate. No entanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista preocupa-se com a dignidade desta Assembleia e com a atenção que os nossos trabalhos estão certamente a merecer ao povo português. Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai inscrever, de seguida, outro dos seus elementos para uma intervenção.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marinho para uma intervenção.

O Sr. Luís Marinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Quase a terminar o debate parlamentar conjunto sobre as propostas de lei do Orçamento e Plano, raras têm sido as intervenções da Oposição sobre a política orçamental.

Dir-se-ia que após a intervenção do Sr. Ministro das Finanças sobre as premissas fundamentais donde decorre a política orçamental do Governo, a posição designadamente do PSD, se remeteu a um silêncio sobre alternativas de fundo que não queremos acreditar traduzir uma aprovação tácita, ainda que de sabor amargo.

De facto, perante o peso da evidência da gravidade da situação económica e financeira, o rigor da análise global feita pelo Ministro e a lógica coerente das medidas para superar a crise, não se estranha que difícil se torne para a oposição apresentar uma alternativa concreta e harmónica que, deixando de lado os intuições piedosas e as críticas parcelares e de pormenores, abandonando os exercícios de estilo mais ou menos verbais, se apresente nos seus fundamentos e no seu desenvolvimento menos austera ou mais apta a satisfazer o interesse nacional.

Isto é, a Oposição se fosse poder não faria o que verbalmente promete e adoptaria certamente algumas medidas de política tão austeras ou mais que aquela que estão hoje em discussão. A não ser que fosse irresponsável.

Nem se pensa, de resto, que as propostas em discussão não mereçem críticas. Em democracia não há infalibilidade. Mas se o Governo não é infalível, muito menos o é a Oposição pelo simples facto de o contestar. E muito menos o será, nesta situação particular, quando a uma alternativa governamental não é capaz de contrapor uma outra, quer porque não quer quer porque teoricamente se encontra dividida.

Uma voz do PCP: — Não quer?

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O presente debate abriu sob os auspícios do rigor: Nem o tempo que se vive nem a dignidade desta Assembleia exigem de nós outra atitude que não seja essa. Rigor que se terá de traduzir na análise da situação económica, na construção de alternativas globais e na coerência das medidas de política. Tudo isto no quadro do respeito pela Constituição e pela democracia real para que aponta. O Governo deu o exemplo e cumpriu. Disse como vê a situação, o que pensa sobre ela, o que quer e o que vai fazer. A oposição ainda não o fez.

Em democracia, as grandes questões políticas (e o Plano e o Orçamento são-no) discutem-se na sua sede própria: o Parlamento. E seria mau para a democracia que assim não tivéssemos de concluir no final do debate. Porque das duas uma: ou a oposição não estaria à altura de se opor ao Governo no Parlamento, dizendo-lhe, e aos Portugueses, o quer e como quer, apresentando-se como alternativa com credibilidade para ser Governo — e o pluralismo esvair-se-ia na incompetência da oposição por muito incompetente que o Governo fosse — e isto seria mau para a democracia; ou a oposição ou oposições escolhem o terreno extraparlamentar para se opor ao Governo, manipulam na Imprensa, agitam os sectores laborais, manifestam-se na rua ou boicotam a Administração — e então a oposição já não seria ao Governo, mas ao regime, já não seria democrática mas, sim, totalitária.

Seria o caminho do *modus faciendi* artificial das crises que aproveitaria hoje mais do que nunca, aos inimigos da democracia aos revanchistas, ao regresso ao passado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Subordinou-se a feitura do Orçamento para 78 aos grandes objectivos da política de estabilização, indispensável para que num curto prazo se possa diminuir significativamente o *deficit* das transações correntes, se possa controlar a inflação ao nível de 20% e se possa não agravar o actual nível de desemprego. É esta a lógica de uma política global não excessivamente deflacionista, gravosa, que seria em termos sociais e políticos, para a democracia portuguesa, uma opção mais contracionista.

Deste quadro de equilíbrio decorre uma certa austerdade para todos os sectores da vida económica, e particularmente em matéria orçamental — se nem tudo são rosas nem nem tudo são cardos. A proposta orçamental reflecte que em 78 o Estado gastará o mais que lhe for possível para satisfazer as necessidades colectivas a um nível razoável e o desenvolvimento moderado da actividade económica, mas também gastará o menos que lhe for necessário para não acentuar desequilíbrios da nossa economia; assim como dobrará o mais que lhe for possível para obter receitas indis-

pensáveis e cobrará o menos que lhe for necessário para não prejudicar a actividade económica, agravar o nível de vida e garantir a justiça tributária: Daí que, na lógica fundamental do quadro definido, o Governo se impusesse uma redução substancial do *deficit* do sector público administrativo, de — 14,8 milhões de contos no Orçamento revisto de 77 para — 4,8 milhões de contos no Orçamento de 78, o que, traduzindo a manutenção em termos reais do consumo público e permitindo a contenção do recurso ao crédito por parte do sector público administrativo, se adequa aos objectivos macroeconómicos definidos no Plano e garante a sua concretização, dada a dependência directa deste sector ao Governo, que assim dispõe de um instrumento privilegiado para confirmar a possibilidade de *contrôle* dos desequilíbrios que nos afligem.

Admite-se que para alcançar estes objectivos a pressão fiscal tenha de subir de 25,8 para 27,2%. E que a parcela de rendimentos disponibilizada pela tributação directa suba de 13,9 para 15%. Estabelece que a participação dos impostos indirectos nos preços de bens de consumo e capital se eleve de 11,8 para 12,4%, não contabilizando, no entanto, os subsídios concedidos às empresas públicas e aos produtos que integram o «cabaz de compras» no valor total aproximado de 29 milhões de contos.

Teve-se a coragem de agravar ligeiramente a tributação directa, sem contudo se pôr em causa as perspectivas de investimento, e mesmo aí se fez uma diferenciação importante, entre rendimentos do trabalho e do capital, agravando menos fortemente os primeiros que os segundos. E ainda que em relação às taxas a perspectiva fosse de um acentuado realismo, justificam esta atitude a natureza própria destas receitas, que sempre reflectem uma contrapartida que o Estado deve obter quando proporciona uma vantagem de utilização directa e quando se pensa que as empresas públicas deverão deixar de receber subsídios para fornecer receitas para o Estado, como aliás já acontece com o sector bancário, ainda que a contragosto de muita gente.

Em matéria de tributação indirecta, não se poderá dizer que se potencia a inflação em virtude dos agravamentos, quando se sabe que o maior imposto do Estado, o de transacções, subirá a sua taxa de 1%.

E mesmo neste campo se avançou com a tributação do *leasing*, o que mais que justiça tributária, reflecte um processo de *contrôle* positivo sobre o capital estrangeiro.

Não se diga, portanto, que por via da política fiscal se agravam as perspectivas de consumo dos Portugueses ou se potenciam efeitos negativos na actividade económica.

Atenção especial mereceu do Governo a situação dos pequenos empresários quando, em termos de desagravamento fiscal na contribuição industrial, se propõe a elevação do limite de 180 para 280 contos do quantitativo referente a remuneração dos sócios, considerado como custo de empresa, ou a elevação para 60 contos da remuneração do contribuinte para fixação dos lucros.

Além destes desagravamentos, significado positivo de compensação perante os sacrifícios pedidos e

necessários revelam as medidas de actualização dos valores dos prédios urbanos destinados a habitação para benefício de isenção da contribuição predial, a revisão das taxas de imposto profissional e a definição do limite de isenção em 80 contos, as alterações na progressividade deste imposto e a revisão dos quantitativos das reduções ao rendimento do agregado familiar, relativas ao contribuinte, cônjuge, adoptados e enteados, no imposto complementar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como dizia no princípio desta intervenção, não se tornou líquida, até este momento, a atitude das oposições.

O Sr. Luís Cid (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não sabemos ainda se teremos de concluir este debate com a convicção de que há duas ou uma só oposição de bloco ao Governo. Não tem sido difícil para esta Câmara compreender a filosofia política da oposição de princípio que o PCP faz ao Executivo. Os princípios em que se afirma, a prática política deste partido, e as questões em que bate insistentemente, permitem compreender o seu modelo de sociedade e as medidas que propõe para resolver os nossos problemas. Seriam, de certo, muito mais duras que aquelas que vigoram hoje e comprometeriam o desenvolvimento futuro.

Vozes do PCP: — Não apoiado!

O Orador: — Mas já tem sido mais difícil perceber, qual a alternativa concreta que o PPD/PSD propõe. Críticas parcelares, muitas vezes contraditórias, a deixar traduzir uma ideia de oposição por oposição. Mais tomadas de posição fora desta Câmara sobre questões de política geral, que propostas de alternativa neste hemicycle sobre o Orçamento e Plano. E mesmo quando avança com críticas, as mais das vezes sob a designação formal de perguntas ao Governo, não sabemos de que lógica fundamental elas derivam, não sabemos, por exemplo, se o PSD entende ou não que a lógica coerente das soluções passa por aceitar que é preciso atenuar o *deficit* das transacções correntes. Como não concluímos ainda que posições de princípio, liberais ou social-democratas estão por detrás das suas posições. Quando implícita ou explicitamente se opõe ao saneamento financeiro das empresas públicas, criticando o montante de subsídios que lhe é atribuído, numa desconfiança que já não consegue esconder perante este novo sector da estrutura económica em que vivemos, teremos de perguntar se a sua filosofia económica é liberal ou social-democrata, se quer orçamentos pequenos ou orçamentos necessários.

O Sr. Luís Cide (PS): — Muito bem!

Neste domínio quase diríamos que as suas posições são por orçamentos curtos, pela neutralidade das finanças. Mas quando se trata de criticar a política geral do equilíbrio do *deficit* das transacções, então a ideia que subjaz às suas proposições é a da exigência de orçamentos largos, acusando de contracionistas, geradores de miséria e mal-estar, as propostas do Governo.

Ou seja, o PPD/PSD quer ao mesmo tempo o sol e a lua, exigindo simultaneamente um orçamento pequeno (quando é preciso que seja maior para defender o sector público da economia) e um orçamento grande (quando se exige que seja menor para sanear os desequilíbrios externos).

Por isso não admira que, por vezes, tenhamos a sensação de que só há uma oposição. Precisamente quando o PPD/PSD recupera a argumentação do PCP para acelerar todas as suas críticas.

E não só aqui também em sectores extraparlamentares isso vem acontecendo. A nova sensibilidade «obreirista» do PSD vem configurando um pisar de pegadas da táctica do PCP, que nos coloca a questão de saber se de um momento para o outro este partido, no seu entendimento, passou de totalitário a partido democrático.

Uma voz do PSD: — Coitado!

O Sr. Vítor Louro (PCP): — É míope!

O Orador: — Não nos esquecemos das posições rígidas contra a eventualidade de acordos do Governo com o POP, tomadas há bem pouco tempo pelo PSD. E admira-nos hoje perceber que o PPD, que nunca faria acordos com o Partido Comunista em matéria de Governo, se entenda agora na táctica em matéria de oposição.

Risos do PSD e do PCP.

Só que este caminho, temos de o dizer, é perigoso, não para o Governo mas para a democracia. Corre-se o risco, a ser assim, de constituir um bloco social de oposição onde se misturam na confusão ideológica argumentos de direita e posições de esquerda, donde poderá resultar o aproveitamento inteligente das forças anticonstitucionais, dispostas a derrubar o regime democrático. A oposição ou oposições cabe tudo fazer para derrubar o Governo. Mas não pode, sob pena de percorrer caminhos táticos dentro ou fora do Parlamento que ponham em causa o sistema democrático, manter-se nessa atitude.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Vamos para o Governo, Sr. Deputado!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se no final deste debate se puder concluir, com clareza, que o Governo disse o que queria e como queria e que as oposições apresentaram críticas de fundo e alternativas globais, este debate valeu a pena.

Se tal não acontecer, terá perdido a democracia porque lutamos uma grande oportunidade de se afirmar.

O Sr. Lino Lima (PCP): — Este Sr. Deputado é um brincalhão!

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Era só para uma pergunta muito simples, que não merecerá mais aquilo que acabou de dizer o Sr. Deputado.

Face ao que nós ouvimos e às referências feitas à exposição do Sr. Ministro, queria apenas ser esclarecido o seguinte: Se efectivamente o Governo — e se o Sr. Deputado puder esclarecer — está ou não disposto a responder às interrogações e às dúvidas que aqui já foram suscitadas.

O Sr. Agostinho do Vale (PCP): — Ah!, ah!, ah!...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro, também para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Uma questão muito simples: o Sr. Deputado escreveu esta intervenção antes do início deste debate, não foi?

Aplausos do PCP.

Risos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Luís Marinho tem a palavra para responder, se assim o entender.

O Sr. Luís Marinho (PS): — O Sr. Deputado põe a questão de saber se o Governo está ou não disposto a responder às questões que lhe são postas neste debate pela oposição. Como o Sr. Deputado sabe, isso verificou-se ainda agora, e às vezes esta Câmara encontra-se em sérias dificuldades para poder concluir se o Governo tem ou não oposição pela frente. Pelo que o Sr. Deputado viu, antes da minha intervenção, foi extremamente difícil conseguir-se que a oposição se decidisse a fazer intervenções de fundo em relação às propostas de lei do Governo em discussão.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado do PCP, acho que é uma intervenção provocatória...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É o costume!

O Orador: — ... e portanto acabo por não lhe responder.

Vozes do PCP: — Ainda bem!

O Sr. Presidente: — Estamos sem inscrições, Srs. Deputados.

Quem se inscreve?

Pausa.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Parece que voltamos a cair no mesmo impasse de há pouco e o Grupo Parlamentar do PCP entende que o aviso feito pelo Sr. Deputado António Guterres se dirigia ao seu parceiro partidário no Governo ...

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — E ao Governo!

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Temos uma intervenção, temos.

O Orador: — O Partido Comunista, como sempre tem afirmado, entende pelo seu empenhamento dignificar também esta Câmara, e por isso mesmo, se o CDS não tiver ninguém inscrito para intervir, nós inscrevemos mais um Deputado para usar da palavra nessa parte do debate.

O Sr. Presidente: — Quem se inscreve, então?

A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP): — Afinal, não está ninguém inscrito!

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Estão a acabar de passar à máquina.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques para uma intervenção.

O Sr. Lino Lima (PCP): — O CDS está com as máquinas paradas!

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O constante aumento da dívida nacional, particularmente da dívida pública, parece ser uma fatalidade histórica sem solução. Quer o I Governo quer o II, não se mostraram capazes de resolver esta situação. No entanto, há medidas a tomar que enquadradas numa política global de desenvolvimento económico e de independência nacional, numa política de defesa e consolidação das formações económicas nascidas da Revolução de Abril, permitiriam a sua resolução.

Entre 1975 e 1977 a dívida pública aumentou mais de 100 %, já que, sendo de 128 milhões de contos no final de 1975, passou para 197 milhões no ano seguinte, atingindo os 270 milhões em finais de 1977. Face a estes valores, é utilizada uma parcela cada vez maior do Orçamento Geral do Estado para o pagamento de juros e amortizações. Os encargos com esta dívida foram de 4,3 milhões de contos em 1975, subiram para 7,6 milhões em 1976, atingiram os 14,7 milhões em 1977, estando previstos, para o corrente ano, 28 milhões de contos. Fácil é verificar que os encargos cresceram assim, no mesmo período, cerca de 350 %, o que relativamente aos já referidos 100 % de crescimento da dívida denuncia o agravamento das condições em que esta tem sido contraída.

Para pagar estes encargos, que sobem em flecha, os Governos têm aumentado os impostos enquanto vão reduzindo as despesas com a saúde, a educação, a habitação social, etc. Isto é, fazem com que a apergoadade austeridade, que vão pondo em prática, recaia fundamentalmente sobre os trabalhadores, fazem com que a crise seja paga por quem produz riqueza e não é responsável pela difícil situação económico-financeira.

Quanto à dívida externa, só em 1977, ela passou de 105 milhões de contos, em Janeiro, para 210 a 220 milhões, no final do ano. Para além da crise geral do capitalismo que teve repercussões negativas excepcionalmente fortes na nossa balança de pagamentos, devido à estrutura económica herdada do fascismo, há razões objectivas que explicam o problema do endividamento externo nacional, que é necessário não esquecer e de que passo a citar alguns exemplos: boicote interno dos grupos monopolistas e multina-

cionais com redução da produção e aumento do desemprego; transferências ilegais de fundos para o estrangeiro efectuadas pelos capitalistas e por altos dignatários do regime fascista; boicote por parte do imperialismo, decidido, quer autonomamente quer a solicitação da CIP, Sá Carneiro e companhia; deterioração dos termos de troca, nomeadamente em relação aos países da chamada «Europa connosco»; aumento espectacular da população residente, devido à quebra drástica na emigração e ao retorno de nacionais; uma política externa e uma política comercial viradas para a criação de dificuldades nas relações comerciais com os novos países de África; finalmente, a partir da tomada de posse do VI Governo Provisional de hegemonia PS/PPD, esta situação foi agravada pela política de recuperação capitalista persistentemente levada a cabo não só por este Governo mas também pelos que se lhe seguiram.

Há que recordar, uma vez mais, que foi depois de 1975 que os problemas da dívida externa se agravaram. Documentos oficiais, como um relatório da OCDE sobre a situação económica em Portugal em 1974 e 1975, afirmaram — e isto é para quem insiste em responsabilizar o primeiro ano e meio de Revolução pela situação económico-financeira — que «surpreendentemente» a economia portuguesa havia resistido melhor, durante este período, à crise geral do capitalismo que a maior parte das economias dos países capitalistas e que «seria de prever, com razão, que dificuldades económicas muito mais graves do que as verificadas resultassem da conjugação de tão excepcionais circunstâncias». Acresce ainda que, em 1975, não só se pagavam dívidas ao exterior, que vinham do passado, como se reduziu o *deficit* da balança comercial, como foi ainda possível ao VI Governo Provisional receber 860 t de ouro e cerca de 15 milhões de contos em divisas, que bem poderia ter utilizado para reanimar a economia com uma política patriótica e nacional. Depois disto a situação alterou-se. Agora, já não poderá a OCDE dizer o mesmo, pois a degradação económico-financeira de Portugal tem sido bastante superior à dos países capitalistas.

Para isso contribuiu decisivamente o início das negociações com o Fundo Monetário Internacional e a sujeição às suas imposições. É conhecido que a receita única e cega do Fundo Monetário International, independentemente da situação concreta de cada país, visa, em último caso a submissão destes países ao imperialismo e a perda da respectiva independência nacional. É hoje claro, e o povo português sabe-o bem na prática, ao que conduziu a sujeição a imposições como a da liberalização do comércio externo, a da desvalorização do escudo, a do aumento das taxas de juro, tudo isto enquadrado numa política contracionista de produção e consumo, que recai, fundamentalmente, sobre os trabalhadores.

Ainda quanto à dívida externa há que sublinhar que embora pela classificação oficial a dívida pública externa corresponda a um terço da dívida externa total, a verdade é que quem responde pelas dívidas do Banco de Portugal, da banca comercial nacionalizada e das empresas nacionalizadas é, em última análise, o património público. Por conseguinte,

o Estado responde efectivamente por mais de 80 % da dívida externa total, o que correspondia, em 31 de Outubro de 1977, a 167 milhões de contos. Nestas condições é inaceitável que o grande capital, que domina o comércio por grosso e o comércio de importações e exportações, sem quaisquer entraves ou controlos, continue a apropriar-se não só de lucros legítimos mas, e sobretudo, dos lucros de monopólios e especulativos que desse mesmo domínio resultam, enquanto o Banco de Portugal e toda a restante banca nacionalizada se vêem obrigados ao crescente endividamento externo com vista à cobertura do *deficit* da balança de pagamentos. Como repetidamente temos afirmado, e já aqui, durante este debate, foi referido, há uma necessidade absoluta e imperiosa de aumentar a produção industrial e agrícola e de reduzir as importações, quer pela via da contingencia efectiva e devidamente controlada quer pela via da sua substituição por produção nacional.

Esta política de alegre e (in)consciente endividamento não se verifica apenas no campo das relações externas mas também ao nível da dívida interna.

Em relação a esta, que totalizava 150 milhões de contos em 31 de Dezembro de 1976 e 212 milhões de contos em 31 de Dezembro de 1977, estando previsto o valor de 270 milhões em 31 de Dezembro de 1978, apenas cerca de 5 % é tomada pelos particulares, enquanto o Banco de Portugal, através da emissão de moeda, possui cerca de 50 % dos títulos de dívida pública. Ora esta situação não corresponde de facto a uma captação de poupanças por parte do Governo mas a um crescimento da massa monetária com eventuais reflexos inflacionistas de que os trabalhadores são os principais a sofrer as consequências.

O facto de aqui levantarmos esta questão não significa que advoguemos um Orçamento Geral do Estado sem qualquer *deficit*, mas sim que esse *deficit* deve corresponder a investimentos produtivos, deve ser coberto fundamentalmente por real captação de poupanças e deve ser reduzido através de um aumento de receitas baseado numa política fiscal e de preços que, conforme já aqui foi sublinhado em anteriores intervenções do meu grupo parlamentar, não faça incidir sobre os trabalhadores todo o peso da austerdade. Uma política fiscal que não beneficie os rendimentos do capital e agrave os do trabalho como acontece actualmente. Uma política de preços que impeça o capital de fazer repercutir sobre os trabalhadores a quase totalidade dos seus encargos fiscais, como se tem vindo a assistir, agravada ainda este ano pelas alterações que vão ser introduzidas no imposto de transacções.

Estas as nossas propostas nesta matéria. Mas não termino sem salientar um outro aspecto que diz respeito ao investimento estrangeiro: passam a repetir-se os casos de antigamente em que o capital investido de origem externa representa uma percentagem mínima, enquanto a banca nacionalizada, num investimento privado, adianta a parte de leão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O constante aumento da dívida nacional, particularmente da dívida pública, parece ser uma fatalidade histórica sem solução. Quer o I Governo quer o II não se mostraram nem mostram capazes de resolver esta situação, enquanto se preocupam em

prosseguir, isso sim, uma política de recuperação capitalista.

Por outro lado, a Assembleia da República continua a não ser informada atempadamente pelo Governo da real situação do País neste campo, enquanto, por responsabilidade dos grupos parlamentares da coligação PS/CDS, continua a não se definir o regime jurídico dos avales do Estado e a impedir, consequentemente, que esta Assembleia controle tais operações.

Pela nossa parte apontámos e, continuaremos a apontar, medidas alternativas que, enquadrando-se numa política de recuperação económica e de independência nacional, permitam a defesa e consolidação do Portugal democrático nascido da Revolução e definido na Constituição.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Antes de conceder a palavra ao Sr. Deputado que se inscreveu para pedidos de esclarecimento, quero assinalar à Câmara a presença numa tribuna de três Deputados centristas das Cortes Espanholas, para os quais peço os vossos cumprimentos e as vossas saudações.

Aplausos gerais.

Peço ao Sr. Vice-Presidente José Vitoriano o favor de me substituir por uns momentos, para eu poder apresentar cumprimentos aos Srs. Deputados espanhóis no meu gabinete.

Neste momento, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dieter Dellinger para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Dieter Dellinger (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Sousa Marques mais uma vez falou parcelarmente, falou no ano de 1975, neste caso no *deficit* sem pôr o problema, nos outros aspectos inter-relacionados, que teriam a ver com a despesa. Mas, relativamente a 1975, o Sr. Deputado não teve honestidade...

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Já vamos a isso!

O Orador: — ... de dizer que a taxa de crescimento do investimento foi de — 45,6 %, que o produto interno bruto, ao custo dos factores, em 1975, desceu 4 %, e que, desde que existem estatísticas económicas sobre o produto interno bruto, em Portugal, não é conhecido nenhum decrescimento de 4 % num ano. Em 1976 o investimento subiu 25 % e em 1977 subiu 43,6 %. Em 1976, o produto interno bruto, ao custo dos factores, subiu 5,4 % e em 1977 só 6 %. Houve idêntica a uma quebra de 45 % no investimento. É natural que as importações tenham diminuído, pois sabemos que o nosso país tem sido sempre um grande importador de equipamentos fabris e, como tal, toda aquela enorme rubrica de máquinas e de equipamentos terá, pelo menos, descido nesta percentagem.

V. Ex.^a salienta sempre que a importação desceu 25 %, mas a exportação desceu 15 %. Portanto, não há razão para considerarmos o ano de 1975 um ano

bom, um ano suscetível de servir de exemplo, atendendo principalmente ao investimento.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Tanta asneira junta!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques para responder.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Deputado Dellinger, em primeiro lugar queria lamentar que o Sr. Deputado, à mistura com várias V. Ex.^{as}, dissesse que eu não tinha tido a honestidade de dizer isto e mais aquilo e mais aquello. Eu disse o que disse. É a posição do meu partido e é bom que fique claro que nós temos tido sempre ao longo da nossa história a honestidade de falar verdade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto às questões que levantou, francamente, interrogo-me se o Sr. Deputado ouviu a minha intervenção ou não. Centrei a minha intervenção concretamente em questões de dívida pública — dívida interna e externa. Apontei as razões para uma determinada situação e a minha intervenção era clara nesse aspecto. No entanto, devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que relativamente à questão dos investimentos no ano de 1975, eu salientei na minha intervenção porque é que tinha havido quebra de investimentos. Com certeza que o Sr. Deputado não conseguiu ler nas entrelinhas, mas peço-lhe para ler a minha intervenção quando forem distribuídas cópias.

Quanto ao produto interno bruto, gostava de lhe dizer o seguinte: é que a diminuição do produto interno bruto no nosso país foi menor do que a que se verificou na generalidade dos países capitalistas.

Vozes do PS: — Não é verdade!

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano (Vítor Constâncio): — Não é verdade!

O Orador: — Esses números estão publicados. Foram referidos nesta Assembleia, sem qualquer contestação na altura.

É a única coisa que lhe posso dizer.

Para além disso, Sr. Deputado, queria recordar-lhe, e muito rapidamente, atendendo a que tenho pouco tempo, que o PS esquece que as pastas económicas dos Governos Provisórios do ano de 1975 eram precisamente vossas...

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Lá vem outra vez com isso!

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Não gostam de ouvir as verdades!

O Orador: — ... e apenas no curto intervalo do IV e do V Governos Provisórios é que o PS pode alijar as responsabilidades nesse campo.

Vozes do PS: — Só!?

O Sr. Presidente: — Voltamos a estar sem inscrições ...

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Era apenas para dizer que, compreendendo as dificuldades do Governo em responder às questões...

Vozes do PS: — Que questões?

Risos do PS e do CDS.

O Orador: — ... e as dificuldades do CDS em respeitar a alternância ...

Vozes de protesto do CDS.

O Orador: — ..., nós inscreveremos um Deputado.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro — (Almeida Santos): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro: — O debate está a tornar-se repetitivo e agradável este diálogo com o Dr. Magalhães Mota, mas presto mais um esclarecimento.

Há pouco, o Sr. Deputado Marques Mendes pôs o problema de o Governo estar ou não disposto a responder a todas as perguntas. Exactamente porque está disposto a responder a todas elas é que parece que deve reservar-lhe a faculdade de falar em último lugar. O equilíbrio dos tempos é bastante grande e basta dizer que o Governo dispõe apenas de 80 minutos. A seguir, porque está prevista uma intervenção final do Sr. Ministro das Finanças e do Plano, em que tentará responder a todas as perguntas não respondidas até este momento, uma de duas: ou a oposição quer que o Governo responda a todas as perguntas — e tem de concordar que o Governo deve falar em último lugar — ou, efectivamente, não quer que responda a todas, e então deve provocar que o Governo fale antes da própria oposição.

A Sr.ª Maria Emilia de Melo (PS): — Muito bem!

O Orador: — De qualquer modo, parece-me que a regra da alternância não é uma regra rigorosa e não se trata de o Governo se recusar a falar antes de falar a oposição, mas de salvaguardar a possibilidade de o fazer com maior utilidade. E eu sustento que o fará com total utilidade se o fizer em último lugar.

Portanto, insisto em que o Governo não está a jogar à defesa. Está precisamente a reservar a possibilidade de responder a todas as perguntas da oposição porque a oposição as faz — e peço desculpa por esta observação — fora de estação, porque de momento nenhuma pergunta, praticamente, foi feita, à excepção, a que devo prestar aqui homenagem, do Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. António Guterres (PS): — Muito bem!

O Orador: — Depois, no decurso do debate em que o Governo esperava que lhe fossem feitas críticas, foram-lhe com frequência, quase sistematicamente por alguns partidos, feitas perguntas. Por mim pergunto quando é que acabam as perguntas e como é que se quer que o Governo responda a todas elas se não falar em último lugar!?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Era apenas para dizer que seria útil para o debate que o Governo respondesse pelo menos a algumas perguntas.

Risos do PS e do CDS.

Mas, como disse há pouco, compreendemos a dificuldade e inscreveremos um Deputado.

Risos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Ribeiro para uma intervenção.

O Sr. Carvalho Ribeiro (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ainda que em relação ao anterior, o presente Orçamento Geral do Estado programe para o Ministério da Agricultura e Pescas um aumento de 1,8 milhões de contos, é legítimo concluir-se que 4,4% do total das despesas orçamentais resultará naturalmente insuficiente, tendo em vista o objectivo de promover um desenvolvimento agrário capaz de corresponder às exigências e à indispensabilidade de um aumento acelerado da produção, por um lado, e, por outro, deter o crescente mal estar dos campões e dos pequenos pescadores artesanais. Até porque o Governo, em termos percentuais globais, entendeu por bem diminuir em 0,8% as despesas orçamentais reservadas aos sectores agrícola e pesqueiro, cuja população activa, importa reafirmar-se, é das mais, senão a mais, carenciada e empobrecida, mesmo depois do 25 de Abril, o que é de lamentar.

Ignora-se, e seria bom saber-se, que critérios presidiram à política socio-económica do Governo para baixar percentualmente as referidas despesas relativamente ao ano de 1977.

Embora sejam pequenas as despesas previstas para o sector primário, há, contudo, que entender que se corre o risco, pela falta de concretização de projectos de desenvolvimento agrário, pela desarticulação dos serviços e dado o sucessivo adiamento da efectiva regionalização do MAP, de infelizmente, se chegar ao fim de 1978 na situação de as verbas sobejarem, o que seria deplorável. Situação sobremaneira preocupante e paradoxal esta, em que desde já deve atentar o Governo, designadamente o MAP, no sentido de provindenciar para que tal facto não venha a consumar-se. Para tanto, urge, e de que maneira, que o Governo tome medidas imediatas para o concluir dos projectos existentes em gabinete, para a elaboração

de outros e actue de modo a concluir-se aqueles cujas obras estão em curso.

Pode com certeza o Governo dar a conhecer os novos projectos que prevê estudar, os que decorrem em fase de gabinete e os que actualmente estão a ser construídos.

A propósito dos projectos de desenvolvimento agrário previstos e em curso, alguns repercutem-se a mais curto prazo numa política económica relacionada com a substituição de importações e com o acréscimo da produção agrícola, componentes relevantes para o reequilibrar da balança comercial.

A oficialização da demarcação de regiões vitivinícolas é um dos projectos que importa sobremaneira levar à prática. Portugal não deve nem poderá continuar a deixar subutilizadas zonas vitivinícolas, sob pena de, com fundamento, sermos acusados de não sabermos aproveitar aquilo que temos doado pela Natureza.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Já em Janeiro de 1977 focámos nesta Câmara tão relevante assunto, porquanto o vinho, quando de qualidade é um dos produtos que mais poderá concorrer para o crescer do volume e da qualidade das exportações.

O Sr. Fernando Pinto (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Com efeito, há que definir novas zonas demarcadas e redefinir as já existentes, com o objectivo da produção de vinhos de qualidade a partir da caracterização das exigências dos consumidores. É preciso, pois, proceder-se a uma criteriosa reconversão da vinha, e atentarmos no facto de que a produção vinícola atinge cerca de 12% do PAB (produto agrícola bruto) quando a vinha perfaz apenas 7% da área agrícola.

Outro projecto de desenvolvimento que constitui um imperativo do Governo é o da silvo-pastorícia, actividade adequada às zonas pobres do interior e de montanha, tradicionalmente subutilizadas. Regiões montanhosas, que hoje são objecto de particular atenção dos Governos, designadamente nos países industrializados da Europa, sobre as quais terão de incidir imediáveis medidas de protecção e desenvolvimento, a fim de pôr cobro ao fosso das assimetrias regionais.

No caso português, já não se trata apenas de salvaguardar valores valiosos do meio ambiente — o que, aliás, só de per si estaria muito e plenamente em consonância com imperativos constitucionais —, mas sim de encontrar uma política agrária que aproveite os recursos naturais existentes e que impeça a sua crescente delapidação. Política destinada ainda a melhorar o nível e a qualidade de vida das populações de montanha, que se situam incontrovertivelmente entre as mais desfavorecidas, diríamos persistentemente desfavorecidas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A silvo-pastorícia, que segundo muitos técnicos deveria ocupar lugar cimeiro em vastas zonas do País, em que estado se encontra? É certo que os baldios foram devolvidos às comunidades, mas

não menos certo é que não se encontrou a forma institucional, descentralizada e que respeite os direitos das autarquias locais, apta a promover o aproveitamento de zonas relativamente às quais é imperioso encontrar o equilíbrio — sem dúvida metindoso e difícil — entre o aproveitamento florestal e a pastorícia, actividade que as pobres populações serranas não podem dispensar. Por outro lado, torna-se cada vez mais imperioso proceder a um ordenamento do território, estabelecendo condições de viabilidade para a criação de ovinos e caprinos, revitalizando, sempre que possível, as formas comunitárias próprias das zonas de vida mais dura e penosa, como é o exemplo das vezeiras, que ainda perduram e outras novas se constituem, e que desmentem aqueles que vêm os rurais como capazes de viver apenas, e só, sob o individualismo exacerbado ou sob a tutela estatal.

Um projecto de desenvolvimento da silvo-pastorícia que se impõe ainda pela necessidade instante de atenuar a dependência do exterior, exige, no entanto, um conjunto de medidas coerentes e não cerceadoras, de sentido bem diferente dos recentes Decretos-Leis n.º 439-D/77 e 439-E/77, sobre os cortes e ordenamento florestal, até agora ainda não revogados por esta Câmara.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Condição considerada pelo consenso dos técnicos como decisiva para o desenvolvimento da silvo-pastorícia, mas que apesar disso continua esquecida, é a dos calcários para corrigir a acidez dos prados nas regiões montanhosas, prática indispensável ao seu melhoramento. Torna-se indispensável uma política de preparação dos calcários agrícolas, através da instalação de unidades produtoras, em consonância com uma política coordenada de transportes, com intervenção do caminho de ferro, com vista, se possível, a obter isopreços, dando assim iguais oportunidades a todas as regiões e atenuando pelo menos a inferioridade das zonas diminuídas e de difícil acesso, onde ainda há muitos recursos a aproveitar, recursos que hoje, na preocupante situação de dependência alimentar em que nos encontramos, não podem mais continuar a ser desperdiçados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ainda relacionado também com as zonas pobres de montanha, com a pesca artesanal e com a agricultura de pequena dimensão, tem o Governo recebido auxílios provenientes do exterior, designadamente através de um acordo-empréstimo comumente designado Public Law 480.

A propósito deste acordo-empréstimo, em que o Governo português tem recebido produtos agrícolas a juro baixo e amortizável a longo prazo, qual o montante total e o disponível para 1978, sua incidência no Orçamento Geral do Estado e em que projectos de desenvolvimento irá ser aplicado, para o progresso das áreas rurais mais pobres e na possibilidade de fazer os pobres participar activamente em crescente produção agrícola através da agricultura de pequena dimensão, conforme as disposições especiais de acordo estabelecido? Muitas outras questões este assunto suscita, mas ficaremos a aguardar as respostas a uma

intervenção que proferimos em Fevereiro próximo passado.

Todavia, não queremos deixar de referir quanto e quão o apoio proveniente da Public Law 480 poderia concorrer para o desenvolvimento da agricultura de minifúndio — conforme o clausulado do acordo —, na medida em que possibilitaria às pequenas explorações agrícolas a flexibilidade necessária suficiente que permitisse alcançar padrões de produtividade e rendibilidade capazes de absorver a população activa agrícola e retê-la, até que novos postos de trabalho surgissem noutras sectores de actividade. Concomitantemente, um sistema de integração vertical socialmente útil, pela comercialização e industrialização de cooperativas, a montante e a jusante das explorações agrícolas, facultaria aos pequenos agricultores os valores acentuados das suas produções. Política viável através da inequívoca receptividade dos campomessos às inovações e pela intensificação das culturas de regadio em que seja preservada a exaustão do solo.

O Sr. Fernando Pinto (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em Fevereiro e Maio de 1977 levantámos aqui a necessidade da adopção de novas culturas, nomeadamente da beterraba, assunto que posteriormente e durante a discussão do programa do II Governo Constitucional assumiu preocupação de relevo que se generalizou a todos os grupos parlamentares. Daí um empenho agora acrecido para que o Governo de uma vez por todas se decida a transformar a cultura de beterraba num valioso componente do PAB (produto agrícola bruto), pois os ensaios já realizados são concorrentes, pelo que as interrogações, perante tamanha inoperância do Governo em face de uma cultura que poderá auto-abastecer o País de açúcar e aumentar substancialmente a capacidade fornecedora nacional e reduzir o cada vez mais dramático deficit externo.

O Sr. Vilhena de Carvalho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É evidente que a concretização de qualquer projecto económico de desenvolvimento dos recursos naturais e financeiros existentes passa pela boa coordenação e eficácia do MAP, pela descentralização técnica e pela regionalização política das suas actividades.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Depois de uma revolução agrária que deu continuidade ao gigantismo fundiário, que minimizou e marginalizou os pequenos agricultores autónomos e não estimulou o trabalho individual, constitui imperativo do Governo concretizar a Reforma Agrária, com o objectivo de promover a melhoria da situação económica, social e cultural dos campomessos, aumentar a produção e a produtividade de uma agricultura que assegure o melhor abastecimento do País e que seja capaz de criar as condições necessárias para atingir a igualdade efectiva dos que trabalham na agricultura com os demais trabalhadores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Caminho a percorrer para pôr termo ao secular mal-estar agrário, para salvaguarda de um Estado democrático, que pelo trabalho e pela participação activa das populações, será, terá de ser, um Portugal mais livre, de maior vivência democrática e de inequívoca independência.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, aproveito para informar a Câmara de que o Governo acaba de apresentar uma proposta de alteração à proposta de lei n.º 160/I, relativa às grandes opções do Plano para 1978.

Vamos mandar fazer cópias e distribuí-las pelos grupos parlamentares.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui de Oliveira.

O Sr. Rui de Oliveira (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Dentro em breve recordar-se-á de maneira especial, como lhe é devida, em data própria, a revolução que a todos foi oferecida com a promessa, quase uma garantia, de que a justiça social seria a partir dela uma perene realidade na pátria portuguesa.

Todos nós os que aqui estão presentes e a esmagadora maioria dos portugueses acreditou em tal volto, tal como em outros formulados na altura. De todas as oferendas, generosamente feitas ao bom povo de Portugal, algumas houveram que desde a madrugada do 25 de Abril já estivemos em perigo de perder. Porém, uma houve que ainda estamos longe de ver satisfeita — a de que a justiça social imperaria nesta terra, com seculares tradições humanitárias.

De todas as metas que a revolução de 25 de Abril procurou alcançar, aquela a que dedico a minha especial atenção era à partida a mais difícil de atingir, porquanto não é só à custa de descontos para a Caixa, de subsídios do Estado e de outros, de leis regulamentadoras e de promessas demagógicas que se chega a tão sublime estádio.

Para tal, e mais do que tudo, torna-se imperativo que o homem dê voluntariamente uma parte de si próprio, que se humanize, abandonando a sua calcificada postura de animal à defesa, em posição engatilhada, para, sem suspeções, descontraíndo-se, se dar todo a uma sociedade, na qual está inserido e que tanto dele necessita e espera. Só haverá justiça social quando vivermos em plena fraternidade, allamejada situação de que bem longe estamos, por culpa de uns tantos que traindo os princípios da Revolução semearam o ódio, a ruína e a injustiça nesta terra, como talvez jamais tivesse antes acontecido.

Assiste-me dedicar atenção especial neste debate ao capítulo de segurança social, comportamento importante de um todo — a justiça social. Se bem que não deva ser unicamente o Estado a garantir a promoção e a exequibilidade de medidas que assegurem a cada cidadão uma vida estável, em qualquer momento e condição da sua vida, é verdade que uma das suas principais funções como Estado social é a de assegurar a cada um as bases que lhe permitem viver com dignidade, dentro de um padrão de vida que lhe proporciona o acesso a todas as fontes de bem-estar.

Segura e firme caminhada deveria ter percorrido o Portugal democrático, para que o seu Governo, a

breve trecho, pudesse dar satisfação a tantas e tão ingentes solicitações que de todos os lados lhe foram feitas. A garantia de que uma eficiente política de segurança social ia ser posta em prática era o que todos pediam.

Durante três longos anos sempre ouvimos anunciar-se medidas que não se concretizaram e reclamar justiça, principalmente por quem mais contribuiu para descapitalizar moral e materialmente, indistintamente, o Estado, os patrões e os trabalhadores, impedindo-os de intervir decisivamente no planeamento e execução da que se desejava fosse uma sã, efectiva e «revolucionária» política social. Ao contrário do que era desejável e recomendável, no decurso destes anos, vimos os ditos pretensos defensores da classe operária tudo fazerem para limitar o acesso desta a um melhor padrão de vida e à obtenção de maiores e mais justas regalias sociais estáveis.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Ao fim de quatro anos temos cerca de 500 mil desempregados ou trabalhadores em sub-emprego, número que na sua maior parte não resulta da desastrosa e funesta descolonização, mas sim do vergonhoso assalto à máquina produtiva, a qual garantia riqueza e poder de intervenção ao Estado e esperançoso futuro à maioria dos portugueses.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Com tal política que só serviu para satisfação dos pérfidos intentos daqueles que, adulterando intenções, bem se serviram da Revolução, pondo-a em causa, descapitalizaram a Nação, semeando a descrença e a ruína, desmotivando e desmoralizando trabalhadores e empresários, limitando a capacidade de intervenção do Estado numa altura em que ela tão necessária se torna, impedindo-o de chamar a si na plenitude a responsabilidade de a todos acudir, como bem lhe compete e deseja, nesta altura em que a crise social a muitos atinge sem clemência.

Descapitalizados os cofres da segurança social em dezenas de milhões de contos armazenados à custa de uma política de verdadeira agiotagem praticada pelo regime precedente e ainda de dúzia e meia de milhões de contos, como consequência do mau estado de solvência da maioria das empresas que constituem o tandem económico português, como pode o Estado acorrer a todos os lados, cerzindo com a perfeição que lhe é solicitada uma manta cheia de tão grandes buracos?

Qua direito ou moral assiste a certas forças políticas e a uns tantos parceiros sociais de criticar o Governo pelas medidas, as quais reconheço estão longe de serem decisivas, que vem tomado, algumas das quais constam do Orçamento Geral do Estado e do Plano em discussão, quando foram eles os únicos responsáveis pela limitação da capacidade de actuação governamental?

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Num País que se esforça por se relançar e no qual existem tantas crises quantos os vários mundos que o formam, bem difícil é marcar correctamente prioridades, em termos de acção e de conse-

quente mobilização de riqueza, mesmo quando esta é administrada pelo Estado. Em nosso entender, as verbas postas ao dispor da segurança social, embora longe das que seriam desejáveis, são avultadas e estão distribuídas com critério.

Para atender à consecução de uma decisiva política de segurança social todo o quantitativo mobilizado pelo Orçamento Geral do Estado não bastaria, tal o mau estado em que se encontra o País no plano social.

Porque temos de produzir mais riqueza moral, intelectual e material, que sirva de capital acrescentado para a obtenção de um juro alto a aplicar na melhoria de vida dos Portugueses, consciente e responsável, temos de fazer uma política objectiva e realista que nos permita atingir tais fins rapidamente, minimizando o mais possível os prejuízos que todos e cada um dos portugueses, temporariamente, mas necessariamente, têm de sofrer. As grandes opções têm um preço. O percurso para a vitória, até que esta seja alcançada, nunca é fácil.

O importante é que se administrem séria e eficientemente as verbas postas ao dispor do Ministério dos Assuntos Sociais, para que com elas, de um modo definitivo, se consigam atingir prontamente os objectivos anunciados.

É imperativo que, a partir do momento que esta Câmara aprovou a Lei Orgânica da Secretaria de Estado da Segurança Social, ela reforme a sua estrutura e se equipe rapidamente, no que vai obrigatoriamente despender uma significativa quantia, a que se não pode furtar, tendo em vista a necessidade de que os seus serviços se tornem operacionais, dando pronta resposta às solicitações que lhe são feitas, quer como consequência das suas multiplas actividades, quer pela avalanche de desventurados da fortuna que em Portugal existem numa proporção aterradora.

A descentralização, e consequente regionalização, de tão vasta e poderosa máquina é de considerar a curto prazo, e disso julgo estarmos todos de acordo, mas para que se faça dever-se-á com ela despender avultada verba. Tal importância, sem que seja gasta directamente na compra de pão, de um leito, ou de umas andas, permite que à maioria dos cidadãos deste país seja dada a possibilidade de ser prontamente atendida, graças a uma resposta oportuna e justa às suas demandas.

Seguindo uma política de selecção e melhoria dos seus quadros, para o qual credos e bandeiras não sejam jamais motivo de escolha, a Secretaria de Estado da Segurança Social vê aumentar significativamente o quantitativo gasto com o seu pessoal, o que é inevitável, porquanto a justiça salarial tem de se aplicar a todos, sem excepção. Estamos seguros de que jamais será posta em causa a qualidade de trabalho produzido e a razão que hoje preside à escolha de um tão necessário escol profissional, no qual, para além da competência técnica e do respeito pelo seu estatuto de funcionários de um Estado de direito, não é de menos significativa importância os dons cívicos, de honorabilidade e de humanidade que devem presidir às suas relações com os utentes dos serviços a que estejam adstritos.

No campo da acção social, que ambos os documentos consagram, é de referir, com relativo contentamento, o esforço feito para melhorar as pensões de reforma, de sobrevivência e de invalidez. Reconhece-

mos que se está longe de se dar uma resposta satisfatória às carências de uma larga faixa da população deste país, que nós ansiamos ver feliz. Algo se fez e com segurança, não sendo de aceitar o repto que certos parceiros sociais lançaram, numa disfarçada escalada para continuar a ruinosa descapitalização do País que vinham efectuando.

De louvar a decisão tomada de normalizar as pensões atribuídas aos rurais, independentemente do seu sexo, medida justa e de grande alcance, tanto mais que depois do trabalho feito não se distingue o sexo de quem o realizou ao serviço da comunidade.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — De salientar, também, é a subida de valor da referida pensão. Urge aproximar mais e mais as pensões dos rurais das que usufruem os pensionistas em regime geral. É um imperativo de consciência, que o Poder Executivo tem, para a satisfação do qual se torna necessário que se congreguem todas as forças, as políticas e as sociais, de modo a aumentar a estabilidade socio-económica do País e a partir daí o afastamento dos cofres da segurança social. Sem dinheiro nada se faz, venha ele donde vier, mas de bom sinal é que ele chegue às mãos dos beneficiários com marcas evidentes de ter sido já bem manuseado, indicativo de que vivemos numa Nação próspera e confiante.

Não poderei deixar de chamar à atenção para os abusos que se vêm verificando à custa de certos regimes especiais, nomeadamente no dos serviços domésticos, em que há inúmeros beneficiários que jamais exerceram a profissão, mas dela vêm tirando indevidos benefícios.

A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP): — Muito bem! ...

O Orador: — Bem faz o Estado, e de um modo especial este Governo, em dedicar especial atenção e carinho à infância e à terceira idade. A ambas devemos nós o maior respeito e atenção.

Da infância dependerá o futuro e a grandeza da Pátria, bem como o respeito pelas nossas tradições seculares e a garantia do nosso trabalho e bem-estar.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — A terceira idade devemos nós preito e veneração pelo muito que fizeram por nós que lamentavelmente não soubemos prezar, desprezando parte dos seus ensinamentos, conselhos e exemplos. Que o futuro destes dois grandes grupos etários de tão significativo valor moral e material seja venturoso, indicativo evidente de que, além do mais, vencemos a crise que tanto nos aflige e de que, finalmente, alinhavamos ao lado daqueles países livres que não fazem demagogia, nem provocam greves por causas de ordem eminentemente carencial, porque não as têm.

Atribui o orçamento da segurança social uma verba significativa para subsídios de doença e maternidade. Que me seja permitido chamar à atenção do Governo para a necessidade imperativa de se adoptarem medidas apropriadas, não só para que a tradicional baixa seja correctamente concedida, mas para que se possibilite o controlo mais eficaz dos beneficiários que se

encontrem nessa situação. É inadmissível que o subsídio por doença funcione como de desemprego ou pior do que isso, de vadiagem.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Estendendo as mãos àqueles que lamentam que o valor global dos subsídios de desemprego a atribuir seja tão reduzido, face ao número de cidadãos referenciados que se encontram em tão triste situação, retiro-lhas, quando demagogicamente afirmam que ele devia ser enriquecido à custa do enfraquecimento do Fundo de Desemprego. Sabem eles bem, tanto como eu, que se não fora a ajuda decisiva do Fundo às autarquias locais e a um sem-número de empresas, o desemprego era bem maior e que a capacidade de intervenção do mesmo diminuiria a olhos vistos. Porque perdem tanto tempo certos ditos parceiros sociais a tentar intoxicar os incautos e a procurar ludibriar a Nação?

Que me seja permitido, por último, fazer dois reparos de significativo interesse.

Pelo orçamento da segurança social verifica-se a inalterabilidade das taxas a pagar pelos contribuintes, que asseguram o direito a um já considerável número de benefícios sociais. Tais descontos são ao momento dos mais baixos, senão os mais reduzidos da Europa, o que revela a boa vontade do Estado e nos vem mostrar que talvez seja oportuno, para bem dos que mais necessitam da sua acção social total ou supletiva, permanente ou eventual, que se façam estudos que possibilitem a sua eventual, se necessária, revisão em qualquer momento.

Finalmente, em ar de desabafo, afirmo-lhes que bem agrado ficava se tivesse plena concretização a nota de optimismo que o Orçamento nos oferece ao admitir a recuperação de 5 milhões de contos de contribuições em dívida.

Que bom era que tal acontecesse! Seria o sinal indiscutível de que Portugal, finalmente, estava a entrar no caminho da salvação. Se tal se vier a verificar, é de esperar que o recebimento de tão avultada quantia se irá processar através de uma política de compreensão e respeito pelos interesses nacionais, que passam naturalmente pela concessão das indispensáveis facilidades de índole financeira e económica que preservem as empresas, privadas ou estatais, não pondo em risco a que hoje é, ainda, a sua precária sobrevivência e o futuro de centenas de milhares de cidadãos deste já tão martirizado e experimentado País.

Uma palavra de alento e de confiança nos executores da tão complexa acção social que o Plano e o Orçamento Geral do Estado consagram. Sempre de maior envergadura será a actividade deste sector de intervenção estatal, mas que o futuro, a curto prazo, possibilite a criação de outros benefícios sociais próprios de países em pleno e salutar desenvolvimento, em prejuízo da redução e eventual extinção por superfluos de outros, tais como os de doença e desemprego, índices seguros do estado de desenvolvimento de uma Nação.

Termino augurando que em Portugal, pela acção fraterna e responsável de todos nós, se desenvolva uma correcta política social que a todos sirva, possibilitando a concretização da promessa feita em 25 de Abril

de que a justiça social seria uma meta decisiva a alcançar.

Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PS.

A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP): — Era bom que se falasse nas mulheres do CDS ...

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Isto aqui não é a Praça da Figueira!

A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP): — Da Praça da Figueira era a tua mãe! ...

Entretanto reassumiu a presidência o Sr. Presidente Vasco da Gama Fernandes.

O Sr. Presidente: — Eu já concedo a palavra aos Srs. Deputados para desabafarem à vontade ...

Entretanto, queria pedir aos presidentes dos grupos parlamentares, se estivessem de acordo, para estarem presentes numa reunião a realizar por volta das 14 horas e 30 minutos, no meu gabinete. A sua finalidade é estabelecermos algumas regras no que se refere às comemorações do dia 25 de Abril, além de outros assuntos que possam eventualmente interessar-nos. Mas, fundamentalmente, quero comunicar-lhes o que se passa em relação às comemorações do 25 de Abril e pedir a vossa opinião para podermos chegar a um acordo com a Presidência da República.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Planeamento.

O Sr. Secretário de Estado do Planeamento (José Manuel Serrão): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aproveitarei a minha intervenção para dar resposta a algumas perguntas apresentadas nesta Assembleia e o Sr. Ministro das Finanças e do Plano, na última intervenção do Governo, dará resposta a outras questões que eventualmente eu não consiga abordar.

Apresentou o Governo a esta Assembleia a proposta de lei sobre as grandes opções do Plano para 1978.

Resultado de uma profunda reflexão, cujas linhas gerais já constavam, aliás, do Programa deste II Governo Constitucional, as grandes opções do Plano para 1978 constituem uma aposta na nossa capacidade para conduzir a economia portuguesa no sentido da estabilização e da recuperação, não obstante o realismo que presidiu ao diagnóstico apresentado sobre a situação económica e social apontar, só por si, para os estreitos limites que se deparam no campo prático para as decisões a adoptar.

Não deixámos de reflectir profundamente sobre a experiência recente da condução da política económica portuguesa, analisando o impacte das medidas adoptadas e os desvios verificados entre o que em determinado momento se previu e aquilo que acabou por suceder.

Não arredámos da nossa análise quaisquer pistas para a solução dos problemas que se nos deparam.

Pensamos sinceramente que a escolha proposta não sendo isenta de riscos e escolhos, é aquela que melhor corresponde ao objectivo que o Governo a si próprio fixou de superar a crise, em democracia, ou seja, com respeito pela Constituição da República, sem esquecer a necessidade de conciliar tal preocupação

com a perspectiva de contribuir para a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida da população.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O atraso do sistema económico português face à Europa tornou-se mais patente desde que, após o final do ano de 1973, a economia portuguesa entrou em crise, por não se encontrar preparada para aguentar o impacte do aumento dos preços das importações de produtos básicos que o País não produz e de que carece.

Ao aumento do consumo resultante da redistribuição do rendimento operado após o 25 de Abril e ao retorno de nacionais faltou uma resposta rápida de um aparelho produtivo anquilosado, descapitalizado e perturbado com as novas condições socio-políticas que lhe alteraram o padrão de normalidade e protecção à sombra do qual havia subsistido e prosperado, pelo que só a importação pôde dar satisfação aos aumentos de consumo.

Também, por outro lado, a crise económica que se instalou, da mesma forma, noutras países da Europa, fez diminuir em vários casos a procura externa de produtos portugueses.

Em termos muito sintéticos, poderá assim dizer-se que a crise se instalou no âmbito e pela via das relações comerciais com o estrangeiro e que, a curto prazo, será actuando sobre a balança de transacções correntes que, por isso, teremos de agir para superar a crise.

Não haverá portanto qualquer estranheza a que o Governo atribua carácter de grande prioridade ao objectivo de redução do *deficit* da balança de transacções correntes, facto aliás já exaustivamente explicado pelo Sr. Ministro das Finanças e do Plano e reforçado pela facto de os valores finais para o *deficit* do ano de 1977 apontarem para cerca de 57 milhões de contos, contra a última previsão de 53 milhões utilizada para a preparação das Grandes Opções.

Pergunta-se, porém, se será viável reduzir as importações quando o Governo prevê um crescimento do produto interno bruto de 3 %, perguntando-se ainda se o Governo adoptará uma política de restrições generalizadas que afecte matérias-primas e equipamentos.

O pressuposto não colhe. É possível reduzir as importações em 4,8%, segundo os nossos cálculos, apesar de se prever um crescimento de 3% no produto interno graças a três factores:

Uma política selectiva de investimento, restringindo a componente importada em benefício da produção nacional de bens de equipamento, que poderá por isso aumentar;

Um melhor ano agrícola, esperando-se um crescimento real de 5% contra um retrocesso de 10% em 1977;

Uma redução do excesso de *stocks* constituídos em 1977 para cerca de metade.

Não haverá por isso restrições às importações de matérias-primas indispensáveis à laboração industrial. Não se tornará necessário restringir directamente a importação de bens de equipamento mas apenas seleccionar investimentos ponderando o efeito cambial dos projectos a que se destinam, não se afectando recon-

versões de empresas ou grupos de empresas que, por redimensionamento, aumento de produtividade e qualidade dos produtos, mantenham empregos em condições de viabilidade económica acrescida.

As restrições manter-se-ão ao nível dos produtos mais supérfluos, quer por via de contingência de diversos bens, quer pelas sobretaxas cuja eliminação será feita gradualmente, quer pelo planeamento das importações de bens alimentares a cargo de organismos estatais especializados.

Por seu turno, o crescimento das exportações de bens em 6,5% não dependerá essencialmente de actividades muito dependentes de importações — por exemplo, nos têxteis, terá de haver aumentos significativos do valor por melhoria de qualidade e não, certamente, por aumento significativo de quantidade — mas da diversificação de produtos e da penetração em novos mercados de produtos portugueses de maior valor acrescentado nacional que valorizem predominantemente recursos igualmente nacionais, como sejam os produtos agro-industriais.

É questão por isso sobre a qual me atreveria a dizer existir já um consenso geral, embora possa compreender que quadrantes políticos diferentes dêem preferência aos instrumentos que mais adequados se mostram à filosofia política que lhes está subjacente.

A prioridade atribuída ao objectivo de reduzir o desequilíbrio externo implica a adopção de medidas de contenção da despesa interna e de incentivo à produção nacional de que se espera resulte também um abrandamento do ritmo da inflação.

Fixou por isso o Governo, como objectivo a atingir, um nível de inflação próximo de 20%.

Desde logo o Governo preveniu para o que qualificou de nível exigente, não sendo por isso de estranhar o scepticismo que revestem os partidos da Oposição quanto à possibilidade de se atingir tal objectivo.

A clara consciência que se possuía de que, para defesa e dinamização do sector público produtivo e para diminuir o desequilíbrio externo, havia que adoptar uma política de preços mais realistas, no que se refere aos produtos e serviços básicos, e uma política cambial, assente na flexibilidade da taxa de câmbio, seriam só por si factores a considerar ao qualificar de exigente a previsão apresentada de reduzir a inflação para nível próximo dos 20%.

Todavia, concretizando uma política moderada de rendimentos, no que se refere a salários e margens de lucro, controlando mais eficazmente a liquidez da economia, reduzindo o deficit do orçamento público corrente e aperfeiçoando a política de preços, o Governo propõe-se contrariar a auto-sustentação do processo inflacionista, contribuindo por essa forma para a inversão das expectativas dos agentes económicos, numa clara demonstração de que se não opta pela convivência com a inflação, por razões bem conhecidas e descritas no Programa do Governo e no relatório das Grandes Opções e de que destaco apenas a sua natureza socialmente injusta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam que me detenha um pouco sobre o objectivo de criar empregos para, pelo menos, não agravar o desemprego actual, dado ser um aspecto que, muito justamente, tem sido objecto de diversas intervenções neste debate.

Desde há muito que a economia portuguesa não revelava capacidade para gerar empregos que permi-

tissem fixar em território nacional a população. Bem se sabe como nouros tempos se trocava força de trabalho por reservas de ouro. Não é por isso de estranhar que a população residente tenha aumentado apenas cerca de 200 000 habitantes nos vinte anos que antecederam o 25 de Abril.

A emigração encarregou-se de afastar das suas terras centenas de milhares de portugueses que só por essa forma encontraram emprego. Muitos destes — cerca de meio milhão —, porém, retornaram em 1975 e 1976 e desde 1974 a emigração deixou de servir como «regularizador» do emprego em Portugal.

O sucesso dos programas de integração de retornados que se propuseram lançar iniciativas produtivas válidas é um exemplo que, quanto a nós, mostra bem que o problema do desemprego só se resolve se for adoptada uma política nacional de investimento, orientada para tecnologias intermédias de menor intensidade de capital, e uma política de intensificação e diversificação da produção que tenha em conta a incorporação de recursos nacionais, particularmente os humanos.

Para que uma política de criação de empregos tenha sucesso não basta porém que os parceiros sociais perguntem ao Governo o que pretende fazer. É necessário também que cada um adopte as iniciativas que deve e espera, não se fechando em «impasses» de cuja saída muito pouco de esperançoso haverá a esperar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É por isso necessário que as empresas, públicas, privadas ou de propriedade social, encontrem condições para procederem ao seu saneamento económico e financeiro, tornando possível voltarem-se para o lançamento de novos projectos, criando empregos que absorvam gradualmente o desemprego existente.

A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mas não será realista pensar que esta via dará frutos a prazo curto, como é o período deste Plano para 1978.

Ao pretender, pelo menos, não agravar o desemprego actual, até ao final do ano, o Governo demonstra não ceder à tentação da demagogia. No entanto, é importante também salientar estar nas intenções do Governo adoptar medidas para minorar os efeitos deflacionistas que podem resultar das medidas de estabilização. Aliás, tais medidas começaram já a surgir, com o aumento do salário mínimo, das pensões e do subsídio de desemprego e com a redução para doze meses do período de vigência das cláusulas salariais dos instrumentos de regulamentação do trabalho, numa clara prova da preocupação existente de não afectar, no corrente ano, o poder de compra das classes mais desfavorecidas, essencialmente os rurais, os operários menos qualificados, os reformados e os desempregados.

Procurei sinteticamente justificar a escolha dos objectivos fixados para 1978.

Há quem pergunte qual o modelo de evolução espontânea de partida subjacente à elaboração deste Plano. Julgo poder dizer que é um aspecto de consideração elementar. Se em 1978 se admitisse, teoricamente, a manutenção de um crescimento livre do pro-

duto interno bruto ao ritmo de 1977, a elasticidade das importações em relação ao produto interno bruto que, situada entre 1 e 1,5, daria facilmente o resultado, em termos cambiais, de tal evolução espontânea.

Um tal raciocínio é normalmente aplicado em planeamento a médio prazo e não a curto prazo, em que factores conjunturais — como as condições climatéricas e outras — podem afectar fortemente e irremediavelmente, quer a evolução dita espontânea quer a planeada.

Penso por isso sossegar o Sr. Deputado Rebelo de Sousa que é nossa intenção fazê-lo no Plano a Médio Prazo, muito embora se use tal raciocínio mais normalmente em situações em que se pretende determinar quais as acções para atingir um maior nível de crescimento e não tanto para conter esse mesmo ritmo por causa das condicionantes nomeadamente de natureza cambial.

Não tendo até este momento surgido no debate qualquer alternativa quanto a estes objectivos, mas apenas se discutindo aqui e além questões gerais ou aspectos relacionados com os instrumentos e medidas preconizadas, creio poder pensar que os partidos políticos representados nesta Assembleia aceitam, explícita ou implicitamente, o carácter inevitável de uma política, dita de austeridade.

O Sr. António Guterres (PS): — Muito bem!

O Orador: — A questão que se põe, ao Governo e à Oposição, está em provar que, numa Europa em que inúmeros países, dentro e fora do Mercado Comum, atravessam também sérias dificuldades de desequilíbrio externo, de desemprego e de inflação, Portugal tem condições para encontrar saída para a crise.

Essa prova passa, de facto, pela compatibilização de uma política económica que articule a imperiosa estabilização com a indispensável recuperação da economia.

Não é possível no entanto a este Governo apresentar em tão curto espaço de tempo e para um horizonte anual, aliás já encurtado para oito meses, grandes opções que impliquem profundas transformações estruturais, indispensáveis na economia portuguesa, não obstante se reconhecer e claramente se afirmar que a saída da crise não estará certamente apenas na adopção de medidas de política monetária e orçamental ligadas à indispensabilidade da estabilização, ou seja, da redução do *deficit* externo e da inflação. Com efeito, o Governo dá claramente a entender, no documento aqui em discussão, que constitui um factor de certo modo limitativo da perspectiva da recuperação da economia o facto de não se encontrarem ainda aprovadas as Grandes Opções correspondentes a um Plano de Médio Prazo, já que o Plano para 1978 se confina a um estreito horizonte anual, mais próprio para raciocínios e actuações conjunturais do que para fundamentação de uma política nacional que mobilize consensos sobre questões essenciais a que urje dar resposta imediata.

Por isso mesmo foi dada grande prioridade ao arranque dos trabalhos de preparação do Plano de Médio Prazo, cujo relatório de Grandes Opções o Governo se propõe, de acordo com o seu Programa,

apresentar a esta Assembleia até 15 de Outubro próximo, já que a política de estabilização só fará sentido se for articulada com uma política de desenvolvimento económico e social que, sendo de médio prazo, tenha por base decisões que serão tomadas desde já e que têm que ver com o futuro dos Portugueses.

Julgo ser útil dar aqui uma nota, embora muito sumária, de que na preparação das Grandes Opções para 1979-1984, aproveitando o muito material e informação recolhidos e trabalhos para a elaboração do relatório apresentado no ano passado, para o Plano então previsto para o período 1977-1980, se irá dar um enfoque especial centrado sobre alternativas de objectivos, estratégias de desenvolvimento e orientações de política que, a médio prazo, poderão ser adoptadas face às condicionantes previsíveis, quer de âmbito económico, quer de natureza sociológica, quer ainda de cariz político.

Daí a necessidade de analisar e reflectir nomeadamente sobre factores demográficos e recursos humanos, sobre o incremento da produção de alimentos, o padrão de desenvolvimento industrial e as transferências de tecnologia, a modernização da economia e a integração europeia, o ordenamento do território e o aproveitamento de novas formas de energia, tudo isto numa perspectiva de enquadramento que abranja o longo prazo, por forma a encontrar-se um padrão de crescimento que aproxime Portugal dos níveis médios de desenvolvimentos existentes na Europa.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Não está portanto o Governo preocupado apenas em dar resposta ao problema dos desequilíbrios financeiros que se deparam no curto prazo. O lançamento das bases para um tal processo de desenvolvimento pressupõe, no entanto, que se manterão ainda *deficits* externos, embora em nível mais compatível com a nossa capacidade de recurso a fontes de financiamento externo, normalmente acessíveis a qualquer país europeu e que não impliquem sequelas políticas que possam comprometer a independência nacional. E, para se manterem esses *deficits*, embora com menor expressão em anos futuros, será necessário que, por decisão que diz respeito exclusivamente aos Portugueses e não como resultado de pressões vindas do exterior, se adoptem medidas de estabilização em 1978 que permitam demonstrar a nossa capacidade para dirigir a economia e não apenas para ir a reboque dos acontecimentos.

Vozes do PS e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com esta breve referência aos trabalhos preparatórios do Plano de Médio Prazo pretendi tão-somente deixar claro que, ao elaborar as Grandes Opções para 1978, o Governo nunca arredou das suas preocupações a interligação entre a política conjuntural de estabilização e a política estrutural de recuperação e desenvolvimento.

Aquela, não esgota de forma alguma o campo de manobra do Governo, já que os resultados que forem

alcançados com as medidas de superação da crise permitirão lançar bases mais sólidas para o desenvolvimento que os Portugueses ambicionam e a que têm direito. Por isso mesmo está este Governo empenhado em abrir perspectivas de saída da crise, aplicando uma política económica tecnicamente correcta, ditada exclusivamente pelo interesse nacional, e que não se afastará da preocupação de satisfazer as necessidades básicas da população e minimizar os efeitos que possam resultar da adopção de algumas medidas indispensáveis à estabilização financeira.

Conta o Governo com a dinamização do sector empresarial do Estado, que se procurará directamente promover, conta o Governo com o papel da iniciativa privada, que se procurará estimular, conta ainda o Governo com o desenvolvimento do sector da propriedade social, que se procurará apoiar, como forma de, no quadro institucional vigente, possibilitar aos três sectores condições indispensáveis para que possam operar com eficiência em benefício do todo nacional.

Permitam-me, neste momento, apenas uma referência ao sector empresarial do Estado.

A sua dinamização passa, como tem sido repetidas vezes afirmado por este Governo, pela adopção de medidas que possibilitem o seu maior equilíbrio económico e financeiro e criem condições para a formação de excedentes económicos e novos investimentos produtivos.

A interligação entre uma política realista de preços para os produtos básicos e para os serviços colectivos, de que o recente ajustamento de preços é parte fundamental, com uma acção já iniciada no sentido de concretizar diversos acordos de saneamento económico e financeiro, particularmente nos sectores de transportes, pescas, construção naval e comunicação social, e, ainda, com a aprovação de um programa de investimentos do sector empresarial do Estado, devidamente avaliado à luz de critérios económicos e sociais que ponderem a rentabilidade interna dos projectos com os seus efeitos cambiais, de criação de empregos, de relações interindustriais, etc., constitui a essência da política de dinamização empresarial do sector público produtivo que o Governo se propõe levar a cabo, não obstante as sucessivas demoras verificadas no passado e a necessária contenção de recursos orçamentais e creditícios levantar hoje dificuldades superiores às que existiram em anos anteriores.

Por isso, não sendo hoje possível encontrar as soluções financeiras óptimas, de um ponto de vista empresarial, a dinamização deste sector passa também e — diria mesmo — essencialmente pela contribuição, adesão e dinamismo de trabalhadores, quadros e gestores, que se empenhem verdadeiramente na recuperação económica, reorganização, eficiência e produtividade das empresas públicas, nacionalizadas e controladas, como forma de as transformar em unidades geradoras de riqueza de apropriação colectiva e arrastadoras de efeitos económicos indizidos.

Aplausos do PS e CDS.

Disto é claro exemplo o Programa de Investimentos do Sector Empresarial do Estado, através do

qual se propõe o Governo prosseguir e lançar projectos cujo montante ultrapassará os 40 milhões de contos, na sequência de um apertado esquema de selecção de projectos ter reduzido para cerca de metade as intenções apresentadas pelas empresas, aliás nem sempre devidamente fundamentadas. Uma especial atenção à componente importada dos projectos, a necessidade de fazer preceder os investimentos de algumas empresas de adequadas medidas de saneamento financeiro ainda a efectuar e o excessivo recurso a capitais próprios que alguns projectos pressupõem, foram as razões mais importantes que determinaram aquela selecção. Os que forem sendo aprovados serão, para além dos que se encontram em curso, em condições já consideradas irreversíveis, os que revelaram virtualidades para constituírem projectos viáveis, indutores de desenvolvimento e de reequilíbrio, pelo que o seu lançamento será não só indispensável como, em princípio, indiscutível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não julgo conveniente alongar-me nesta intervenção. Apenas pretendo dar um contributo honesto para este debate, na esperança de que resulte claro, à compreensão dos que o acompanham com rigor e lucidez, que não apresentando os partidos aqui representados alternativas para os objectivos de estabilização e recuperação que o Governo se propõe levar a cabo, restará apenas discutir, hoje e em qualquer momento no futuro, se os instrumentos que nos propomos utilizar são os mais adequados para, em regime democrático, se alcancarem os objectivos fixados.

Sendo necessário mobilizar um consenso amplo em torno do projecto nacional de superar a crise e encetar um novo ciclo de desenvolvimento, pensamos manter a indispensável abertura para uma discussão franca aos diferentes pontos de vista, colocando o essencial que nos une a todos acima do secundário que, porventura, nos divide.

A crise é real. Há que vencê-la com a mesma determinação com que os Portugueses venceram outras crises noutras épocas e circunstâncias.

Pela minha parte, não deixarei de pensar que «em política não importa o que se quer, mas sim o que se pode». Acrescentarei, no entanto, que os limites do que se pode definem o que se é, perante nós próprios, perante os Portugueses e perante os outros países que, com curiosidade e interesse, aguardam para ver a nossa capacidade de vencer a crise.

Aplausos do PS, do CDS e da bancada do Governo.

O Sr. Presidente: — Queria, antes de mais, comunicar aquilo que já devia ter feito e que, por lapso, me passou quanto a requerimentos apresentados na sessão de ontem: ao Ministério dos Assuntos Sociais, formulado pelo Sr. Deputado Sousa Fernandes; ao Ministério da Habitação e Obras Públicas, formulado pelo Sr. Deputado Marques de Figueiredo, e ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Moura Guedes.

Pedia também a atenção dos Srs. Deputados para o seguinte: faleceu no Porto, há dias, um homem cujo nome poderá ser conhecido — e é com certeza — por muitos dos meus colegas aqui presentes. Trata-se do Sr. Luís Guilherme Alves Carvalho. A história deste nome e desta família é uma história extremamente

empolgante, exaltante, porque Luís Alves Carvalho era pai de Guilherme Alves Carvalho, uma das pessoas que mais se sacrificou na luta contra o fascismo, sofrendo duras provações nas suas longas prisões, no Tarrafal e na sua vida inteiramente dedicada aos seus ideais.

Esta figura de respeito merece a nossa homenagem e eu sugeria que ficasse registado na acta desta reunião da Assembleia um voto de profundo pesar pela morte do Sr. Luís Guilherme Alves Carvalho e que esta manifestação de sentimento da Câmara fosse comunicada à sua família.

Há alguma oposição?

Pausa.

Como não há, assim se fará.

Visto que nenhum Sr. Deputado se inscreve para intervir pergunto se interrompemos aqui a sessão, visto só faltar um quarto de hora.

Pausa.

Voltamos, então, a reunir às 15 horas.
Está interrompida a sessão.

Eram 12 horas e 45 minutos.

Após o intervalo para almoço assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Martins Canaverde.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Neste arrastado e, por vezes, insípido debate, não podemos deixar de realçar uma nota interessanteposta pelo Sr. Deputado Magalhães Mota na sua intervenção de abertura, feita há dias nesta tribuna.

Mostrou-se o Sr. Deputado muito preocupado, acusando a política de austeridade do Governo de estar a abrir as portas ao fascismo. De uma forma muito oportuna, temos de reconhecer, o Sr. Deputado Magalhães Mota fez um paralelismo com a situação na Alemanha, nos inícios dos anos 30. Recordou o Sr. Deputado que a política do então Ministro Brüning, traduzindo-se numa compressão violenta das despesas, conduziu a um aumento violento do desemprego, o que estaria na base da vitória do fascismo na Alemanha.

No entanto, a intervenção não tirou, porque não podia tirar, qualquer lição positiva para nós e, assim, acabou por assumir um carácter derrotista ou talvez ameaçador. Na verdade, o Sr. Deputado Magalhães Mota esqueceu-se de explicar qual a causa do deficit do orçamento alemão.

A Alemanha tinha perdido a 1.ª Guerra e ficou obrigada a pagar grossa quantia de indemnizações às potências vencedoras.

Grande parte desse reforço financeiro era sustentado pela emissão maciça de notas, que provocou

uma inflação galopante. Com a inflação, a burguesia alemã conseguiu dois objectivos simultaneamente: correr o valor real da dívida (acordada em marcos) e aumentar a exploração da classe operária e mesmo a ruína de largas camadas da pequena e média burguesia.

Foi pena o Sr. Deputado Magalhães Mota não ter continuado a comparação, porque talvez a analogia que iniciou com a situação portuguesa encerrasse ensinamentos importantes.

Portugal não tem nenhuma dívida de guerra considerável, mas tem, por razões bem diferentes, uma enorme massa de indemnizações a conceder. Só que no nosso caso as indemnizações não nos foram impostas por nenhum tratado de Versalhes, mas por decisão desta Assembleia. Só que quem vai receber as indemnizações não vão ser as potências vencedoras, mas os grandes vencidos do 25 de Abril — os monopólios portugueses. São, como vemos, situações bem diversas, mas com consequências em parte idênticas.

Tem-se procurado fazer crer ao povo que as indemnizações não terão graves consequências na crise económica. Trata-se de mero papéis, só convertíveis em dinheiro dentro de muitos anos (com valor muito corroído pela inflação). O dinheiro a pagar seria no essencial com juros, que por sinal seriam baixos. Isto é falso. Sabe-o o Sr. Deputado Magalhães Mota, sabem-no os responsáveis do Governo.

A UDP tem denunciado as graves consequências das indemnizações. As nossas denúncias são agora confirmadas por um relatório confidencial do Banco Mundial (que é um banco ligado ao FMI). Nesse relatório, depois de afirmarem que irão ser criadas várias maneiras de os capitalistas poderem converter imediatamente os títulos do Tesouro que vão receber, em dinheiro, concluem: «Obviamente a distribuição dos títulos das indemnizações terá um grande impacte na economia [...]» (p. 46).

Ao contrário do que o Governo procura fazer crer, os «insuspeitos» (para o Governo) técnicos do Banco Mundial confirmam que as indemnizações terão «um grande impacte na economia».

Três páginas mais adiante, esclarecem um pouco em que consiste esse «grande impacte»: «esses títulos (das indemnizações) representam uma fonte adicional de liquidez». O que por outras palavras significa que as indemnizações ao aumentarem o dinheiro em circulação levarão a um aumento ainda maior dos preços.

E dado que as indemnizações são uma soma muito grande, um tão grande aumento da liquidez da economia pode provocar uma inflação de tal ordem que saia mesmo completamente do controlo do Governo. Para evitar este descalabro o Banco Mundial aponta ao Governo que os efeitos das indemnizações «terão de ser levados em conta no programa monetário do Governo». Em seguida adiantam algumas medidas que devem constar do Programa monetário do Governo, referindo as exigências já conhecidas do FMI.

Este Plano e este Orçamento são a clara concretização dessa política restritiva necessária para preparar as condições para darem as indemnizações aos grandes capitalistas. Trata-se de retirar com uma mão meios de pagamento da economia (à custa do nível de vida dos trabalhadores), para com a outra mão lançar mais moeda, mas agora para os bolsos dos grandes capitalistas.

O Orçamento é bem a imagem monstruosa do que afirmamos.

O Ministério das Finanças e do Plano engole 90 % do aumento das verbas do Orçamento. Mais 43 milhões de contos. E esta subida é feita à custa da diminuição em termos reais e mesmo abrotutos da maioria dos outros Ministérios mais ligados à criação de empregos e de condições de vida dignas, à custa do aumento generalizado de impostos sobre quem trabalha.

Pergunta-se: em que utiliza esse Ministério tanto dinheiro? Em obras de fomento do Plano? Parece que não. No dizer da linguagem hermética do texto governamental a maioria desse dinheiro vai para o pagamento da dívida pública (interna e externa) e para «Despesas excepcionais». Não entende o Sr. Ministro que esta verba tem um montante verdadeiramente «excepcional», para dever ser mais claro a que se destina? Ou o Governo não está interessado em que o povo saiba onde vão ser verdadeiramente aplicados estes 21 milhões de contos? Não seria mais claro escrever «verba para juros por indemnizações e primeiro adiantamento para conversão de títulos em dinheiro»?

Não estamos a tentar adivinhar nada. Limitamo-nos a acreditar nas palavras do anterior Ministro das Finanças, que afirmou, para justificar a necessidade de reduzir outras despesas governamentais: «O Orçamento passará a estar sujeito a um esforço acrescido e consequente dos encargos de indemnizações.»

Querrá o actual Sr. Ministro das Finanças desmentir o seu antecessor? Não acreditamos. Aliás, o Sr. Ministro Vitor Constâncio recusa-se a dizer com clareza se vai ou não haver indemnizações este ano. Mas partilhamos do princípio que não vai haver indemnizações este ano. Então o que nos espera para o ano se, mesmo sem indemnizações, o Orçamento do Ministério das Finanças já é de tal modo monstruoso este ano.

Sr. Ministro, como pode vir exigir ao povo (que tem neste momento um nível de vida inferior ao que tinha em 1968) mais austeridade quando se prepara para dar mais de 100 milhões de contos de indemnizações aos grandes capitalistas? Sim, porque se trata no essencial de indemnizar os grandes capitalistas — ou não é verdade que só a um — os Melos — lhe cabe a soma de 13 milhões?

O Sr. António Guterres (PS): — Não é verdade!

O Orador: — Se não é assim, por que não divulga o Governo a listagem do montante que vai dar aos maiores capitalistas? Isto é, porque é que o Governo não informa quanto é que vão receber os Melos, Champalimaud, Bulhosas e outros.

Francamente, também não nos venham dizer que se trata de por este meio estimular o investimento!...

Em primeiro lugar, não se percebe porque tendo a banca nacionalizada dezenas de milhões de contos sem serem utilizados, não os aplica nos investimentos necessários, em vez de os ir dar para a mão dos tubarões.

O Sr. Ministro acredita mesmo que os grandes capitalistas estão aí cheios de pressa para virem investir, quando no tempo do Salazar e Caetano não o faziam? Ou quando investiam era com o dinheiro dos outros,

captado através da banca e da bolsa? Ou não foi assim que foi feita a Siderurgia Nacional, a Setenave e outras grandes empresas? O Sr. Ministro das Finanças sabe, com certeza, melhor do que nós, o que andam já a fazer neste momento os Melos e os Bulhosas, que andam é a comprar por tutta e meia empresas falidas ou em difícil situação. Destes «investidores» o resultado tem sido o desemprego maciço de trabalhadores para «reorganizarem» as empresas.

Que «iniciativa privada» quer o Governo incentivar com as indemnizações? Não está com certeza a referir-se aos pequenos e médios capitalistas, que não eram donos de grandes empresas, que não jogavam na Bolsa, e que são agora atingidos pela política de restrições ao crédito. Pelos vistos há duas iniciativas privadas. De um lado, os capitalistas estrangeiros e grandes capitalistas, que vão ter dinheiro abundante e com juros não para pagar, mas para receber. Do outro, milhares de patrões que vêm os créditos diminuídos e os juros a pagar aumentados. Há aqui partidos que não perdem uma ocasião de falar em nome da iniciativa privada, mas pelos vistos dela têm uma visão bem restritiva.

Não perderíamos, decente, tanto tempo a denunciar essa hipocrisia se dela não resultasse o desemprego e a miséria de milhares de trabalhadores, que esta política vai causar.

O Sr. Deputado Magalhães Mota e o seu chefe Carneiro têm aparecido muito preocupados com o problema do desemprego. Não os vemos é nada interessados em denunciar as indemnizações aos grandes capitalistas que têm contrapartida na política restritiva do Governo.

Na verdade, a única alternativa a este Orçamento, a única possibilidade de um combate sério ao desemprego reside no cancelar das indemnizações aos grandes capitalistas, que só com o dinheiro que têm no estrangeiro estão podres de ricos, aplicando esse dinheiro para as indemnizações em investimentos para criar emprego.

Não diremos que a nossa alternativa não trouxesse sacrifícios aos trabalhadores. Mas esses sacrifícios não seriam nem tão dolorosos quanto este Orçamento impõe, nem seriam exigidos para encher os bolsos aos ricos, em nome da estrutura económica que melhor sirva os monopólios. Pelo contrário, a nossa alternativa teria o empenho dos trabalhadores, pois ela abre caminho ao Portugal livre e socialista, ao Portugal de Abril pelo qual lutamos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quero ainda fazer um último comentário.

Aproveitando a intervenção do Sr. Deputado Magalhães Mota, logo o Dr. Vitor Constâncio quis tirar a lição de que, para evitarmos o drama da Alemanha dos anos 30, era necessário que em Portugal não se mobilizasse o povo contra a política do Governo. Na verdade, nós temos a certeza de que o povo português, as forças democráticas e, em particular, o movimento sindical não cometerrão o erro de acreditar na filosofia do Sr. Ministro e saberão tirar as lições do que aconteceu na Alemanha. Não repetirão o erro de grande número de direcções sindicais alegando que, ao não lutarem contra a política reacionária do Governo social-democrata, ficaram isoladas e viram milhões de desempregados seguiram atrás da demagogia de

Hitler. Felizmente, em Portugal, as centenas de milhares de trabalhadores estão a descer às ruas, como fizeram no Porto e vão fazer no próximo dia 14 em Lisboa, debaixo das bandeiras do movimento sindical e das forças progressistas.

Este caminho deve ser reforçado. A jornada de luta nacional, com a voz unida dos trabalhadores contra a política reaccionária do Governo, contará a base a qualquer confusão que a demagogia tipo Sá Carneiro possa fazer no seio dos trabalhadores. Além de que será um passo decisivo na reabertura dos caminhos de Abril, na construção do Portugal novo e livre digno da luta e do esforço dos trabalhadores.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Domingos Abrantes.

O Sr. Domingos Abrantes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Aquando da discussão do Programa do Governo o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais referindo-se à crise económica, aos sacrifícios que o Governo julga necessários e às suas incidências na segurança social afirmava «que tais sacrifícios não devem ser exigidos nos domínios da segurança social e da saúde, porque deles depende, em grande parte, a qualidade de vida e a concretização da esperança da esmagadora maioria dos portugueses, especialmente dos reformados, dos desprotegidos e dos trabalhadores pobres». E acrescentava: «O Ministério dos Assuntos Sociais terá de ser, pois, um verdadeiro Ministério da justiça social que responda eficaz e prontamente às justas aspirações do povo e às expectativas abertas pela Revolução de Abril.»

Este rol de intenções justas não veio afinal encontrar expressão prática no orçamento da segurança social. Não se discute a necessidade de reduzir o deficit orçamental, objectivo que o PCP subscreve e de há muito vem levantando.

O Sr. António Guterres (PS): — Muito bem!

O Orador: — Do que se trata é de saber como é que nas opções feitas foi salvaguardado aquilo que o próprio MAS prometia. Do que se trata é de saber se o projecto constitucional nesta matéria, que aponta os caminhos necessários para dotar o povo português de uma verdadeira segurança social, foi ou não respeitado. E aqui importa, neste momento, fazer ressaltar duas das ideias centrais contidas neste projecto: a de que a segurança social deve estar ao serviço da melhoria das condições de vida e a de que incumbe ao Estado a responsabilidade pela organização, coordenação e subsídio de um sistema unificado de segurança social, de acordo e com a participação das organizações das classes trabalhadoras. Do que se trata é de saber se este imparativo constitucional está a ser cumprido quando no relatório justificativo da proposta de lei do Orçamento se refere a necessidade de «contenção de despesas para equilibrar a situação financeira da Previdência». Mais ainda: quando se prevê o reembolso de um empréstimo de 1,7 milhões de contos, quando se aponta como directriz a «contenção das despesas no limite global permitido pelas receitas».

Tudo está afinal em saber como encara o Governo

o cumprimento daquela obrigação constitucional, como encara o sistema de segurança social, como resolve o problema do financiamento do sistema.

Se o Governo continuar a insistir numa política de autofinanciamento, apesar do que noutro sentido determina a Constituição; se não proceder à cobrança efectiva das dívidas; se continuar a retirar verbas à Previdência e injectá-las no OGE; se, no fim de contas, os benefícios estiverem exclusivamente dependentes do saldo dessas operações, então as opções do Governo — ditas de austeridade — são na verdade de agravamento das condições de vida dos sectores mais desprotegidos e situações mais carecidas de protecção.

E o quadro é tanto mais grave se tivermos em conta as insuficiências e dificuldades acrescidas da situação financeira da Previdência.

Aísim, as contas de 1976, já publicadas, apresentam um deficit entre receitas e despesas correntes de 9 milhões de contos, coberto em 6 milhões de contos pela descapitalização em títulos e em 3,8 milhões de contos por um empréstimo à Caixa Geral de Depósitos. Em 1977, para encargos de 55 milhões de contos, as cobranças efectuadas atingiram apenas 46 milhões de contos. A recuperação de dívidas é um grave problema que o Governo não pode iludir. Em 1977, o montante de dívidas teoricamente recuperadas foi de 3,7 milhões de contos, ou seja, apenas um terço dos 10,5 previstos no Orçamento!

Gostaríamos de conhecer as medidas concretas que o Governo pensa adoptar para a situação de progressivo endividamento patronal à Previdência, que passou de 12,5 milhões de contos em Dezembro de 1976 para 18,4 milhões de contos um ano depois.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se nos detivermos mais detalhadamente sobre os objectivos do orçamento para a segurança social e sobre as suas receitas e os mecanismos do seu financiamento é porque pensamos que nas entradas opções do Governo reside a causa das insuficiências dos benefícios e a causa da austeridade nas reformas, nos abonos de família e noutras prestações.

A forma de apresentação do Orçamento torna muito difícil o estudo e a compreensão das despesas. As verbas consignadas estão dispostas por rubricas muito genéricas (infância e juventude, população activa, terceira idade...) resultantes do agrupamento de benefícios (abono de família, subsídios, pensões, reformas, etc.), cujos montantes não aparecem discriminados. Torna-se impossível uma comparação com o Orçamento do ano passado, indispensável para se poder avaliar a evolução dos benefícios.

O critério seguido de aumentar preferencialmente, em relação a outros benefícios, as despesas com pensões e reformas é poupitivo e tem a concordância do PCP.

Mas não podemos deixar de dizer que o aumento previsto para as reformas do regime geral (divulgado publicamente, embora não conste de forma explícita no texto orçamental) não satisfazem as reivindicações dos reformados e do movimento sindical, nem alteram as condições de vida de uma parte da população cheia de carências.

Aumentos entre 500\$ e 700\$, representando, em relação à actual pensão média, aumentos entre 18,5% e 25,9%, não fazem sequer face à subida do custo

de vida durante o ano de 1977, que, como se sabe, se cifrou, segundo os números oficiais, em cerca de 30%. Os recentes e brutais aumentos de bens essenciais, embora gravosos para toda a população trabalhadora, são muito mais para os reformados e pensionistas.

A igualização das reformas entre os homens e mulheres no regime rural é positiva.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Todavia, as reformas de 1100\$ continuam muito aquém do mínimo de 1750\$ reivindicado pelo MAPRU, pelos sindicatos e pelos reformados rurais em geral. Se se tiver em conta que as pensões dos rurais já não eram aumentadas desde 1975, ver-se-á facilmente, à luz da taxa de inflação desde essa altura, que as reformas do regime rural mais não permitem do que uma vida de extrema miséria.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Os critérios adoptados para o subsídio de desemprego não podem deixar de merecer a nossa reprovação. O problema do emprego torna-se cada vez mais um problema sem esperança de solução para as centenas de milhares de desempregados.

Os 2 milhões de contos destinados ao subsídio de desemprego, ou seja, apenas um quarto dos 9,6 milhões previstos como receitas correntes do Fundo de Desemprego para 1978, assegurarão o subsídio somente a uma pequena parcela dos desempregados (70 000 num primeiro cálculo) durante apenas seis meses. E a outra parte dos desempregados — a maior — como se vai governar?

O aumento do subsídio de acordo com a proposta do OGE não anula a necessidade de esclarecer qual a fracção de desempregados abrangidos pelo subsídio e porquê apenas os 2 milhões de contos!

Apesar do agravamento do custo de vida o Governo, contra uma certa expectativa positiva oriada no debate do Programa do Governo, não aumentou os abonos de família. A supressão do abono de família a ascendentes, como condição para se proceder à atribuição de pensões sociais a mais 45 000 beneficiários e para reduzir a reforma dos rurais para 65 anos, está colocada em termos que merecem igualmente a nossa reprovação.

É ou não é verdade que a generalização da pensão social foi legalmente garantida há um ano? A passagem da idade da reforma dos camponeses para os 65 anos, que tem o nosso apoio, terá qualquer aumento de encargos para este ano?

A opção proposta não tem uma justificação minimamente quantificada e está definida num quadro limitado pelo próprio Orçamento, que é da responsabilidade exclusiva do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Como mostrámos ao longo desta intervenção, o Governo elaborou a proposta de orçamento da segurança social segundo um critério meramente contributivo e estritamente orçamentista. O facto de ter integrado num orçamento único as verbas da previdência e da assistência em nada altera esta realidade.

Não fez pois o Governo a opção que os trabalha-

dores reclamam e para a qual aponta a Constituição — a criação de um sistema unificado de segurança social.

Cingindo-se ao acerto de contas entre as receitas próprias da Previdência e as despesas da segurança social, retirando-lhe mesmo uma larga fatia de 6 milhões de contos, esquecendo ou ignorando propostas (algumas adiantadas pelo próprio movimento sindical) que permitiriam o aumento de receitas do OGE e assim a cobertura dos aumentos de despesa o Governo não tem em conta a garantia de nível de reformas, pensões, abonos de família e outros subsídios e prestações e deixa sem adequada resposta instantânea reivindicações dos trabalhadores portugueses.

Tenho dito.

Applausos do PCP.

Pausa.

O Sr. Presidente: — Aguardo mais inscrições para podermos prosseguir os nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Vilhena de Carvalho pediu a palavra?

O Sr. Vilhena de Carvalho (PSD): — Eu efectivamente não tinha pedido a palavra, mas, uma vez que o Sr. Presidente me convidou, eu diria o seguinte: o facto é que o Governo e os partidos do Governo ainda dispõem, segundo a indicação dada no início da sessão, de duzentos e cinco minutos. Por outro lado, o estabelecido para este debate, segundo os termos do Regimento, diz que se deve seguir, tanto quanto possível, a regra da alternância. O meu partido já fez hoje duas intervenções e eu lembro aos Srs. Deputados que, por exemplo, o CDS ainda só fez uma. À luz destes números e das ideias que agora expus, quer-me parecer que não caberia ao meu partido avançar neste momento.

O Sr. Presidente: — Bom, por acaso o que aqui na Mesa me informam neste momento é que, pela regra de alternância, parece que seria o partido do Sr. Deputado que deveria intervir agora.

O Sr. Fernando Pinto (PSD): — Não, não!

O Sr. Vilhena de Carvalho (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

Eu não fui ouvido com certeza. O que eu disse foi que hoje o meu partido já fez duas intervenções e o CDS fez uma única.

O Sr. Presidente: — Bom, Sr. Deputado Vilhena de Carvalho, realmente os tempos não são aqueles que o Sr. Deputado há pouco indicou. E, só por uma questão de curiosidade, eu queria informar que a soma dos tempos do Governo, do PS e do CDS é, neste momento, de cento e oitenta e dois minutos e o seu partido dispõe de sessenta e sete minutos e trinta segundos.

O Sr. Fernando Pinto (PSD): — É praticamente um terço!

O Sr. Presidente: — Já agora vou informar os Srs. Deputados de quais são os tempos de que os

partidos e o Governo dispõem individualmente. São os seguintes: o Governo dispõe de sessenta e três minutos e sessenta segundos; o PS dispõe de cincuenta e seis minutos e sessenta segundos; o PSD de sessenta e sete minutos e 30 segundos; o CDS de sessenta e um minutos e trinta segundos; o PCP de sessenta e dois minutos e sessenta segundos, e a UDP de vinte e sete minutos e sessenta segundos.

Uma voz do PS: — Então como é??

O Sr. Vilhena de Carvalho (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

Eu penso que, se alguém errou na soma, não fui eu.

Por outro lado, eu queria pôr em confronto o tempo de que dispõe a oposição e o tempo de que dispõe o Governo e os partidos do Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É que o Governo e os partidos do Governo dispõem sensivelmente do dobro do tempo de que os partidos da oposição dispõem.

Protestos do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados o que se passa é que na verdade a Mesa continua sem inscrições.

O Sr. Américo de Sequeira (PSD): — O Governo não quer responder à oposição.

O Sr. Presidente: — Bem, se continuar a não haver inscrições há dois caminhos: ou se convoca uma reunião dos grupos parlamentares ou vamos passar imediatamente à votação.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro (Almeida Santos): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu penso que a regra da alternância dispensava o Governo de resolver mais este impasse. E penso que, pelos vistos, poderemos começar a concluir que não há oposição ao Plano e ao Orçamento.

Aplausos do PS e do CDS.

O Orador: — Devo também dizer que não vejo a mínima legitimidade para o Sr. Deputado do PSD somar os tempos do Governo e os tempos do PS e do CDS.

Vozes do PS e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — De qualquer modo, o Governo vai colaborar mais uma vez e inscrever o Sr. Ministro do Comércio e Turismo.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Para que efeito é, Sr. Deputado?

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Era para dar um curto esclarecimento, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Comunista fez hoje, até agora, três intervenções e tanto nestas como nas que já fez anteriormente, e seguramente nas intervenções que ainda irá fazer, revelou claramente aquilo que de modo nenhum legitima a conclusão do Sr. Ministro Almeida Santos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Porque o facto é que realmente há oposição e, mais do que isso, há também alternativas para as propostas apresentadas pelo Governo.

Aplausos do PCP.

O Sr. Agostinho do Vale (PS): — É só demagogia!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Comércio e Turismo.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo (Basilio Horta): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No decurso deste debate, várias foram as considerações dirigidas a sectores dependentes do Ministério do Comércio e Turismo quase todos virados para a problemática do comércio interno e do comércio externo.

Importa pois esclarecer as diversas questões coloca-das, mantendo assim a total transparência na actividade e na política do Ministério que temos o dever de assegurar.

No domínio do comércio interno um dos principais problemas focados respeita ao aumento dos preços dos produtos alimentares, que, no entender de alguns Deputados da oposição, poderiam ter sido evitados.

Só um discutível aproveitamento político da actual situação económica do País ou uma incompreensível ignorância poderão justificar tal asserção.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Com efeito, bastará atentar na evolução do consumo alimentar nos últimos anos e compará-la com a evolução da produção interna agrícola e alimentar para imediatamente se constatar um desequilíbrio que não tem cessado de se agravar e que, desde logo, torna inevitáveis os aumentos dos preços dos produtos alimentares.

Assim, nos últimos seis anos a captação de consumo alimentar subiu cerca de 13 % enquanto a produção interna na agricultura e na pecuária desceu 10 % e no sector das pescas 26 %.

Temos pois que num país com crescentes e prementes exigências em termos alimentares, tem-se deparado uma produção estagnada e irregular, cada vez mais distanciada das necessidades internas que deveria satisfazer. Esta situação originou que as importações de produtos alimentares tivessem vindo a crescer ao longo dos anos de tal forma que em 1977 pesavam 17,5 % no total das importações e atingiam o valor

de 27 708 000 contos. Comparando este número com o de 1970 (4 600 000) verifica-se que em sete anos o País multiplicou por seis o valor das suas importações de bens alimentares, se bem que apenas tivesse triplicado a quantidade de produtos importados (1 200 000 t em 1970 para 4 milhões em 1977).

Daqui decorre que ao aumento do consumo e à diminuição da produção interna, com o consequente incremento das importações, se vieram adicionar dois outros factores — a subida das cotações internacionais dos produtos importados e a desvalorização do escudo.

Quanto à subida de cotações, só entre 1975 e 1977 se verifica um aumento de 50 %, cifrando-se igualmente em cerca de 50 % a desvalorização do escudo em relação ao dólar, no mesmo período. Para além destes factores, que só por si já amplamente justificavam a actual situação, há ainda a considerar, por um lado, a imperiosa necessidade de melhorar os preços à produção nacional, o que é simultaneamente um acto de justiça para com a lavoura e incentivo ao aumento de produção interna, e, por outro, os aumentos verificados nos custos dos factores produtivos e nos custos de distribuição (energia, combustíveis, equipamentos, salários, embalagens, transportes, encargos financeiros e outros).

Perante este quadro só através de um substancial aumento das verbas a conceder para subsídios seria possível manter o nível de preços ou atenuar a sua subida.

Assim, apenas para manter o preço dos produtos do actual «cabaz de compras» nos índices de 1977 seria necessária uma verba que se situaria entre os 15 e os 17 milhões de contos.

Com um deficit do Orçamento Geral do Estado na ordem dos 60 milhões de contos, seria lícito ou mesmo patriótico o Governo enveredar por tal caminho?

No que respeita ao Ministério do Comércio e Turismo assumimos de consciência tranquila as nossas responsabilidades.

Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PS.

Preferimos enfrentar hoje a incompreensão de alguns, menos esclarecidos ou empenhados em lutas que não são as do País, a podermos no futuro ser acusados de, por tibieza ou falta de coragem política, não termos sabido defender a independência nacional e com ela o futuro do nosso país.

Aplausos do CDS.

Entre a solução politicamente difícil de pedir mais alguns sacrifícios a quem já tanto se tem sacrificado e o caminho das falsas facilidades que inevitavelmente conduziria à delapidação das reservas e à dependência externa, optámos consciente e serenamente pelo primeiro. Estou certo que não nos arrependemos e que o povo português saberá desmascarar os que tendo sido dos principais responsáveis pela situação a que o País chegou não se coibem hoje de serem os primeiros a atacar as medidas agora necessárias a emendar o mal que fizeram.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Isso é muito grave!

O Orador: — É, é!

Outros temas em foco no domínio do comércio interno dizem respeito ao controle dos preços, ao combate à especulação e ao açambarcamento e, finalmente, ao papel dos organismos de coordenação económica.

No que respeita ao controle dos preços, mantendo-se-ão as estruturas legais em vigor, sem embargo de já se ter encetado, quer no domínio da política de preços quer nos regimes jurídicos existentes, determinadas acções inovadoras, que hão-de permitir uma intervenção mais segura e eficaz do Governo nesta matéria. Como exemplo de tais acções citam-se a iniciativa de elaborar o código de preços, a revisão do Decreto-Lei n.º 41 204 e demais legislação aplicável à formação e controle dos preços, bem como uma recente resolução do Conselho de Ministros relativa aos reflexos de certos custos salariais nos preços finais dos produtos.

No que concerne aos delitos de natureza económica assumem no actual contexto particular gravidade. Com efeito, não poderá o Governo tolerar que indivíduos sem escrúpulos se aproveitem da crise, para mais facilmente arrecadarem lucros ilícitos, prejudicarem o normal abastecimento ou adulterarem a qualidade dos produtos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A luta contra tais delitos na defesa do consumidor tem sido levada a cabo com pertinácia, mas em condições difíceis devido aos escassos recursos humanos e materiais disponíveis, bem como da falta de um ordenamento legal que puma de maneira pública, exemplar e expedita os infractores.

Quanto à falta de recursos ela tem sido suprida, na medida do possível, pela optimização dos meios disponíveis e pelo mérito dos funcionários que, não obstante as baixas remunerações e o volume e a natureza do trabalho, não se têm pougado a esforços para cumprirem cabalmente as suas missões.

No que respeita à falta de ordenamento legal, encontra-se já em adiantada fase de elaboração um projecto de diploma que não só actualiza certas margens de comercialização insusceptíveis neste momento de serem respeitadas como também modifica profundamente o processo de instrução dos delitos económicos, tornando-o mais expedito e público e prevenindo a aplicação de penas mais severas.

Finalmente, uma breve referência ao papel dos organismos de coordenação económica. Numa situação de equilíbrio económico em que não existissem problemas nem dificuldades nos domínios do abastecimento e da estabilidade dos preços, somos de opinião que tais organismos deveriam assumir funções meramente supletivas em relação aos agentes económicos, só se justificando a sua intervenção em matéria de controle de qualidade de certos produtos ou quando o equilíbrio entre a oferta e a procura fosse conjunturalmente quebrado.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Não é esta a situação do País e por isso se justifica e defende que os organismos de coordenação económica intervenham no mercado assumindo um papel decisivo na comercialização de certos bens essenciais. Assim, a necessidade de o Governo controlar de perto o *deficit* da balança de transacções exige que a importação e a distribuição interna de certos bens alimentares seja feita em exclusivo pelos respectivos organismos estatais.

Igualmente o interesse público que reside em preservar a qualidade de determinados bens, como o azeite, impunha uma intervenção do estado no sentido de garantir a pureza do produto e assegurar a sua correcta distribuição.

Também em vários outros domínios que vão desde a garantia de preços à produção de certos produtos até ao comércio externo em sectores tradicionais se faz sentir a acção de tais organismos que na actual conjuntura económica terá de ser acompanhada, melhorada e eventualmente reforçada.

Passemos agora ao sector do comércio externo.

A grande maioria das intervenções produzidas focaram a matéria do licenciamento das importações quer no que respeita ao funcionamento dos serviços de registo prévio quer no que toca aos mecanismos de contenção das importações dentro de limites compatíveis com a situação económico-financeira do País. Quanto aos serviços de licenciamento não temos dúvidas em concordar que os mesmos se encontram desadaptados face às novas necessidades do País, pelo que se impõe um profundo esforço no sentido de os dotar com a estrutura orgânica e funcional e com os meios indispensáveis ao cumprimento das tarefas a seu cargo.

É um trabalho que já se encontra em curso e que importará a racionalização e a mecanização dos serviços de registo prévio das operações de comércio externo, por forma a modificar radicalmente a actual situação geradora de graves perturbações económicas e sociais.

Porém, uma coisa é estar de acordo quanto à presente necessidade de rever a estrutura e o funcionamento do sistema de licenciamento e outra bem diferente e bem mais grave é formular acusações quanto à seriedade das pessoas que, com todas as dificuldades e carências, o executam.

Ao que consta um Sr. Deputado do Partido Comunista Português teria afirmado nesta Assembleia conhecer casos de corrupção nos serviços da Direcção-Geral do Comércio Externo, o que motivou, desde logo, pronta resposta do Sr. Ministro-Adjunto.

Quero daqui dizer ao Sr. Deputado que o Ministério aguarda a revelação do nome de tais funcionários e a descrição dos casos em que estiveram envolvidos para imediatamente serem tomadas as inerentes medidas de natureza disciplinar e penal.

Vozes do PS e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas, Sr. Deputado, peço-lhe que não tarde com a resposta, pois todos os funcionários injustamente atingidos na sua honra e dignidade pelas suas afirmações estão impacientes.

Não pode ser impunemente que se produzem neste Órgão de Soberania afirmações gravíssimas que, pela

forma como foram feitas e divulgadas, pelo menos num jornal, atingiram todo o Ministério, desde o Ministro e Secretário de Estado aos milhares de funcionários nele abrangidos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Prove pois, o Sr. Deputado as suas afirmações e todos lhe agradecemos, só lamentando então que o não tivesse feito há mais tempo, pois mais cedo teriam sido punidos os que enxovalham a honra e a dignidade da função pública.

Aplausos do PS e do CDS.

O Orador: — Mas se o não fizesse, o que só por absurdo podemos admitir, então o Sr. Deputado certamente não deixaria de ser responsabilizado pela sua gravíssima atitude.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Em matéria de contenção de importações para que inevitavelmente aponta o *deficit* de 1 bilião e meio de dólares, há que abandonar a ideia de que tal contenção se possa fazer com base em restrições de natureza administrativa. Por um lado, os nossos compromissos internacionais no seio da EFTA e da CEE não permitiriam, por outro, o próprio sistema ir-se-ia traduzir em graves desequilíbrios e poderia facilmente transformar-se em fonte de injustiças e de discricionariedade.

O caminho para a contenção das importações terá pois de passar pelo desenvolvimento dos seguintes factores:

Aumento da produção interna, especialmente no domínio dos bens alimentares (agricultura e pescas); Substituição de importações por produção nacional, estimulando a criação de empresas competitivas, numa perspectiva de integração europeia;

Acompanhamento sistemático da evolução das importações por categorias de produtos com vista à adopção de medidas conjunturais que assegurem o nível e o faseamento das importações daqueles produtos;

Adopção de medidas selectivas nos sectores do crédito e da fiscalidade.

Os efeitos destas acções, aliados à reestruturação e à mecanização dos serviços, bem como à divulgação regular dos elementos mais significativos de todos os boletins de registo de importações concedidas, produzirão necessariamente efeitos benéficos na balança de transacções sem afectar de forma profunda e irreversível a actividade dos agentes económicos e consequentemente a estabilidade dos níveis de emprego.

Um outro instrumento com potencialidades para reduzir os *deficits* e simultaneamente auxiliar o incremento da exportação nacional é o da celebração de acordos de compensação.

Até ao momento o que se tem feito neste domínio não tem passado de operações pontuais, algumas de duvidoso interesse nacional e em que a realidade das compensações não surge de forma nítida. Com efeito, se as compensações a efectivar no âmbito destes acordos não forem reais corre-se o risco de o País impor-

tar o que não necessita, nem sequer ao melhor preço, e de exportar produtos de colocação assegurada que em venda livre poderiam obter melhores colocações.

Há pois que rodear de particulares cautelas a celebração deste acordo embora se lhe não negue a necessária utilidade. Assim é que no domínio da importação de matérias-primas e de bens alimentares poderá vir a ser possível, a curto prazo, a utilização de sistemas compensatórios para os quais se encontram especialmente vocacionados os novos mercados de língua portuguesa, principalmente Angola e Moçambique, alguns países socialistas da Europa e os países árabes.

O Ministério, em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, encara com prudente entusiasmo estas iniciativas e tudo fará para que elas se materializem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na óptica do Ministério do Comércio e Turismo este debate revestiu-se de grande utilidade. Foram feitas críticas e reparos que, do nosso ponto de vista, tinham intenção de testar as políticas seguidas e de melhorar o funcionamento dos serviços. Bem hajam, pois, Srs. Deputados por as terem formulado.

Finalmente foi-me dada a oportunidade de prestar esclarecimentos e de dar justificações perante a Assembleia da República, o que é sempre, num regime democrático como o nosso, motivo de satisfação e até de orgulho para um governante. Espero ter atingido, na medida do possível, este objectivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Que o debate aqui travado contribua para a superação da crise económica do nosso país e para o robustecimento das instituições e da democracia, nestes tempos particularmente difíceis, são os meus sinceros votos.

Que a Assembleia da República jamais permita que as actuais dificuldades e sacrifícios do nosso povo sejam aproveitados para lhe impor novos e ainda mais pesados sacrifícios a benefício de ambições pessoais ou de interesses inconfessáveis é o pedido que do fundo da alma vos formulo.

Aplausos do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Perante esta intervenção gostaria de colocar algumas questões, uma vez que a nossa memória não é tão curta como poderiam alguns desejá-la.

Quem apoiou a desvalorização do escudo? Nós criticámos-la e apontámos as consequências que a desvalorização do escudo traria para a bolsa dos portugueses. Vem agora o Sr. Ministro, que pertence a um dos partidos que apoiaram a desvalorização do escudo, dizer: «Agora os Portugueses não têm outro remédio senão pagar mais caro aquilo que têm de importar!»

Vozes do PCP: Muito bem!

O Orador: — Segunda questão: O Sr. Ministro do Comércio e Turismo referiu-se ao decréscimo da produção interna na agricultura e nas pescas e insinuou,

ou parece ter insinuado, que este decréscimo se deve ao PCP e ao 25 de Abril.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Benza-o Deus, Sr. Deputado!

O Orador: — Pois bem, ter-se-á esquecido de ter dito, umas linhas atrás, que nos seis últimos anos, isto é, em três anos de fascismo e em três anos de revolução, essa produção agrícola desceu 10% e a produção piscatória de não sei quantos por cento?

Quem se quer responsabilizar? É preciso dizer-lo claramente. Porque a culpa, a responsabilidade da situação não é da Revolução, é do fascismo, é do «tenreirismo», que ainda não foi erradicado da economia portuguesa.

Terceira questão: O Sr. Ministro apelou — não hoje, mas na sua conferência de imprensa — para a bondade dos pescadores, no sentido de aumentarem as capturas. Acha que isso se pode resolver apenas pela boa vontade dos pescadores? Os mecanismos dos preços não têm nenhuma influência? Acha que é com os preços que estão fixados que se resolve o problema? Acha que com a política de boicote da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau se vai a algum lado?

Finalmente, Sr. Ministro, a quem servem as campanhas de fiscalização com pré-aviso?

Vozes do PCP: Muito bem!

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro prefere responder já ou no fim de todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo: — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra para pedir esclarecimentos a Sr.ª Deputada Alda Nogueira.

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Sr. Ministro: Em primeiro lugar, queria esclarecer que nem o Sr. Ministro nem o Governo têm o exclusivo, ou sequer a prioridade, da preocupação do *deficit* da balança comercial do nosso país.

Disse na minha intervenção, repito-o agora, que o meu Partido e o meu grupo parlamentar foram dos primeiros a chamar a atenção para a gravidade desse problema e a apontar medidas económicas de fundo e não medidas superficiais. Foi essa uma das razões que levou à realização da nossa Conferência Económica. O Sr. Ministro passou por cima das conclusões dessa Conferência, como se elas não existissem.

Por outro lado, o Sr. Ministro na sua intervenção continuou sem dar resposta à pergunta que eu formulei na minha intervenção: Como é que se explica que, tendo baixado na produção, de maneira notável, os preços de certos produtos alimentares (carne, frangos, etc.), o consumidor não tenha beneficiado de um tostão a mais — pelo contrário, viemos a saber que esses preços aumentaram no consumo?

Finalmente, o Sr. Ministro faz um grande acento sobre o *deficit* de 60 milhões de contos da balança de pagamentos. Já aqui foram apresentadas pelo meu

grupo parlamentar várias sugestões para o diminuir, sugestões que o Sr. Ministro ignorou soberanamente. Não há, pelo contrário, uma explicação à Câmara sobre as «dificuldades» que o Governo tem tido para encontrar milhões e milhões de contos para indemnizar os patrões de empresas como a Facar, a Torralta, etc., que foram abandonadas numa situação de ruína e que agora são restituídas com milhões e milhões de contos de indemnizações.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Igualmente para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Ministro, ouvi com atenção as suas palavras e queria fazer-lhe algumas perguntas e dar resposta a algumas das suas afirmações.

A primeira pergunta que lhe queria fazer é a seguinte: O Sr. Ministro acredita que um controlo dos preços *a posteriori* dá algum resultado? É que o seu colega de Governo, o Sr. Ministro das Finanças, já na televisão colocou as máximas reservas quanto a esse controlo *a posteriori*.

A segunda questão é a seguinte: Os acordos com a EFTA e com o Mercado Comum não impedem a contingência — aliás há mesmo um artigo que diz que «em caso de grandes dificuldades na balança de pagamentos, os países podem recorrer a essas formas».

Em terceiro lugar, e ainda em relação à minha intervenção, queria dizer-lhe o seguinte, Sr. Ministro: citei o caso concreto da Facar e convidava-o a vir demonstrar aqui, se possível, com documentação, como é que essa empresa teve um aumento de preços de 30%, quando estudos técnicos do seu Ministério consideravam, no máximo da razoabilidade, o aumento de 15%.

Fiz uma outra afirmação: disse que a portaria da contingência foi violada em mais de 93,8%. Procurei ser rigoroso, citei até um caso, o dos frigoríficos, porque há empresas reconvertidas pelos trabalhadores que têm sido prejudicadas devido a essa portaria ter sido violada. Quanto a essa pergunta não tive nenhuma resposta.

Falei também da corrupção. Pelos vistos, o Sr. Ministro desconhece o que se passa no seu Ministério — é um corolário que temos de aceitar. Certamente também não desconhece que há uma sindicância em relação a essas questões postas pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Em relação à documentação que me pediu, ela chegará ao Governo.

O Sr. Presidente: — Igualmente para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Ministro, é apenas para um pedido de esclarecimento.

Na medida em que foi apresentado um *deficit* de 60,5 milhões como um objectivo patriótico, queria esclarecer que nós não aceitamos que seja uma fronteira do patriotismo um *deficit* de 60,5 milhões de contos. Gostaríamos de saber se este número é um

número mágico, se a fronteira do patriotismo aumenta, o que seria um superpatriotismo, perante um *deficit* de 59,5 milhões, ou se o *deficit* de 61 milhões seria um atentado contra o patriotismo.

No fundo, o que pretendemos é uma explicação da valorização que está a ser feita em relação ao *deficit* de 60,5 milhões de contos.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — O Sr. Deputado, é trágico ouvi-lo falar assim! O Sr. Deputado que tem tantas responsabilidades!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para responder o Sr. Ministro do Comércio e Turismo.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de mais nada, muito obrigado pelas perguntas, que foram todas pertinentes, e que me dão oportunidade, dentro do tempo limitado de que dispomos, de esclarecer algumas questões que eventualmente tivessem ficado menos claras na minha exposição.

Em primeiro lugar, o Partido Comunista Português esclarece quem apoiou a desvalorização do escudo e imputa as culpas da situação actual ao fascismo e ao terrorismo.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Não é ao terrorismo, é ao «tenreirismo».

O Orador: — Ao «tenreirismo»?! Ainda bem que o Partido Comunista tem essa posição, porque certamente não apoia as manifestações «contra a alta do custo de vida» que neste momento se fazem no País, porque se a culpa é do fascismo e do tenreirismo, certamente não é deste Governo.

Aplausos do PS e do CDS.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — É que o «tenreirismo» ainda existe!

O Sr. Vítor Louro (PCP): — O Sr. Ministro dá-me licença?

O Orador: — Se é como o Sr. Deputado diz, ser a culpa do fascismo e do «tenreirismo», ou seja, do passado mal se explicaria que nesta altura, quando estamos a fazer tudo o que nos é possível para diminuir os resultados da crise económica se vá perturbar a serenidade do País com manifestações dessa natureza. Ainda bem que o Partido Comunista é dessa opinião!

Uma voz do PS: — Isso é cá dentro!

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo: — Então, se assim é, será bom que o seu partido tenha o mesmo comportamento aqui dentro e lá fora.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Dá-me licença, Sr. Ministro?

O Orador: — Quanto ao aumento dos preços para a pesca, há uma contradição. Se nós aumentarmos os preços à produção, se nós tentarmos regularizar o abastecimento, «aqui d'el rei», que os preços aumentam

em cadeia; se, pelo contrário, nós fazemos o aumento de preços, que são verdadeiramente controlados em relação às empresas nacionalizadas do sector da pesca — é para elas que vai o subsídio de mais de um milhão de contos —, ainda não o aumentamos suficientemente. Em que é que ficamos: estamos a aumentar demais ou estamos a ficar aquém dos aumentos que eram legítimos?

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Isso é fugir aos problemas.

O Orador: — Quanto às medidas económicas de fundo, a Sr.^a Deputada Alda Nogueira pôs algumas questões, nomeadamente dizendo que, tendo baixado alguns preços à produção, eles não se reflectiram no consumo, como, por exemplo, o preço do frango...

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Dá-me licença, Sr. Ministro?

O Orador: — Tenha a bondade.

A Sr. Alda Nogueira (PCP): — Sr. Ministro, trata-se de duas coisas completamente distintas. As medidas económicas de fundo foi um aspecto que eu foquei e que não foi tido em conta na sua intervenção. A outra questão é a dos preços, que é uma medida pontual.

O Orador: — Eu não estava a dizer que eram a mesma coisa, estava a separar as suas questões em duas: medidas económicas de fundo e diminuição de preços à produção, sem reflexo no consumo. Em relação à primeira questão, medidas económicas de fundo, elas estão a ser tomadas, constam do Plano, havendo já uma série de medidas, mesmo no campo do comércio e turismo, regularizadoras dos circuitos de abastecimento, renovadoras e reestruturadoras dos serviços, que estão em curso. Os resultados já se encontram à vista.

Quanto ao problema dos produtos que tiveram quebras na produção, estas, ao verificarem-se, traduziram-se imediatamente no consumo. A batata baixou de produção — depois de um preço médio de 15\$ a 20\$, este ano está bastante mais baixo. Em relação ao frango, a mesma coisa. Eles entram neste momento no «cabaz de compras» com algum aumento devido ao aumento das rações, que se vai situar em cerca de 40%, e que tem a sua justificação na diminuição drástica da oferta interna de milho, no aumento da importação de milho, no aumento das exportações e na desvalorização do escudo. O mesmo se passa em relação ao sorgo e a outros produtos que temos de importar.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Dá-me licença mais uma vez, Sr. Ministro?

O Orador: — Tenha a bondade, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Sr. Ministro, a pergunta que fiz é muito concretamente esta: como é que o Sr. Ministro explica, que tendo baixado o preço à produção da carne, dos frangos, dos ovos, o consumidor não tenha beneficiado dessa mesma

baixa de preços? Pelo contrário, vimos agora a saber que é prejudicado, visto esses produtos, nomeadamente o frango e a carne de porco, aumentarem de preço entrando no «cabaz».

O Orador: — A Sr.^a Deputada não tem razão. Em primeiro lugar, pode haver um ou outro produto em que isso aconteça. Simplesmente, como o preço do «cabaz» é fixado por um período de um ano, o que acontecerá é que, se os preços à produção não forem justos, não consentirem o lucro mínimo aos produtores, o produto faltará na oferta interna e nós teremos de o comprar ao exterior. Se o «cabaz de compras» tivesse o período determinado de um mês ou dois meses, a Sr.^a Deputado tinha razão, mas como é para um ano tem de se fazer o cálculo do preço para todo o período do «cabaz de compras». Quando esses preços baixaram para a produção, fora do tempo do «cabaz», imediatamente houve um reflexo no consumo — é o caso típico da batata.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Dá-me licença mais uma vez, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Só queria acrescentar o seguinte: é que os produtos do «cabaz» e os produtos a ele ligados têm geralmente preços de campanha, não é preciso vir aqui explicar que têm preço de um ano.

O Orador: — A Sr.^a Deputada não tem razão.

Em relação a outras questões que foram postas, o Sr. Deputado Carlos Carvalhas fala no *contrôle* dos preços *a posteriori*. Sou tentado a dar-lhe razão e por isso disse que a lei está a ser modificada no sentido de dar a possibilidade de uma intervenção mais eficaz e mais útil do Estado na fixação do *contrôle* de preços. É uma necessidade que nós sentimos e por consequência estamos a adaptar o sistema legislativo a essa mesma necessidade.

Quanto ao problema dos contingentes da EFTA e da Comunidade Económica Europeia, é evidente que estão previstos e há contingentes às nossas importações, há produtos que estão contingentados e permanecerão contingentados e ninguém fala em atenuar ou eliminar esses contingentes. O problema está em alargar esses contingentes a toda a produção que nós importamos.

Quanto ao *contrôle* da contingência e ao cumprimento das contingências, isso passa por uma reformulação rápida dos serviços. Acontece que eram serviços que foram constituídos e criados numa situação económica totalmente diferente e que neste momento precisam de ser adaptados a uma situação de crise no mais curto espaço de tempo.

Quanto a respostas que tentou dar em relação a casos concretos, nós aguardamos. Em relação à Facar e à contingência de frigoríficos, aguardo que esses casos sejam expostos com o pormenor que merecem, com a indicação dos nomes, para que possamos intervir. Há uma sindicância aos serviços que foi instituída pelo I Governo Constitucional, que está a seguir os seus termos, mas uma coisa é aguardar os efeitos da sindicância dando garantias às pessoas de

serem ouvidas e de se defenderem, outra coisa é, num órgão de responsabilidade como é a Assembleia da República, serem levantadas suspeitas sobre uma direcção-geral, que depois foram extrapoladas pela imprensa a todo o Ministério.

Finalmente, em relação ao Sr. Deputado Magalhães Mota, é evidente que o *deficit* do patriotismo não se mede pelo *deficit* ser de 50, 59 ou 71 milhões. O patriotismo mede-se por isto: pelo facto de ser um *deficit* de 60 milhões e não de 70 milhões. O Sr. Deputado entende que nós podíamos manter o preço do «cabaz de compras» do ano passado? O Sr. Deputado entende que nós podíamos acrescentar no *deficit* mais 9 milhões de contos? Onde é que os íamos buscar...

Uma voz do PCP: — Onde foi buscar os outros!

O Orador: — ...senão a vender ouro e a continuar a endividar o País? Nessa política não contem com o meu Ministério.

Aplausos do PS e do CDS.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — É para um esclarecimento suplementar.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Eu depreendo das palavras do Sr. Ministro que, como eu supunha, o *deficit* não é um número mágico, é quando muito um limite que o Governo considerou indispensável à sua política. É assim?

O Sr. Agostinho do Vale (PS): — É de compreensão lenta!

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Ministro quer responder, faça favor.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo: — Sr. Deputado, qualquer *deficit* não tem nada de lógico, tem muito de real. Simplesmente, é o *deficit* possível face aos recursos disponíveis e à capacidade de intervenção que o Estado tem. Poderia ser aumentado, mas o Governo não poderia responsabilizar-se por esse tipo de aumento. Diminuí-lo, com os meios de que dispomos, sabe tão bem como eu que é impossível.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — É para dar um esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Quando citei o caso da Facar foi para afirmar que o aumento de preços foi de 30%, quando todos os técnicos do seu

Ministério apontavam para 15%. E essa decisão não é dos funcionários, é governamental.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Ministro quer responder, faça favor.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo: — Esse caso da Facar, como sabe, não foi passado neste Governo. Eu não o conhecia. O Sr. Deputado fará o favor de apresentar os elementos indispensáveis, e, se houver alguma irregularidade, pode ter a certeza de que...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Se houve irregularidades, foi o Governo.

O Orador: — Era bom que o Sr. Deputado esclarecesse, porque por meias palavras eu não entendo.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Dá-me licença, Sr. Ministro?

O Orador: — Desculpe, Sr. Deputado, mas agora estou no uso da palavra.

Como eu ia dizendo, eu não me entendo com meias palavras e o Sr. Deputado devia dizer que não era deste Governo esse caso e o que acontece é que por causa disso eu não o conheço.

Se o Sr. Deputado tem meios e elementos seguros que possa facilitar ao Ministério, o Sr. Deputado pode estar descansado que o Ministério, tal como o Sr. Deputado ou o seu partido, não está desatento na luta contra a corrupção.

Aplausos do PS e do CDS.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor. Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Só para que não haja qualquer confusão, tenho a dizer que o caso da Facar não é um caso de corrupção, é um caso de serviços que indicaram que o máximo a que se poderia ir no aumento, era de 15% e que foi tomada a decisão de aumentar 30%. O Sr. Ministro pode perfeitamente verificar isto, pois este é um caso muito concreto.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Localize isso no tempo, Sr. Deputado.

O Orador: — Mais localizado do que isto? Isto passou-se neste Governo e com a Facar.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Vitor Louro, para que efeito pede a palavra?

O Sr. Victor Louro (PCP): — É para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Protesto pelo simples facto de o Sr. Ministro não me ter autorizado oportunamente a interrupção, aliás em pleno uso dos seus direitos, mas não posso deixar de protestar porque tentou afirmar — aliás não tentou, insinuou mesmo — que o Partido Comunista tem um comportamento na Assembleia e outro fora dela. Isto é redondamente falso.

Risos e protestos do PS e do CDS

Nós apoiamos as manifestações contra o aumento do custo de vida aqui e lá fora. E quero deixar bem claro que o Sr. Ministro perante os problemas que eu lhe pus, de frente, respondeu a esses mesmos problemas de esguelha. Assim, falei na responsabilidade do fascismo no decréscimo da produção, o Sr. Ministro falou no aumento dos preços; falei na política de boicote da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau às empresas nacionalizadas, o Sr. Ministro respondeu com subsídios; perguntei a quem serve uma campanha de fiscalização com pré-aviso e o Sr. Ministro não respondeu.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro do Comércio e Turismo, deseja contraprotestar?

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo: — Não é um contraprotesto, é um esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo: — Em primeiro lugar, eu queria dizer ao Sr. Deputado que não insinuei nada em relação ao seu partido, nem sequer falei no comportamento do seu partido aqui ou lá fora.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Falou, falou!

O Orador: — O que eu disse, em aparte, foi, uma vez dada a sua explicação, que era bom que o seu partido então, se assim fosse, tivesse — e faço votos para que tenha — o mesmo comportamento aqui e lá fora.

Vozes do PCP: — Ai tem!

O Orador: — Se tem, ainda bem!

Em relação aquilo que afirmou da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau e em relação ao problema da fiscalização, eu suponho, Sr. Deputado, que o senhor disse isso, mas não estava à espera de qualquer resposta, porque isso é tão evidente...

O Sr. Victor Louro (PCP): — Ai estava, estava!

O Orador: — Então eu dou-lha, com toda a naturalidade.

Como sabe, a Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, neste momento, e suportando protestos de muitos comerciantes privados, tem o exclusivo da compra de peixe congelado, da sua importação e da sua distribuição. O que acontece é que há que

optar: ou efectivamente as empresas nacionalizadas têm uma forma de gestão que não é um peso para todos os portugueses, não apresentando portanto permanentes *deficits* de exploração, e então é evidente que nós viabilizaremos essas empresas, ou então o Sr. Deputado entende que a própria Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau...

O Sr. Victor Louro (PCP): — Deixando actuar as empresas privadas completamente fora das tabelas, não é, Sr. Ministro?

O Orador: — Sr. Deputado, isso não é verdade!

O Sr. Victor Louro (PCP): — Não é verdade?!

O Orador: — O Sr. Deputado pode fazer as afirmações que entender, mas isso não é verdade. O Sr. Deputado sabe muito bem que a Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau é um organismo público, é um organismo sem fins lucrativos, é um organismo que tem moralizado o mercado do peixe em Portugal, que tem efectivamente concorrido para o normal abastecimento — embora isso custe a algumas pessoas, é um facto, e o Sr. Deputado está bem acompanhado com as pessoas que subscrevem telegramas enviados ao Sr. Presidente da República. Por consequência, o que eu queria dizer é o seguinte: quanto à actividade da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, o que acontece é que não há nada a emendar, a não ser, em meu entender, dotá-la com outros meios que a tornem mais capaz de intervir mais satisfatoriamente na disciplina dos mercados — isso, com certeza que sim e fora disso não há outra alternativa.

Quanto à campanha de fiscalização, o Sr. Deputado sabe que com os efectivos de que dispomos na fiscalização económica temos de optimizar os recursos disponíveis. Não podemos, permanentemente, localizar todos os efectivos da Direcção-Geral num ponto do País. Portanto, o que nós tentámos fazer foi uma grande campanha, talvez a maior campanha de fiscalização que se fez no País, alertando todos os comerciantes por forma que cada comerciante, em qualquer ponto do País, não soubesse quando é que era fiscalizado. O que nos importava a nós não era a repressão — se calhar ao contrário do que o Sr. Deputado entende —, era a defesa do poder de compra do consumidor, e foi nessa óptica que nós trabalhámos e é nessa óptica que nós continuaremos a trabalhar.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, continuamos a aguardar inscrições.

O Sr. António Macedo (PS): — Vamos à alternância!

Uma voz do PSD: — Agora é a vez do CDS!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Robalo, deseja inscrever-se?

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Não Sr. Presidente: Pretendo dar uma explicação, em especial devido a um aparte.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Eu gostaria de chamar a atenção para o facto de o CDS ter bem menos tempo do que qualquer partido da Oposição.

Queria também comunicar a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que o CDS fará uma única intervenção no final do debate na generalidade das propostas de lei do Plano e do Orçamento e não utilizará os 61 minutos e 30 segundos que tem. Penso que esta intervenção se localizará na ordem dos vinte a trinta minutos, o que quer dizer, Sr. Presidente, que nós não aceitamos instituições laterais sobre um problema de inscrições.

Continuamos, pois, no mesmo entendimento: quem tem que pôr em causa as propostas de lei apresentadas pelo Governo é efectivamente a Oposição. Queremos ainda dizer a V. Ex.^a o seguinte: a questão do nosso tempo é da nossa responsabilidade...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ... e queremos também dizer que só utilizaremos parte deste tempo, o que quer dizer que disporremos de parte do tempo que não será utilizado por nós, porque não consideramos oportuno fazer novas intervenções.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. António Guterres (PS): — Para dar um esclarecimento, se possível, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. António Guterres (PS): — Gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do PS é novamente o grupo parlamentar que tem menos tempo disponível para intervir. Já hoje de manhã, em circunstância semelhante a esta, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez duas intervenções seguidas, no sentido de evitar o impasse que na altura se gerava.

O Governo acaba de fazer uma intervenção, aliás bastante extensa, dado o volume de perguntas feitas pelos Srs. Deputados, dos partidos da Oposição. Eu gostaria de lembrar que é o PSD o partido que tem mais tempo disponível neste momento, de acordo com as informações recolhidas da Mesa. A Mesa poderá desmentir-me caso as minhas afirmações não estejam correctas.

Pausa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira concluir, que a Mesa já informará a Assembleia de todos os tempos.

O Orador: — O PSD manteve até agora a linha de argumentação de que o Governo não respondia às perguntas que lhe eram apresentadas. O Sr. Secretá-

rio de Estado do Planeamento respondeu à maioria das perguntas postas pelo PSD...

Uma voz do PSD: — Olhe que não, olhe que não! ...

O Orador: — ..., esforço aliás mal compreendido pelo PSD, que manteve durante esta intervenção menos de um quinto dos seus Deputados na sala.

Aplausos do PS e do CDS.

O Orador: — Nessas condições, se o Partido Social-Democrata se considera satisfeito, nós, pela nossa parte, não vemos qualquer inconveniente em que se proceda à votação na generalidade do Orçamento e do Plano.

Vozes do PS e do CDS: — Muito bem!

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Magalhães Mota, vamos informar dos tempos disponíveis: o Governo dispõe de trinta e sete minutos, o PS de cinquenta e sete minutos, o PSD de sessenta e seis minutos e meio, o CDS de sessenta e um minutos e meio, o PCP de cinquenta e cinco minutos, a UDP de vinte e oito minutos. Quanto aos Deputados independentes, o Sr. Deputado Aires Rodrigues dispõe de dois minutos, o Sr. Deputado Lopes Cardoso de um minuto e trinta segundos, o Sr. Deputado Galvão de Melo de quinze minutos, a Sr.^a Deputada Carmelinda Pereira de meio minuto e o Sr. Deputado Brás Pinto de três minutos.

O Sr. Deputado Magalhães Mota deseja usar da palavra para um esclarecimento?

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu queria, em primeiro lugar, acen-tuar a surpresa com que verifiquei a vocação de controlador do Sr. Deputado António Guterres.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do PS.

O Orador: — Creio que cada partido administra o seu tempo como entende. Nós temos obedecido à regra da alternância que foi fixada entre todos os grupos parlamentares e o Governo, nós temos obedecido, portanto, ao compromisso que assumimos conjuntamente com os outros partidos e o Governo. Não é, portanto, da parte do meu partido que o compromisso assumido por todos os grupos parlamentares e pelo Governo está a ser falseado neste debate.

Gostaria de salientar que efectivamente o Governo não tem, até ao momento, dado resposta às nossas questões...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ..., o que corresponde aliás àquilo que tem sido habitual nos debates que temos tido: o Governo sabe fazer oposição às oposições, mas não sabe defender as suas posições.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — Gostaria, por último, de dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, se efectivamente se pretende que o Regimento que por acordo entre todos os grupos parlamentares e o Governo foi fixado seja objecto de alterações, isso deve motivar nova reunião dos grupos parlamentares, para que assentemos no ritmo e no sistema de trabalho a adoptar. Pela nossa parte, nós gostaríamos de salientar que efectivamente a resposta às questões por nós formuladas é essencial para que possamos definir, perante a Câmara e perante o País, a nossa posição. E gostaríamos de dizer que na administração do nosso próprio tempo, desde que respeitemos, como temos feito, as regras de jogo a que nos comprometemos somos nós os únicos juízes.

Quanto à intervenção do Sr. Secretário de Estado do Planeamento, eu diria que na nossa bancada tivemos gente suficiente para ouvir, para nela reflectir e a ela daremos resposta.

Por último, gostaria de salientar que precisamente perante uma mesma situação de não inscrições não vi nenhuma pressa no Sr. Deputado António Guterres para fazer votar as propostas de lei do Plano e do Orçamento quando o PS e o CDS não estavam presentes na saia em número suficiente para evitar a derrota dessas propostas de lei.

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — É falso.

O Sr. António Guterres (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente, para um esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. António Guterres (PS): — Em primeiro lugar, gostaria de garantir ao Sr. Deputado Magalhães Mota que não tenho a menor pretensão de controlar seja o que for no interior do PSD.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Congratulo-me, Sr. Deputado.

O Orador: — Penso até que não seria fácil fazê-lo. Gostaria de dizer o seguinte: por nossa parte, constatámos, objectivamente, o facto de que o PSD é o partido com mais tempo para intervir. Não faria sentido, dada a insistência que o PSD manifestou na apresentação das suas questões, o encerramento do debate antes que o Governo tivesse tido a oportunidade, como teve, de responder às mais importantes dessas questões. Pela nossa parte, portanto, não faria qualquer sentido pronunciarmo-nos no sentido de uma votação, hoje de manhã, antes da intervenção do Sr. Secretário de Estado do Planeamento. Mas neste momento, pela nossa parte, não vemos qualquer razão para adiar essa votação. Se o PSD entender, como

partido da Oposição que é e com o direito que é seu, que tem ainda alguma coisa a propor ao povo português, em alternativa ao esquema posto pelo Governo, e entender que isso merece discussão, estamos abertos a essa discussão. Se o PSD não entender fazê-lo, pela nossa parte estamos dispostos a votar imediatamente o Plano e o Orçamento.

Aplausos do PS e do CDS.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Se o Sr. Presidente me permitisse, desejava prestar um esclarecimento e pedir outro ao Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — O esclarecimento que eu queria pedir é o seguinte: como é que o Sr. Deputado Magalhães Mota consegue uma regra de alternância com intervenções de cinco minutos, tendo as outras, normalmente, mais de vinte minutos e algumas até mais de trinta minutos? Considera que há alternância possível em situações destas? Aí a alternância seria de um para quatro, o que não parece muito justo.

O esclarecimento que eu queria dar a V. Ex.^a é que efectivamente o Grupo Parlamentar do CDS apoia a declaração feita pelo Sr. Deputado António Guterres, no sentido de se proceder imediatamente à votação, no caso de não haver inscrições.

O Sr. Presidente: — A Mesa pensa — os Srs. Deputados dirão — que não seria mal que fizéssemos aqui o intervalo e durante ele se realizasse uma reunião dos grupos parlamentares a fim de resolvirmos esta situação, porque, na verdade, a Mesa tem um Regimento específico para esta matéria e não tem inscrições. É evidente que os Srs. Deputados não são obrigados a inscrever-se, mas a Mesa tem de conduzir os trabalhos, pelo que supomos que uma reunião talvez resolva o impasse. Fariamo-nos então agora, não havendo oposição, o nosso intervalo habitual.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Sr. Presidente, é para da parte do meu grupo parlamentar, apoiar essa sugestão feita pela Mesa, no sentido de, tanto quanto possível, se evitar aquilo que se vem repetindo.

Lembrava, no entanto, o seguinte: o Grupo Parlamentar do Partido Comunista é neste momento o grupo parlamentar que de menos tempo dispõe, mas que ainda assim hoje já fez três intervenções, ou seja, é o grupo parlamentar que hoje já fez mais intervenções.

O Sr. Presidente: — Como não há oposição, fazemos o nosso intervalo até às 17 horas e 25 minutos e agradeço que os líderes parlamentares façam o favor de ir imediatamente ao gabinete do Sr. Presidente.

Está suspensa a sessão.

Eram 16 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 17 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Rebelo de Sousa.

O Sr. António Rebelo de Sousa (PSD): — Srs. Deputados, gostaria de esclarecer, desde já, que as respostas aos pedidos de esclarecimento serão dadas na última intervenção do Partido Social-Democrata, por escassez de tempo.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É chegado o momento de se começar a proceder a um balanço do debate que tem vindo a realizar-se nesta Assembleia acerca das propostas de lei do Plano e do Orçamento Geral do Estado, nomeadamente no que respeita às respostas dadas pelo Governo às questões formuladas pelos sociais-democratas e às perspectivas de evolução da situação económico-financeira nacional, a curto e médio prazos, a partir da consideração das grandes linhas caracterizadoras da política económica global por que se pretende enveredar.

Assim, um primeiro aspecto que ficou por esclarecer consiste na articulação da política orçamental subjacente à proposta de lei do Orçamento Geral do Estado com o modelo de estabilização conjuntural para que se aponta. Diz-se que se pretende aumentar significativamente as exportações, executar uma política de substituição de importações e contribuir para uma maior justiça social redistributiva. Mas não se esclarece quais as medidas concretas que se pretende adoptar, tendo em vista a introdução de incentivos ao sector de exportação, não se prevê a adopção de uma política clara conducente a um incremento significativo dos índices de produtividade e propõe-se uma política tributária que privilegia os rendimentos de capitais em relação aos rendimentos do trabalho.

Por outro lado, reconhece-se que não houve alterações significativas no que respeita à política tributária, continuando os impostos indirectos a apresentar um peso relativo, em relação às receitas fiscais globais, exagerado em comparação com o peso relativo dos impostos directos. Continua-se, portanto, a aplicar uma política tributária que o próprio Governo reconhece como injusta, uma vez que os impostos indirectos incidem indiscriminadamente sobre todos os consumidores.

Paralelamente, justifica-se o facto de se privilegiar os rendimentos do capital em relação aos rendimentos do trabalho com base no argumento de que se torna necessário fomentar a poupança particular e evitar as fugas de capital para o exterior. Esquece-se, no entanto, que, por esta via, se está a criar um sistema injusto e a contribuir para um relativo desinteresse ou até para a saída para o exterior de quadros técnicos especializados.

Assim, um cidadão que tenha um depósito a prazo de, por exemplo, 10 mil contos, receberá, anualmente, um rendimento líquido de cerca de 1500 contos e não terá sequer de declarar esse rendimento para efeitos de imposto complementar. Já aquele que, pelo esforço do seu trabalho, aufera um rendimento

anual de 500 contos, por exemplo, acabará por não dispor de um rendimento líquido superior a 400 contos, se atendermos, simultaneamente, ao imposto profissional e complementar. Trata-se de uma situação de manifesta injustiça relativa.

Ainda no que respeita à política orçamental proposta, interessa, mais uma vez, salientar que a mesma aponta para um modelo de estagflação, isto é, de manutenção de níveis elevados de desemprego com inflação e estagnação relativa da actividade produtiva, o que, pelo menos, põe em causa alguns dos objectivos que se pretende atingir, em termos de Plano para 1978.

Entrando agora na análise dos possíveis efeitos indutores provocados por uma política de aumentos sucessivos das taxas de juro, convém ainda salientar que o Governo não esclareceu suficientemente como pretende articular a mesma com o objectivo de expansão moderada da produção e de controlo da inflação a uma taxa não superior a 20 %. O argumento segundo o qual se torna necessário aumentar ainda mais as taxas de juro para, dessa forma, se incrementar a poupança interna afigura-se, em larga medida, discutível, uma vez que, a partir de certos níveis de taxas de juro e em situação de inflação tendencialmente galopante, a poupança passa a ser quase insensível a variações operadas nas referidas taxas.

Por outro lado, a adopção de uma política de taxas de juro excessivamente elevadas conduz a uma significativa subida da taxa mínima de atracitividade. O Governo não esclareceu qual tenderá a ser a taxa mínima de atracitividade, partindo-se do pressuposto de que, em certos casos, a taxa de juros atinge os 18 % — livre de impostos — e de que a tributação sobre os lucros das empresas tende a ser elevada. Também ficou por esclarecer como é que se torna possível conciliar uma taxa mínima de atracitividade elevada com o objectivo de contenção da inflação, designadamente para os casos em que a procura se apresenta relativamente menos elástica.

Um outro aspecto relevante a esclarecer — no domínio dos principais elementos caracterizadores do modelo de estabilização subjacente à proposta de lei do Plano para 1978 — consiste nas projecções realizadas para algumas variáveis macroeconómicas.

Assim, afigura-se irrealista prever, por um lado, um aumento de 3 % para o produto interno bruto, bem como um incremento significativo das exportações, e, por outro lado, uma redução de 6 % para as importações. Qual, então, a elasticidade das importações em relação ao produto interno bruto e até que ponto reconhece ou não o Governo que os dados em que, neste domínio, assentava o Plano a médio prazo são incorrectos?

Paralelamente, tendo assegurado o Governo que não seriam aplicadas restrições em relação às importações de bens de consumo essenciais, torna-se possível concluir que as restrições às importações irão, sobretudo, incidir sobre as matérias-primas e os bens de equipamento, tanto mais que o peso relativo dos bens de consumo sumptuário é comparativamente baixo. Se assim é, tal política irá provocar efeitos indutores negativos para muitas unidades produtivas nacionais, quer em termos de inviabilização da sua

reconversão quer no que respeita à sua situação económico-financeira, o que, por sua vez, não deixaria de afectar negativamente o nível de desemprego existente.

No que se refere à política de exportação, importa desde já salientar que o modelo contracionista subjacente à proposta de lei do Plano se torna praticamente inconciliável com uma política arrojada, que esteja virada para uma diversificação significativa do sector de exportação, bem como para uma transformação qualitativa dos produtos exportados, através, nomeadamente, do progresso tecnológico incorporado.

Assim, a expansão relativa das exportações tenderá muito mais a assentar na acção conjugada da depreciação deslizante do escudo e do abaixamento do salário real do que numa política de melhoria da qualidade dos produtos de exportação e de incremento significativo dos índices de produtividade. Trata-se, portanto, de um modelo que, se num prazo de um ou dois anos não se conseguir atenuar sensivelmente a inflação e reduzir muito significativamente o *deficit* da balança de transacções correntes, poderá conduzir a um processo cumulativo de desvalorização do escudo e de agravamento dos desequilíbrios internos.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ficou ainda por esclarecer até que ponto se apresentam correctas as previsões relativas ao saldo com o turismo e às remessas dos emigrantes, não se percebendo, também, como é que se torna possível considerar que se conseguiu uma situação mais favorável, no que respeita às negociações com o Fundo Monetário Internacional, no capítulo do *deficit* previsto para a balança de transacções correntes. De facto, como é que se torna possível — levantamos mais uma vez esta questão — chegar a essa conclusão se, de acordo com a proposta de lei do Plano apresentada em Outubro, se previa um decréscimo de 1 bilião e 200 milhões de dólares para 800 milhões de dólares e agora, de acordo com a versão que está a ser, presentemente, debatida pela Assembleia da República, se prevê uma redução do mesmo *deficit* de 1 bilião e 400 milhões de dólares para 1 bilião de dólares, sendo ainda certo que as medidas de política económica que venham a ser adoptadas nesse sentido não produzirão efeitos significativos antes de Maio-Junho?

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Entrando agora na análise sintética das políticas sectoriais, conviria desde já chamar a atenção para o facto de se ter ficado muito aquém daquilo que seria desejável. Poderá, certamente, dizer-se que o Governo só devia apresentar à Assembleia da República as grandes opções do Plano e que, portanto, não valeria a pena abordar assuntos que já haviam sido contemplados no Programa do Governo. Só que não se perdia nada em tentar fundamentar um pouco mais essas grandes opções, nomeadamente a nível sectorial.

Assim, nota-se também aqui — e à semelhança do que já havia acontecido com o Programa de Governo — uma significativa diferença qualitativa entre toda a parte correspondente às grandes linhas gerais do programa de estabilização para 1978 e a parte relativa às políticas sectoriais. De facto, afirma-se relativamente evidente que as partes concorrentes à política de preços e rendimentos (em que, por exemplo, quase nada se diz sobre política de preços agrícolas), à política de emprego (em que não se chega a esclarecer bem qual o tipo de política de apoio às pequenas e médias empresas preconizada pelo Governo, qual a incidência «esperada» da introdução do trabalho por turnos ou de formas de trabalho temporário nos níveis de produtividade, não se articulando, minimamente, a problemática da política do emprego, com a necessidade de expansão de infra-estruturas), à política industrial propriamente dita, à política agrícola e à política de investimentos em geral, pouco ou nada adiantam em relação ao Programa do Governo.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Isto não significa que outros casos e em outros capítulos não se verifiquem insuficiências, algumas mesmo de certa relevância.

É, por exemplo, o caso da política de balança de pagamentos, conforme já referi, em que poderia especificar-se muito mais quais as medidas julgadas necessárias pelo Governo para controlar as importações e reduzir o seu conteúdo na procura global, apresentando-se ainda insuficiente o que se diz a respeito da articulação da política de balança de pagamentos com a política cambial.

Sintetizando: apesar de o modelo em que assenta o Plano apresentar uma certa coerência interna, a parte sectorial é manifestamente insuficiente e a política orçamental para que se aponta não entronca, de forma minimamente razoável, com a política global de estabilização que nos é proposta, bem como com os objectivos conjunturais para que se aponta.

O Sr. Meneses Pimentel (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Fica-se sem saber por que razão o Governo considera impossível uma alternativa em que, por exemplo, a taxa de crescimento do produto interno bruto fosse um pouco mais elevada, com incremento e diversificação significativos das exportações, estabilização das importações e redução do *deficit* da balança de transacções correntes para limites da ordem de 1 bilião e 100 milhões de dólares, pressupondo-se a existência de maiores incentivos ao investimento privado, nacional e estrangeiro, bem como uma política tributária mais conforme com os imperativos de justiça social e de redução das desigualdades.

Finalmente, permanecem aspectos relevantes por esclarecer nos domínios das regras de funcionamento da economia e dos mecanismos de reorganização do sector público.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Nada se sabe quanto aos critérios gerais em que irá assentar a regulamentação de algumas leis fundamentais, designadamente as leis de delimitação dos sectores público e privado e das indemnizações. Nada se diz de concreto sobre a definição de critérios mínimos de rendibilidade a adoptar nas empresas integradas no sector público. Pouco ou nada se adianta sobre a articulação do programa de estabilização proposto para 1978, com uma visão que se pretenda minimamente coerente, de crescimento da economia, a médio prazo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A apreciação da política económica que o Governo pretende prosseguir tem também uma dimensão social e política, a qual pode e deve ser perspectivada de acordo com uma visão estrutural dos principais aspectos caracterizadores da sociedade portuguesa.

Não faz sentido pretender transformar profundamente a realidade económica do País sem atender aos estrangulamentos estruturais existentes, quer no que respeita à esperança produtiva e aos centros e mecanismos de decisão, quer no que se relaciona com aquilo a que Gunnar Myrdal designa de «estado lasso», inerente a sociedades com superestruturas culturais relativamente subdesenvolvidas.

Como afirma Michel Rocard, «não basta assegurar a possibilidade de uma orientação efectiva da economia». A condução de uma economia aberta e em transformação exige uma alteração profunda dos instrumentos de observação e de análise, bem como a elaboração de novos critérios de decisão.

Dai que, não sendo contrárias à ideia de que a austeridade é necessária, não possamos, nós, sociais-democratas, dissociar uma política de austeridade da resposta às questões de austeridade para quem e para quê.

Austeridade sem que se conheçam as políticas sectoriais que permitam viabilizar um modelo que se pretende coerente de estabilização conjuntural?

Austeridade sem se saber, ao certo, os critérios a que obedecerá a regulamentação de leis essenciais para a definição de uma determinada organização económica a consolidar e a desenvolver no futuro?

Austeridade sem que se esclareçam quais os mecanismos de articulação de uma política de estabilização conjuntural com uma visão realista e equilibrada de evolução das nossas estruturas produtivas a médio prazo?

Estas são questões que ficaram por responder.

E é, por isso mesmo, que não podemos deixar de manifestar as nossas divergências em relação às propostas de lei do Plano e do Orçamento Geral do Estado apresentadas pelo Governo.

Sem fazer críticas pela crítica, mas mostrando como criticando o que se nos afigura criticável, se pode e deve contribuir para a permanente busca das soluções alternativas de que o País carece.

Applausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado António Rebelo de Sousa, meu caro amigo: o Sr. Deputado falou tão depressa que, confesso, tive alguma

dificuldade em apreender o essencial da sua intervenção. Certamente que só depois de a ter por escrito o poderei fazer.

Ficou-me, no entanto, a vaga impressão de que o Sr. Deputado apontaria para uma política mais expansionista do que a política que o Governo defende e para a existência de *deficits* de transacções correntes mais vultosos do que aqueles que são considerados objectivos pelo Governo. Atendendo a que provavelmente isso envolveria o rompimento das negociações com o Fundo Monetário Internacional, gostaria de saber qual a alternativa concreta que o Sr. Deputado aponta para o financiamento desses *deficits* e para a prossecução da política económica do País a médio prazo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Rebelo de Sousa, há mais um interpelante inscrito. Deseja responder em separado ou em conjunto, no fim das interpelações?

O Sr. António Rebelo de Sousa (PSD): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marinho.

O Sr. Luís Marinho (PS): — Sr. Deputado António Rebelo de Sousa, argumenta o Sr. Deputado que a política tributária inscrita no Orçamento privilegia os rendimentos do capital em desfavor dos rendimentos do trabalho. É o Sr. Deputado que o diz e não somos nós.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — É verdade, e de que maneira!

O Orador: — Mas, sendo assim, se apesar de tudo esta política não é assim tão má para o sector privado — e penso que o seu partido privilegia bastante o sector privado da economia —, acha o Sr. Deputado, que tem feito tantas críticas ao carácter contracionista da política orçamental, que se deveria agravar ainda mais as condições de funcionamento do sector privado da economia?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Rebelo de Sousa, se o desejar fazer, pode responder.

O Sr. António Rebelo de Sousa (PSD): — Sr. Deputado António Guterres, tive ocasião de dizer hoje, no início da minha intervenção, que remetia as respostas às questões que me fossem colocadas para a intervenção final do nosso partido, por falta de tempo.

Contudo, posso esclarecer, em primeiro lugar, que não me parece que uma política um pouco mais moderadamente expansionista — chamemos-lhe assim —, com uma taxa de crescimento um pouco mais elevada do produto interno bruto, levasse necessariamente ao rompimento das negociações com o Fundo Monetário Internacional. Penso, aliás, que só poderá haver desvantagens em, logo à partida, nos apresentarmos sem uma posição de firmeza em rela-

ção às posições que devem ser defendidas junto do Fundo Monetário Internacional.

Em segundo lugar, quanto à política tributária, questão também levantada pelo Sr. Deputado Luís Marinho, devo-lhe dizer que o nosso partido não privilegia, de facto, o sector privado em relação ao sector cooperativo ou ao sector estatizado. Consideramos que não deve haver qualquer discriminação, como partido social-democrata que somos. Pensamos que, de facto, uma política tributária diferente, que privilegiasse menos os rendimentos de capitais em relação aos rendimentos do trabalho, não iria de modo algum colidir com uma política económica mais viável para uma expansão moderada da produção, uma vez que não nos parece que seja indiscutível o facto de o déficit apresentado para o Orçamento Geral do Estado não poder ser revisto nalguns dos seus aspectos, para além de que a própria distribuição das receitas fiscais também poder ser alterada significativamente.

O Sr. António Guterres (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Para que efeito deseja o Sr. Deputado António Guterres usar da palavra?

O Sr. António Guterres (PS): — Desejava pedir uma explicação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado António Rebelo de Sousa acaba de fazer uma afirmação que considero extremamente grave. Gostaria de saber se a sustenta ou se foi por lapso que a fez. A afirmação é que o Governo não tem tido a necessária firmeza nas negociações com o Fundo Monetário Internacional. Entendi bem, foi um lapso do meu entendimento ou foi um lapso da sua intervenção?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Rebelo de Sousa, queira responder, se assim o desejar.

O Sr. António Rebelo de Sousa (PSD): — O Sr. Deputado vai-me desculpar, mas digo-lhe que o Sr. Deputado «enfiou o barrete», porque eu limitei-me pura e simplesmente a dizer que achava altamente desvantajoso para qualquer Governo começar as negociações com o Fundo Monetário Internacional numa posição de fraqueza. Assim, a apresentação da uma proposta deste género não seria necessariamente negativa.

Se interpreta isto como tendo sido uma crítica à actuação do Governo, devo dizer-lhe que não sou responsável pela sua interpretação, pois que o Sr. Deputado é que é inteiramente responsável por ela.

O Sr. António Guterres (PS): — Quer dizer que o Sr. Deputado não sustenta que o Governo não tem tido uma atitude firme nas negociações com o Fundo Monetário Internacional?

O Sr. António Rebelo de Sousa (PSD): — É sua a afirmação, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Quer dizer que o Sr. Deputado António Guterres não sustenta a sua afirmação.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em relação às afirmações aqui produzidas ontem pelo Sr. Deputado Ludovico da Costa, acerca do trem de laminagem de fio, queremos prestar os seguintes esclarecimentos à Câmara.

Em primeiro lugar, reafirmamos que a RDA não foi qualificada para aquele fornecimento e mantemos que não o foi não por razões técnicas mas por razões políticas.

Em segundo lugar, mesmo que a RDA nunca tivesse feito um trem de laminagem de fio superior a 50 ms, tal não era razão técnica para não ser qualificada, até porque há muito poucos já realizados com velocidade superior àquela.

Mas a ser essa a razão, como se justifica então que empresas que nunca os produziram tenham sido qualificadas?

E para que não julgue que é uma acusação vaga, citamos, entre outros, o caso dos italianos (empresa Danielli).

Falou-se ainda em capacidades instaladas e capacidades não utilizadas para se tirar conclusões que não se podem extraír. Ms, se se quisesse utilizar esse argumento, poderia então o Sr. Deputado dizer a esta Câmara a quanto está a produzir o trem de laminagem da fábrica da Maia, montado pelos ingleses, cujo contrato foi adjudicado em Novembro de 1973 e que, normalmente, deveria ter arrancado dois anos depois.

Os que estiveram na base da eliminação da RDA foram os mesmos que têm boicotado sistematicamente a participação dos países socialistas no plano siderúrgico nacional, os mesmos que, também sem qualquer argumento técnico, procuraram retirar à Siderurgia Nacional os projectos do forno de cal e da central de oxigénio. E nós perguntamos: em nome de quê e em benefício de quem? Do povo português? Parece-me bem que não.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As nossas intervenções têm sido pautadas pela apresentação de medidas concretas. Nesse sentido, fá-lo-emos ainda em relação às grandes opções do Plano e à política orçamental e de crédito. Mas isto implica também a necessidade de, na especialidade, haver vontade política para uma discussão objectiva sobre as propostas e sobre as alternativas apresentadas, o que, diga-se em abono da verdade, nem sempre tem havido.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, suponho, tem a palavra o Sr. Deputado Ludovico da Costa.

O Sr. Ludovico da Costa (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Carlos Carvalhas acaba de manter as afirmações que fez sobre a minha

intervenção de sexta-feira passada. Mantemos, pela nossa parte, a intervenção que fizemos.

Convidou o Sr. Deputado Carlos Carvalhas a assinar comigo um requerimento ao Governo, juntamente com o nosso colega Sousa Marques, por também ser meu colega na Siderurgia Nacional, pedindo informações precisas sobre o que se passou, concretamente, com esse concurso.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, se quiser responder, faça favor.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Queria apenas dizer que estamos de acordo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O debate sobre as grandes linhas do Orçamento e do Plano para 1978 é um bom momento para fazer o ponto à situação económica e para confrontar os sucessos e os fracassos da nossa evolução passada com as necessidades impostas pela construção do futuro, esgotado que está o modelo em que assentou o desenvolvimento industrial do país, a partir da 2.ª Guerra Mundial.

Vivemos uma viragem fundamental da nossa vida económica, viragem que nos é imposta pelas transformações do mundo exterior e pela determinação em encontrar as formas de tornar de novo viável economicamente este Portugal que somos.

Portugal não é mais a cabeça de um império, que a burguesia da época nunca soube, sequer, utilizar em proveito do bem-estar generalizado dos cidadãos ou da criação de uma economia próspera e moderna.

O Sr. Luís Cid (PS): — Muito bem!

O Orador: — O nosso país reassume a sua vocação de membro de pleno direito do velho continente, com ele disposto a partilhar as dificuldades dos tempos presentes, mas também o acesso às formas mais evoluídas da cultura, da organização social, da satisfação de necessidades materiais e da qualidade de vida.

A austeridade a que agora nos propomos é um elemento que não pode dissociar-se do projecto de modernização da sociedade portuguesa. Projecto de que faz parte integrante a nossa opção europeia.

Os Portugueses têm o direito de saber para onde caminha o País e quais as compensações que obterão a médio prazo para os sacrifícios que são chamados a aceitar hoje.

O Governo fez, pois, bem em não limitar o debate ao programa de estabilização para 1978 e às medidas que dele decorrem no Orçamento e no Plano. A intervenção inicial do Sr. Ministro das Finanças e do Plano e a intervenção posterior do Sr. Secretário de Estado do Planeamento inseriram claramente aquele numa perspectiva clara da política económica e social a médio prazo.

É a esse debate generalizado que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende trazer o seu

contributo. Debate que queremos isento da demagogia fácil que tem vindo a ser uma constante na discussão de temas económicos em Portugal.

Foi essa demagogia que levou uns, em tempos, a propagandear as nacionalizações, alegando que assim se distribuiriam pelos trabalhadores os fabulosos lucros dos monopolistas, esquecendo que a acumulação é necessária a qualquer sistema económico e que ela tem sempre de ser exercida, seja qual for o agente que apropria a mais-valia que se vai gerando.

O Sr. Luís Cid (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não se nacionalizou para redistribuir rendimentos, nacionalizou-se para alterar as condições políticas no controlo do poder económico.

É essa demagogia que tem levado outros a atribuir à Revolução de Abril a responsabilidade dos efeitos exercidos na economia portuguesa pela deterioração dos termos de troca com o exterior, a partir de Setembro de 1973, pela recessão no mundo ou pelo aumento súbito da população portuguesa.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — Demagogia que confunde o carácter público ou privado das empresas com as condições materiais da sua exploração, demagogia que ilude as opções mais evidentes, prometendo a realização imediata de objectivos antagónicos, com a criação acelerada de empregos e a melhoria generalizada do nível de vida, acompanhando a redução drástica do desequilíbrio face ao exterior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Revolução de 25 de Abril e o processo social que se lhe seguiu determinaram em Portugal profundas alterações na natureza política do Estado, na organização do sistema económico e social e nas estruturas de poder a ela associadas.

Tais alterações, porém, não determinaram, por si sós e até ao momento presente, qualquer modificação relevante do aparelho produtivo, nem conduziram de imediato à transformação da mentalidade da maior parte dos agentes económicos.

É por isso que importa saber interpretar correctamente os erros e as limitações do passado, para poder perspectivar, com segurança, o futuro.

O desenvolvimento industrial do nosso país é uma aquisição recente.

A acumulação de capitais gerada em Portugal no decorrer da 2.ª Guerra Mundial, conjuntamente com a criação de infra-estruturas operada no pós-guerra, por aplicação da política enunciada pelo Prof. Ferreira Dias, veio a permitir a industrialização do País a ritmo até então nunca antes processado.

O modelo de desenvolvimento ao tempo escolhido assentava em alguns pressupostos essenciais, de que me permito destacar os seguintes: o papel motor atribuído ao crescimento industrial, acreditando-se que os restantes sectores beneficiariam do efeito de arrastamento induzido pela indústria; a substituição de importações, como direcção privilegiada da política de investimentos; o carácter privado da generalidade das estruturas produtivas a criar, cabendo ao Estado suportar os encargos com o estabelecimento das nec-

sárias infra-estruturas e assegurar um clima de forte protecção às actividades nascentes.

Estes pressupostos do modelo, que garantiram o êxito inicial da estratégia, traziam consigo, contudo, o germen do seu rápido esgotamento.

Nascida com uma vocação pouco estimulante, o abastecimento de um mercado interno reduzido pelo volume físico da população e pelo baixo nível dos rendimentos distribuídos, criada num clima de protecção estiolante, a jovem indústria portuguesa veio a crescer débil na estrutura, atrasada na tecnologia, pequena na dimensão, tímida no empreendimento.

Na realidade, não lhe foi dado o ensejo de se reabastecer na luta árdua pela vida, própria das revoluções industriais da Europa do Norte, em pleno triunfo das concepções liberais.

Em Portugal, o Estado, que se ia corporativizando, teve o cuidado de criar um clima asséptico para que o recém-nascido não sofresse a menor beliscadura.

A protecção pautal libertou-o da concorrência externa, o condicionamento industrial garantiu-o contra as ameaças dos mais ousados ou aguerridos que, eventualmente, surgissem no seu próprio seio. Assim se eliminava a possibilidade de se desenvolver uma burguesia industrial activa e aberta a valores do progresso, mantendo-se o tradicional domínio dos interesses financeiros e comerciais, quando não mesmo dos sectores mais reaccionários da burguesia rural do Sul.

O Sr. Luís Cid (PS): — Muito bem!

O Orador: — Se o mercado administrativamente regulado garantia a segurança de preços compensadores, não se descurrou também a contenção sistemática dos custos de produção.

A repressão aos trabalhadores, impedida de criar as suas próprias organizações de classe, assegurava os baixos salários; eram simultaneamente contidos os preços das matérias-primas com origem no sector primário metropolitano ou colonial. Finalmente, e fora algumas produções de qualidade marginal, em sectores exportadores tradicionais, foram facilitadas condições privilegiadas de colocação em mercados coloniais com carácter reservado.

A prioridade que foi dada à substituição de importações, veio a orientar naturalmente os investidores para os elos finais nas cadeias de produção, o que conferiu à economia portuguesa o carácter predominante de uma gigantesca linha de montagem, com base em componentes importados. Linha de montagem a que a exiguidade do mercado a que se destinava nem sequer permitia índices elevados de produtividade.

É desse carácter predominante que decorre, ainda hoje, o agravamento sensível na balança de pagamentos, pelo aumento súbito das importações, sempre que se tenta um esforço generalizado de incremento da produção.

O início dos anos 60, viria a trazer alguma esperança aos que pensavam ser necessário mudar de rumo. Na verdade, foram dados os primeiros passos no caminho da integração europeia, com a adesão à Convenção de Estocolmo e a consequente participação na EFTA.

Não foi grande, porém, o surto sofrido pelos imobilistas.

As confortáveis disposições do Anexo G logo acalmaram as preocupações e poucos se terão lembrado de perguntar o que aconteceria no final dos períodos de transição. O mesmo Estado que sempre os havia protegido, não deixaria certamente de encontrar, na altura própria, um novo subterfúgio para travar a evolução dos tempos.

Neste clima foram, infelizmente, os sectores tradicionais os que maior benefício tiraram nos mercados agora abertos. Permitiu-se, por outro lado, que o investimento estrangeiro se tivesse orientado para áreas de típica exploração de mão-de-obra barata, com reduzida inserção no circuito económico interno e quase nulo efeito induzido de arrastamento. Aos trabalhadores portugueses cabia, em troca de baixa remuneração, transformar em máquinas importadas matérias-primas que de fora vinham para logo tornarem a sair.

À menor pressão salarial, à recessão dos mercados de destino ou à evolução mais rápida das tecnologias, era fácil responder pelo encerramento de unidades produtivas ou pela sua transferência para a Coreia, para a Nigéria ou outra qualquer reserva de mão-de-obra ainda mais barata.

Porém, não foi só nos limites apertados do mercado interno ou na lógica implacável da divisão internacional do trabalho que o modelo definido encontrou o seu esgotamento.

Na verdade, o papel motor, inicialmente atribuído à indústria, nunca se chegou a verificar. Em particular, a produção agrícola não acompanhou o crescimento industrial, constituindo cada vez mais o principal estrangulamento do nosso processo de desenvolvimento económico e social. A estagnação da produção agrícola deu uma contribuição decisiva para o acelerar do ritmo de subida dos preços a partir do fim dos anos 60 e veio a agravar, à medida que o consumo crescia, um apreciável deficit alimentar nas relações com o exterior.

À estagnação na produtividade da terra correspondeu naturalmente o êxodo rural, primeiro utilizado como parte de mão-de-obra para o crescimento industrial, para logo se transformar em caudal emigratório de enorme amplitude.

Na verdade, a indústria tomada, no seu conjunto, cedo deixou de criar emprego. Após a evolução inicial, os postos de trabalho que se foram gerando limitaram-se a substituir os que se iam suprimindo, à medida que os sectores da mais baixa produtividade se modernizavam ou definhavam a caminho da extinção.

Enquanto a Europa pôde absorver os excedentes de mão-de-obra o modelo pôde continuar viável, porque éramos, naturalmente, cada vez menos.

Também a própria estrutura das relações económicas com as colónias começou a ser posta em causa pela força emergente da jovem burguesia colonial e pelo peso crescente da presença das empresas estrangeiras. A leitura dos documentos publicados pelas associações económicas de Angola, no início dos anos 70, é disso expressão clara e indesmentível. As indústrias coloniais nascentes exigiam, elas próprias, protecção contra a concorrência das exportações metropolitanas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi esta indústria dependente do baixo preço das matérias-primas que processava que sofreu o aumento brutal do preço do petróleo, logo, aliás, generalizado, como é bem conhecido de todos.

Foi esta economia, cujo sector exportador predominantemente tradicional não pôde repercutir nos seus preços a elevação dos custos das matérias-primas, que Portugal é forçado a importar, que logo foi atingida pelas primeiras medidas proteccionistas que a crise fez aplicar aos nossos parceiros comerciais. A importância da deterioração dos termos de troca já aqui foi sublinhada pelo Sr. Ministro das Finanças e do Plano ao referir que, a manterem os preços de 1973, Portugal teria continuado a registar um saldo acumulado positivo, na balança de transacções correntes, desde então até agora.

Foi, finalmente, esta estrutura produtiva, que se baseava para a sua sobrevivência e relativo desenvolvimento na saída anual de 150 mil portugueses emigrados, reduzindo gradualmente a população activa, que viu a recessão internacional fechar-lhe as portas e que teve ainda de suportar o acréscimo brutal representado pelos refugiados das ex-colónias.

Não era preciso ser adivinho para perceber que o modelo estava esgotado.

Isto mesmo o compreendeu o Prof. Marcelo Caetano quando, em discurso de que poucos hoje se lembram, não deixou de notar que tinha acabado o tempo das «vacas gordas» e que ia começar o tempo das «vacas magras».

O saudosismo do passado não é, portanto, apenas uma atitude politicamente reaccionária, mas é também uma posição técnica e economicamente irresponsável.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As perturbações por que passou, entretanto, o processo revolucionário, vieram desviar as atenções para novos problemas, furtando ao debate público as realidades que apontei: talvez, por isso, não falta hoje quem, por ignorância ou má-fé, atribua às dificuldades da situação económica ao 25 de Abril.

Não pode negar-se o efeito adicional gerado pela redistribuição de rendimentos, pelas quebras momentâneas de produtividade ou pelas hesitações no ritmo do investimento. Só que estas últimas distorções têm vindo a ser corrigidas com êxito notável, deixando transparecer agora, com nova evidência, os problemas estruturais.

Dai que o Governo tenha definido uma nova estratégia que corrige os erros do passado e que tem em conta as alterações fundamentais ocorridas na lógica das relações económicas internacionais. Estratégia que está claramente expressa no Programa do II Governo Constitucional e que aponta para a correção, a médio prazo, dos dois desequilíbrios fundamentais da economia portuguesa: o desemprego e o deficit externo. Isto sem comprometer o esforço pela melhoria progressiva do nível e qualidade de vida da população e os esforços no sentido da justiça social e da satisfação das necessidades básicas dos cidadãos.

Não vou aqui repetir exaustivamente a estratégia definida. Limitar-me-ei a sublinhar alguns traços que

considero essenciais, pela inflexão que introduzem em relação à prática do passado.

Em primeiro lugar, cumpre salientar o carácter prioritário do crescimento da produção agrícola e das pescas.

A um modelo baseado na estagnação da produtividade da terra e no êxodo rural para o estrangeiro, contrapõe-se um sistema que aponta para o aumento rápido das produções por hectare, com os necessários ajustamentos tecnológicos e de intensificação nas culturas, permitindo tirar melhor partido do excesso de mão-de-obra que o subemprego esconde.

Dai a importância da extensão rural, generalizando a uma população agrícola dispersa e de baixo índice cultural o acesso às novas tecnologias indispensáveis ao rápido aumento da produção.

Dai a urgência na aplicação dos programas que permitem, com a maior brevidade possível, recorrer a rotações mais equilibradas, utilizar mais intensamente sementes seleccionadas, adubar mais racionalmente as terras, quer qualitativamente quer quantitativamente, e corrigir a acidez dos solos, condições indispensáveis ao rápido aumento da produtividade que os baixos índices actuais tornam possível num prazo relativamente curto.

Dai a necessidade de racionalizar os sistemas culturais existentes, evitando a absurdo de repetir «campanhas do trigo», antes reduzindo mesmo a área destinada a este cereal, em contrapartida dos aumentos nas superfícies a afectar aos cereais secundários — milho, aveia e cevada — e da libertação de solos de menor qualidade para a produção de forragens.

Dai o papel fundamental que deve desempenhar na produção pecuária a constituição de pastagens de montanha, o aproveitamento de novas pastagens de sequeiro e a generalização de prados permanentes em solos de carácter marginal ou nos montados do Sul do País.

Dai também que seja prioritária a utilização das potencialidades latentes criadas pelo regadio, daí a insistência no lançamento de novas culturas, sempre que tal seja tecnologicamente possível e economicamente rentável.

Dai, finalmente, o interesse no reforço da política de florestação nos solos não susceptíveis de outro aproveitamento, com os necessários cuidados nas escolhas das técnicas de plantio e das espécies a utilizar.

Um esforço sustentado de aumento da produção agrícola, complementado pelo aproveitamento das potencialidades latentes no sector das pescas, torna possível encarar, como objectivo realista a médio prazo, o equilíbrio da nova balança alimentar com o exterior, permitindo em simultâneo conter o êxodo rural para níveis compatíveis com o esforço de criação de empregos em outras áreas da economia.

Em segundo lugar, o Governo reconhece que não faz mais sentido uma política industrial assente na substituição de importações e no desenvolvimento das actividades exportadoras tradicionais.

Cabe agora o acento tónico aos investimentos que permitem intensificar as relações entre sectores, adensando a composição da matriz interindustrial, e diversificar as novas exportações, generalizando a constituição de unidades produtivas modernas e competitivas, orientadas para a exportação, com particular relevo para os sectores de tecnologia intermédia.

Assim se poderá conciliar o objectivo de criação de postos de trabalho com a redução do desequilíbrio externo.

Pela contribuição relevante que pode dar a sua redução, atenção especial irá ser prestada à utilização sistemática dos recursos naturais e, em particular, das nossas potencialidades mineiras.

O subsolo português não é excessivamente rico. Dispomos, no entanto, de recursos apreciáveis em numerosas matérias-primas de origem mineral que nunca foram devidamente valorizadas, quer por falta de capacidade prática quer pela política de gestão de reservas praticada à escala mundial por certas multinacionais concessionárias, política muitas vezes alheia ou contrária ao interesse nacional.

Para citar apenas alguns exemplos, referirei os substanciais ganhos em divisas que poderemos obter, a médio prazo, na transformação industrial dos minérios de volfrâmio; na utilização integral pelo novo circuito económico dos componentes das pirites alentejanas — cobre, ferro, enxofre, zinco, chumbo, ouro e prata —, em escala compatível com o elevado volume de reservas já identificadas; no aproveitamento do minério de ferro de Moncorvo, que constitui o maior jazigo europeu actualmente existente; na expansão dos sectores de extração e transformação industrial do sal-gema, das areias especiais e do caulinó; na organização mais racional dos sectores de exportação tradicional, como as ardósias e as rochas ornamentais.

Tudo isto para não falar das potencialidades, embora limitadas, dos jazigos uraníferos, da eventual exploração do estanho das minas de Argimela — caso seja assegurada a respectiva rentabilidade — e do que poderá ser, num futuro provavelmente não muito distante, o aproveitamento do alumínio contido nos xenitos nefelínicos da serra de Moçambique.

Mas a política industrial contempla também o esforço de reorganização dos sectores tradicionais, cuja expansão não é aconselhável mas que importa viabilizar, bem como o desenvolvimento das produções destinadas à satisfação das necessidades sociais, de elevada prioridade no Programa do Governo — com relevo para as indústrias que sustentam a construção civil.

É, aliás, em sectores deste tipo, abrigados da concorrência exterior, que se torna possível um esforço intensivo de criação de empregos, sem pôr em causa a competitividade das estruturas produtivas e o equilíbrio externo da economia.

Finalmente, e embora não seja de forma alguma adepto da conceção que pretende reduzir Portugal a um País de serviços, quero referir o esforço programado no desenvolvimento dos serviços vocacionados para a obtenção de divisas.

A expansão do turismo é meta prioritária no momento presente. Muito há, aliás, a esperar neste domínio da actuação dinâmica do Ministro responsável pelo sector. A estratégia definida poderá, no entanto, generalizar-se a outros sectores da actividade, com particular relevo para o aproveitamento de nova posição geográfica, nos transportes e comunicações internacionais.

A política concertada de desenvolvimento nos três eixos que referi é condição essencial para repor a médio prazo, a viabilidade da nossa economia face

ao exterior, sem comprometer em simultâneo a realização do objectivo emprego.

Para a prosseguir, sem necessidade de uma redução drástica do nível de vida dos Portugueses, é preciso assegurar, nos próximos três ou quatro anos, níveis de funcionamento externo adequado aos deficits que teremos de manter e que dificilmente poderão ser muito inferiores ao bilião de dólares anual.

A garantia de tais financiamentos só parece possível no quadro da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia — CEE.

A adesão à CEE representa, pois, para além de uma aposta estratégica no futuro, uma condição indispensável para compatibilizar, nos anos próximos, as alterações estruturais que visam o reequilíbrio externo da economia, com os níveis de crescimento necessários ao combate ao desemprego e à satisfação das necessidades básicas da população.

O Sr. Luís Cid (PS): — Muito bem!

O Orador: — É que para nós, socialistas, não basta um objectivo de expansão da produção. A economia deve serposta ao serviço do homem e não o homem ao serviço da economia.

A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS): — Muito bem!

O Orador: — Daí que consideramos fundamental perspectivar o desenvolvimento no quadro constitucional, garantindo o exercício do poder económico pelos órgãos políticos livremente eleitos pelo povo português.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É para isso que importa acelerar a constituição de um sistema de planeamento democrático e participado, bem como melhorar a gestão do sector público que assegura, nos termos constitucionais, o controlo das áreas estratégicas da economia.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não faz sentido querer aderir à Europa, com estruturas de produção modernas e competitivas, se a população continua mal alimentada, com baixo índice cultural e com graves carencias de educação, de saúde, de habitação.

Democratizar a vida económica e social no quadro de um sistema produtivo viável e eficaz é a oferta socialista do nosso tempo para Portugal.

Simplesmente, nenhum objectivo de médio prazo é possível se não se assegurar a credibilidade da economia, se não se contiver o desequilíbrio externo nos limites do tolerável para a salvaguarda da independência nacional.

É esse, e não outro, o sentido do programa de estabilização que o Orçamento e o Plano reflectem.

Saber suportar com civismo a austeridade necessária para lançar um projecto sólido de desenvolvimento é fruto da maturidade política e social de um povo e da confiança deste na capacidade dos que o governam. Maturidade de que o povo português vem dando continuadas provas. Capacidade que ninguém pode negar ao Governo Constitucional dirigido por Mário

Soares e, em particular, à equipa económica liderada pelo Ministro Vítor Constâncio. É por isso que faz sentido encarar o futuro com a certeza de que Portugal saberá responder aos desafios que hoje enfrenta.

Aplausos do PS e de alguns Deputados do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso, que para o efeito dispõe de minuto e meio.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Sr. Deputado António Guterres, irei rapidamente formular algumas questões muito breves, uma vez que disponho apenas de minuto e meio.

Em primeiro lugar, se eu bem entendi, o Sr. Deputado António Guterres afirmou que as nacionalizações se fizeram, antes de mais, para alterar o *contrôle* político da economia e não para distribuir os rendimentos. Eu perguntaria, pois, ao Sr. Deputado se um dos objectivos das nacionalizações não é justamente alterar o *contrôle* político da economia, para a seguir se poder efectivamente assegurar uma outra redistribuição de rendimentos, e se considera ou não que sem alteração no *contrôle* político da economia não se pode assegurar uma distribuição de rendimentos diversa da que existia.

A segunda pergunta, também muito rápida, é esta: o Sr. Deputado referiu, e, do meu ponto de vista, com razão, que um dos factores que pôs em causa o modelo de desenvolvimento económico iniciado na década de 60 foi a estagnação da agricultura. Mas eu pergunto-lhe: entende o Sr. Deputado que essa estagnação fazia parte desse modelo, que era portanto uma das condições de base desse modelo, ou, pelo contrário, essa estagnação não era uma realidade objectiva, não tendo por isso posto em causa esse modelo? As soluções que o Sr. Deputado apresentou não eram absolutamente desconhecidas daqueles que estavam empenhados em pôr de pé o modelo, todavia eles foram incapazes de aplicar as medidas que o Sr. Deputado enunciou e eu pergunto porquê. É que eu creio que a estagnação da agricultura radicava essencialmente em problemas estruturais, problemas esses que justamente impediam a aplicação das terapêuticas que o Sr. Deputado apontou. E assim eu pergunto ao Sr. Deputado se sinceramente entende que aquilo que nos é proposto no Plano, aquilo que decorre da legislação já aprovada nesta Assembleia, permite encarar com optimismo a possibilidade de essas transformações estruturais, indispensáveis ao desenvolvimento do sector agrícola, e que portanto não veremos de novo a estagnação da agricultura comprometer um outro modelo que se pretende agora pôr de pé.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Guterres, como não há mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra, caso queira, para responder.

O Sr. António Guterres (PS): — Relativamente à primeira pergunta que o Sr. Deputado Lopes Cardoso me fez, devo dizer-lhe que estou inteiramente de acordo consigo. É efectivamente pela via do *contrôle* político da economia que se garantirá uma mais justa distribuição do rendimento, o que não tem nada a ver com a distribuição dos lucros de uma determinada empresa pelos trabalhadores dessa mesma empresa,

desafeitando-os do necessário investimento. Foi esta perspectiva que critiquei e não outra.

Em relação aos aspectos que refere quanto à agricultura, quero dizer-lhe que, em minha opinião, uma das razões que em tempos impedió o desenvolvimento agrícola, de acordo com as necessidades do País, foi a pressão política de sectores conservadores com largo peso na agricultura da época e que se opunham a esse tipo de desenvolvimento.

Perguntei-me ainda se, em minha opinião, na situação presente e com este Plano estão reunidas as condições políticas que garantam essa nova política agrícola de expansão da produção, evitando a estagnação. Com toda a sinceridade lhe digo que penso que sim, que estão reunidas essas condições.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo anunciou ao País que 1978 seria um ano de austeridade. Mas afirmou também que essa política seria programada e realizada sem comprometer um objectivo de expansão e crescimento a médio prazo.

Ou seja, o Governo divide o seu presumível mandato em dois períodos: o inicial de austeridade, o seguinte de desenvolvimento e expansão.

É nesse objectivo, no momento presente, verificar até que ponto o Plano e o Orçamento para 1978 permitem encarar a transição entre esses dois períodos.

Para o efeito consideramos sucintamente oito aspectos distintos.

1.º No âmbito da política de crédito, sabe-se que a mesma irá ser restritiva, desconhecendo-se ainda os seus limites.

Diminuirá, então, a capacidade de financiamento, o que determina limitações ao futuro crescimento económico.

No plano da afectação dos recursos, o Plano manifesta uma presente distribuição de 50% para a Administração Pública e sector empresarial do Estado e, por conseguinte, 50% para os sectores social e privado.

Sabida a ponderação do sector privado na economia nacional em termos de emprego, produção, exportação e formação de capital fixo, a percentagem do volume de crédito a conceder ao sector privado é manifestamente inferior à sua representatividade e impacte na sociedade portuguesa, não se prevendo no Plano uma alteração da proporção anteriormente indicada.

Mais, apresentando o Governo como objectivo prioritário na política de investimento a promoção de projectos fomentadores de exportação, de aumento de emprego, de menor intensidade de capital e de elevado alcance no domínio da agricultura, parece-nos comprometida esta política, já que essas actividades se concentram predominantemente no sector privado.

Logo, ou a política de investimento do Governo não é cumprida, ou, se o for, a afectação do crédito terá de ser alterada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Aliás, a não promoção de investimentos de inovação e de adaptação tecnológica tornará inviável o aumento sustentado das nossas exportações. A nossa oferta para o exterior, sendo rígida e tradicional, requer alterações profundas na sua composição, sob pena de no futuro não ser viável. Ora tal mudança requer uma reorientação do investimento e sua expansão em domínios localizados. Tal perspectiva não é suficientemente enquadrada no Plano para 1978.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Como síntese pensamos que a política de investimento tal como foi proposta não permite optimismo a médio prazo.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — 2.º No âmbito dos incentivos à produção nacional, particularmente na agricultura e pescas, sentimos fortes limitações financeiras.

Não constitui surpresa para ninguém que só com créditos bonificados e seguro de colheita eficaz e generalizado será possível a modernização e arranque do sector privado.

O Orçamento Geral do Estado ao conceder apenas 300 mil contos como respostas àquelas carências permite encarar com apreensão os anos futuros.

Recorde-se ainda que naquela verba está contemplado o seguro de crédito, o que faz manifestar um receio adicional: a insuficiência de acções de promoção à nossa exportação.

Se se acrescentar a pouca clareza e o escasso ênfase nas acções de política agrícola apontadas para 1978 é forçoso reconhecer-se que não existem ainda os instrumentos e pré-condições suficientes para o arranque e modernização da nossa agricultura.

Não se vislumbram também quaisquer orientações sectoriais que permitam, a partir de 1978, tornar menos nebuloso o futuro.

3.º O objectivo da política de importações traduz-se numa redução em termos reais de 6%.

Independentemente da viabilidade de tal medida e de acordo com as declarações de um membro do Governo aqui proferidas, essa restrição não atinge os bens alimentares. Logo, afectará a aquisição de matéria-primas e equipamentos.

A produção nacional sofrerá inevitavelmente uma quebra e o objectivo exportação (crescimento a 9% em termos reais e 6,5% para mercadorias) poderá ficar comprometido.

Não se fazendo referências ao problema de desemprego daí decorrente, centrar-nos-emos apenas nos meios de pagamento sobre o exterior.

Assim, o não cumprimento da expansão das exportações ao ritmo indicado implicará o agravamento das balanças comercial e de pagamentos e o objectivo de contenção deste último *deficit* não será atingido.

Poderemos desse modo entrar no ano de 1978 com problemas análogos aos que vivemos hoje.

Por outras palavras, a perspectiva de médio prazo ficará comprometida e, mantendo-se a filosofia deste

Governo, seremos forçados a manter também para os anos seguintes a terapêutica da austeridade.

Julgamos, pois, que o Governo deveria privilegiar outras alternativas.

Por um lado, a promoção de uma política de produtividade, que se nos afigura quase omissa no Plano, tal como o era no Programa do Governo — referimo-nos concretamente à articulação entre essa política e a de investimento.

Por outro lado, um ênfase mais acentuado na captação de recursos externos em termos de investimento directo, que só não é possível por factores institucionais que o Governo tem ajudado a manter.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não caberá, é certo, a referência no Plano a esses factores. Mas é evidente que a sua resolução altera o cenário onde se movem os agentes económicos.

Está por regulamentar a lei de delimitação dos sectores público e privado; está por regulamentar a lei das indemnizações; não foram ainda firmados acordos de protecção, tal como estava previsto no Código de Investimentos Estrangeiros; o Orçamento Geral do Estado não contempla tanto quanto vislumbramos a indemnização por frutos pendentes; não existe nem se avizinha uma lei de regulamentação da concorrência, etc.

Sem se dispor desses instrumentos, manter-se-ão as limitações acima referidas. Aliás, é particularmente grave e nefasta a acção que o I Governo Constitucional desenvolveu nesse âmbito.

Coexistiram durante algum tempo situações de excesso de liquidez no sistema bancário e ausência de projectos por financiar.

Empresas houve que por terem sido indirectamente nacionalizadas se encontram na posse e gestão do sector público, que não conseguiu apontar-lhe objectivos de gestão e de expansão.

Para alguns dos diplomas acima referidos o Governo ultrapassou os prazos que a si próprio se fixou para a sua regulamentação, facto esse que tem inibido parte do sector empresarial privado e prolongado uma expectativa e incerteza que não é nem vantajosa nem útil para a consolidação da democracia e o arranque da economia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A mobilização para o investimento das acções oriundas das indemnizações, a criação de sociedades de investimento e desenvolvimento regional constituem, entre outros exemplos, formas das mais adequadas, quer para a absorção de desemprego em algumas regiões, como ainda para a possibilidade de maior formação de poupança.

É mister que o Governo não prolongue mais a indefinição, que não se contradiga mais consigo próprio, sob pena de comprometer a necessária expansão de médio prazo.

4.º No domínio da política monetária e financeira, adquire particular relevo o valor das taxas de juro. Anunciam-se aumentos de montantes ainda desconhecidos. Muitas empresas estão descapitalizadas e os seus encargos financeiros, que já eram elevados,

vão subir ainda mais. Ou são os consumidores a pagar por inteiro esse efeito, e a inflação cresce, ou só uma parcela desse aumento lhes será transmitida, ficando a capacidade de autofinanciamento comprometida e por conseguinte a não ser assegurada a expansão da produção nos próximos anos.

Por outro lado, a subida das taxas de juro vai provocar um não incentivo ao investimento.

Estes efeitos conjugados com a restrição de crédito determinarão, pois, uma desaceleração a médio prazo do investimento, não originando em contrapartida um vultoso aumento da poupança.

Por esta via, o futuro está também comprometido.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — 5.º O equilíbrio financeiro da economia tem sido assegurado por uma forte poupança externa, já que a componente interna tem diminuído face ao produto nacional.

Para 1978, dado o forte aumento da tributação directa, a política de contenção salarial e a elevada dose de inflação, não é de esperar melhoria na poupança dos particulares.

Com a inevitável permanência dos hábitos de consumo, só será possível a obtenção do equilíbrio referido através da manutenção ou até agravamento da poupança externa.

A dívida nacional aumentará e porventura os encargos daí decorrentes também, e poderemos atingir os próximos anos com situações cumulativas bem mais graves do que aquelas que vivemos no presente.

É evidente que esta perspectiva desanimadora decorre da incapacidade notória por parte da Administração Pública e sector empresarial do Estado na formação de poupança em termos não negativos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O elevado déficit do Orçamento Geral do Estado para 1978, ao permitir prolongar tal estado de coisas, irá naturalmente contribuir para o recurso à poupança externa, com o inevitável cortejo de dependências a ela directa ou indirectamente inerentes.

A não consideração da obtenção de uma mais substancial formação de poupança nacional, além de ser aspecto criticável no Plano, não permite ainda encarar com optimismo os anos seguintes.

Aliás, a não dinamização do mercado financeiro, facto esse para que o PSD tem vindo a chamar a atenção há já muito tempo, contribui para manter tal situação desfavorável.

Também neste âmbito as perspectivas a médio prazo não são, pois, optimistas.

6.º Em termos de desemprego e fruto das restrições introduzidas no crédito, nas importações e ainda da elevação das taxas de juro, é mais natural o agravamento do fenómeno do que a sua manutenção aos actuais níveis.

Para os próximos anos teremos, pois, de resolver não só os problemas com que a sociedade portuguesa se debate no presente como também os resultantes, quer do ingresso de numerosos jovens na vida activa quer de inevitáveis casos de falência que ocorrerão este ano.

O «médio prazo» será, pois, mais pessimista ainda do que o «curto prazo».

7.º Constitui objectivo relevante para as forças democráticas o ingresso de Portugal na CEE.

Tal passará pela modernização das nossas empresas, fruto de acções concertadas no âmbito dos investimentos, da gestão, da produtividade e da sua reorganização.

Os efeitos introduzidos pelo Plano e o Orçamento para 1978 ou não contemplam estas áreas ou contribuem para o agravamento do fosso que nos separa da Europa.

A médio prazo poderemos, pois, estar mais distantes do objectivo pretendido.

8.º O poder de compra dos Portugueses tem vindo a diminuir nos últimos tempos.

O aumento do custo de vida resultante das medidas propostas no Plano deverá ser francamente superior a 20% e esses efeitos far-se-ão sentir para além do corrente ano.

Quer por via de uma desvalorização constante que ocorrerá tanto mais quanto maior for a diferença entre os ritmos de inflação de Portugal e dos países com quem temos trocas comerciais mais intensas, quer pelo aumento da carga fiscal, ou ainda por acção da política monetária e financeira, os aumentos de preços prolongar-se-ão no tempo. Com uma inflação por via da procura e dos custos Portugal viverá numa situação estruturalmente explosiva, cujos efeitos ultrapassarão o ano de 1978.

A melhoria do bem-estar futuro dos Portugueses está, pois, ameaçada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O conjunto de razões aduzidas torna evidente que as acções programadas pelo Governo para 1978 introduzem efeitos que transcendem este ano e se projectam para o futuro.

Qualquer política de médio prazo centrada na expansão e desenvolvimento está, pois, fortemente afectada por este Plano e este Orçamento.

Aquilo a que o Governo se propôs, ou seja, que a austeridade de curto prazo não prejudicasse uma modernização e crescimento de médio prazo, não encontra eco naqueles documentos.

Não haverá então dois períodos distintos até 1978, mas apenas um: o de austeridade.

Talvez não seja isso o que o Governo pretende. Mas a nosso ver é aquilo a que as suas propostas conduzem.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Ângelo Correia e meu caro amigo, o senhor é certamente um orador brilhante, só que a sua capacidade não o deveria ter impedido de assistir regularmente aos debates e de ler os documentos que estão em causa, porque só a sua ausência nos debates e a ausência de leitura desses documentos podem justificar uma intervenção como a que foi agora produzida

pelo Sr. Deputado, um parlamentar de tão alta capacidade.

Aplausos do PS.

Não tenho infelizmente tempo para dissecar a sua intervenção como desejaria e por isso limito-me a apontar uma das muitas contradições em que caiu: pretendeu o Sr. Deputado que a política de contenção de salários era um elemento negativo na formação de poupança.

O Sr. Presidente: — Se desejar, pode responder, Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — A resposta será muito breve, Sr. Presidente.

Talvez eu não tenha estado com suficiente atenção a algumas intervenções do Partido Socialista, mas penso até que poderá ter sido melhor para mim próprio, pois, se as tivesse ouvido, talvez ficasse mais confuso do que já estou.

Aplausos do PSD.

De qualquer forma aquilo que ouvi e li, quer dos textos que o Governo nos enviou quer das intervenções de alguns membros do Governo e de alguns Deputados, foi a tentativa de justificar que o médio prazo desejado por este Governo podia ser conciliável com o curto prazo. Fizeram-no em termos de discurso, em termos de intenção, mas não o fizeram em termos de programação, antes pelo contrário. E é pena que o Sr. Deputado António Guterres não tenha criticado directamente as oito razões que nós apontámos para, ao fim e ao cabo, fazer uma intervenção que considero apenas demagógica.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Muitas foram já as apreciações, críticas e sugestões produzidas pelo Grupo Parlamentar do PCP ao longo das intervenções dos meus camaradas de bancada. Precisemos, entretanto, algumas questões.

As propostas de lei do Plano e do Orçamento apresentadas pelo Governo PS/CDS, toda a política económica que encerram — as grandes opções do Plano, as medidas de política, os objectivos, a política orçamental e de crédito, o investimento, o emprego, a política social, etc. —, tudo parece ou se anuncia condicionado e subordinado ao grande objectivo prioritário da redução do nosso deficit externo.

Deste objectivo prioritário decorreriam, segundo nos repetem os membros do Governo, todas as dificuldades e sacrifícios que são propostos aos trabalhadores e ao povo português.

O provável aumento do flagelo do desemprego, o brutal aumento do custo de vida, a degradação dos salários reais, a inflação, a desvalorização da moeda, as anunciadas falências de numerosas empresas, a estagnação ou mesmo diminuição da produção, enfim, todo um cortejo de desgraças lançadas sobre

os ombros dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes e das demais camadas laboriosas da população.

O PCP tem repetidamente explicado, demonstrado e defendido que esta política que sacrifica os interesses da maioria do povo português e que põe em risco as conquistas da Revolução, as liberdades democráticas e a independência nacional, não só agudizará a crise como não atingirá o anunciado grande e prioritário objectivo.

Nós fomos os primeiros a propor e defender uma política de verdadeira austeridade que diminuisse drasticamente os consumos supérfluos e de luxo e orientasse a nossa produção com vista à substituição de importações e à supressão das nossas principais carencias de produtos alimentares.

A guerra aos deficits o reequilíbrio das nossas relações com o exterior foram por nós defendidos ainda antes da queda do IV Governo Provisório.

Então, em condições muito mais vantajosas, as medidas de austeridade avançadas foram classificadas pelos mais destacados dirigentes do PS de plano de desestabilização, susceptível de provocar reacções incontroláveis das massas populares.

Desde então para cá, os trabalhos do VIII Congresso e das Conferências Nacionais, as reuniões do comité central, os principais documentos do PCP têm insistente analisado o problema da nossa recuperação económica e proposto uma alternativa democrática para a saída da crise, para vencer as dificuldades e garantir a independência nacional.

Embora, recentemente, algumas das nossas fórmulas tenham encontrado reflexo no discurso político do Governo, e nomeadamente na sua proposta de lei do Plano, pode dizer-se que o PS, o seu I Governo e o actual Governo PS/CDS prosseguem uma política cujos resultados já são conhecidos e que no fundamental se resumem à recuperação capitalista, à transferência de todo o peso da crise para cima dos ombros dos trabalhadores e das camadas laboriosas da população e ao nosso crescente endividamento e dependência do imperialismo.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Não apoiado!

O Orador: — A política proposta pelo Governo PS/CDS não só visa a redução do deficit externo por meios que a não garantem, como visa reforçar também a dependência da Europa dos Nove e do imperialismo em geral.

A direita e a extrema-direita portuguesas acham pouco. Animadas pelas cedências do PS e encorajadas pelo sentido geral de tal política procuram explorar o êxito e manifestam a sua impaciência.

As suas propostas de sabor liberalista e anarquizante são intermeadas com tiradas demagógicas dirigidas às classes médias e servem de base à defesa de um regime autoritário que restitua rapidamente o poder económico e político ao grande capital, aos latifundiários e aos seus sócios imperialistas.

Levar tão longe quanto possível o agravamento da crise e provocar a ruptura, para então apresentarem como única saída a supressão das liberdades e a destruição das conquistas da Revolução de Abril, é a estratégia da direita.

Tal política desestabilizadora e golpista terá o nosso firme combate. A nossa posição à política proposta pelo Governo do PS/CDS vai em sentido diametralmente oposto. Vai justamente no sentido de evitar a ruptura, de defender as liberdades democráticas, de defender as conquistas da Revolução, os interesses dos trabalhadores e do povo português, em suma, de defender a independência nacional.

Advogando nós a efectiva redução do *deficit* externo não propomos nem aprovaremos a diminuição generalizada da despesa interna, não propomos nem aprovaremos um qualquer equilíbrio orçamental, não propomos nem aprovaremos uma qualquer forma de restrição ou de encarecimento do crédito, não propomos nem aprovaremos discriminações que visem inferiorizar o sector público ou destruí-lo, não propomos nem aprovaremos um qualquer financiamento do *deficit* que pese sobretudo sobre as economias mais débeis, através da inflação.

O PCP não propõe e não aprovará uma política que vise a redução generalizada da produção, o aumento brutal dos preços e a degradação dos salários reais. Não proporá nem aprovará a aceitação de condições antinacionais e antidemocráticas do Fundo Monetário Internacional.

Nós pensamos, como já aqui fui dito, que é possível reduzir drasticamente o nosso desequilíbrio externo, na base de um esforço nacional, com a mobilização e a participação activa dos trabalhadores e dos nossos recursos, com o aumento da produção de bens afimantes, com a produção de bens destinados a substituir importações e com aumento da produção para exportação, com uma autêntica campanha nacional contra os desperdícios e os gastos supérfluos.

Na nossa primeira intervenção neste debate, notámos como positiva a atitude governamental de resistência a certas imposições do Fundo Monetário Internacional. Sublinhámos, entretanto, que as políticas orçamental e de crédito propostas a esta Assembleia eram desde já e em grave medida uma cedência. Subjacente a tal posição está a política de recuperação capitalista que combatemos e para a qual apresentamos uma alternativa democrática.

É assim em matéria fiscal, em que pensamos ser necessário no imediato obter mais recursos no que diz respeito à contribuição industrial, à contribuição predial e ao imposto de capitais. Proporemos que até 15 de Outubro seja apresentada a esta Assembleia uma proposta de lei que institua o imposto único sobre os rendimentos, mas pensamos ser já possível este ano a correção das grandes injustiças que a nossa fiscalidade comporta. As comparações (tanto do gosto do Governo PS/CDS) com alguns países da Europa capitalista poderiam aqui servir de exemplo a alguns. A estrutura da nossa fiscalidade é desde logo injusta por assentar sobretudo nos impostos indiretos e permitir que uma parte dos impostos directos sobre o capital seja transferida para o consumidor e que outra parte fuja ao fisco.

Aos três impostos referidos pensamos que seria possível já este ano ir buscar alguns milhões de contos que aliviariam a pressão inflacionista, permitiriam maior investimento e até a melhoria de algumas situações extremamente degradadas (como, por exemplo, a das pensões).

A concretização de propostas neste sentido implica entretanto que haja uma abertura do Governo, único conhecedor dos universos fiscais a que estes impostos se reportam, dos planos de investimento disponíveis e da localização precisa das carencias mais graves. Sem esta abertura, que permita um diálogo real, a concretização dessas propostas é na prática impossível ou incorrerá em erros técnicos insanáveis que levariam justamente à sua rejeição.

De todas as imposições que o contribuinte suporta, a inflação é sem dúvida a mais injusta, a mais retrógrada, a mais cegamente anti-social.

Este aspecto seria por si só bastante para apoiar e fazer mesmo aplaudir a nossa proposta.

Em matéria de crédito, e contrariamente às teorias e práticas que os agentes do Fundo Monetário Internacional defendem (e a que nada objectam alguns dos nossos economistas), nós pensamos ser via sem saída a corrida atrás da inflação. Todas as objecções deverão encontrar razão não no domínio financeiro e monetário mas no tecido concreto da economia.

A nossa motivação e exposição de razões terá de reportar-se aos efeitos sobre o bem-estar das populações (e, portanto, da produção dos bens para tal indispensáveis), não podendo confinar-se aos marcos da promoção do lucro e da rendibilidade dos capitais. Se a taxa de juro correr atrás da inflação estabelecer-se-á um círculo infernal ao contrário do que alguns parecem acreditar e defender.

Naturalmente que aqui há, mais uma vez, dois pontos de vista diametralmente opostos: o daqueles que pensam em termos de lucro do capital e de recuperação capitalista; e o daqueles outros que, pelo contrário, pensam em termos de defesa dos salários reais e das economias mais débeis.

A limitação das fugas de capitais, da sub e sobre-facturação, da especulação com stocks, terá de obter-se pela fiscalização adequada, pelo contingentamento e pela garantia de rendibilidade dos investimentos que autenticamente o sejam.

A receita do Fundo Monetário Internacionl só pode servir uma economia dominada pelos monopólios e pelo lucro (com todas as consequências que tal domínio acarreta) mas jamais poderá servir a democracia portuguesa, a revolução portuguesa, a via para o socialismo.

As propostas do Partido Comunista Português não precisamente no sentido do contingentamento e da fiscalização dos movimentos de capital. Não podemos aceitar a tese de que haveria que proteger as taxas de juro dos efeitos da inflação, ao mesmo tempo que se abandonam os trabalhadores ao desemprego, à degradação dos salários reais e se liquidam as pequenas economias.

O Governo insistiu e afirmou repetidamente que não há alternativas para a sua política.

O Partido Comunista Português reafirma, por sua vez, que há uma alternativa democrática para a saída da crise; que essa alternativa democrática existe com os trabalhadores, com as camadas laboriosas, com os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes. Essa alternativa passa pela defesa das liberdades democráticas e das conquistas da Revolução. Mas também supõe o combate aos interesses do grande capital e do imperialismo, de todos aqueles,

golpistas e revanchistas, que querem regressar ao 24 de Abril, opimir e explorar de novo, sem limites, o povo português.

Ainda na especialidade, apresentaremos propostas de alteração, nomeadamente aos artigos 4.º, 9.º e 10.º da Lei do Orçamento Geral do Estado.

Trata-se em relação ao artigo 4.º de estabelecer regras, aliás acolhidas pelo Orçamento Geral do Estado de 1977, regras que se destinam a salvaguardar as finanças locais e a autonomia das autarquias nesta matéria.

O próximo ano verá certamente desaparecer qualquer disposição com o conteúdo do presente artigo 4.º A promulgação e publicação da lei das finanças locais, cuja discussão está em curso nesta Assembleia, assim o determinará, embora não seja de excluir que se mantenham no Orçamento Geral do Estado subsídios excepcionais.

A matéria é conhecida e supomos que o Governo não oporá objecções às nossas propostas.

Os artigos 9.º e 10.º da proposta de lei do Orçamento são constituidos de facto por um conjunto de autorizações legislativas, o que não é sob este aspecto inovação.

Para além do nosso acordo ou desacordo em algumas alíneas dos referidos artigos, pensamos não estar definido com suficiente rigor o âmbito das autorizações legislativas propostas, o que é contrário à letra e ao espírito da Constituição. Também aqui supomos que o Governo não verá inconvenientes em cumprir aquelas imposições, formais mas significativas, independentemente da bondade das soluções concretas que propõe.

Propomos ainda, como já dissemos, que se acrescente um artigo estabelecendo data limite para a apresentação da proposta de lei do imposto único sobre os rendimentos.

Muito haveria a dizer sobre as despesas previstas, quer no domínio da educação, quer no domínio da agricultura e pesca, quer ainda no domínio da segurança social, da habitação, etc. Pensamos que propostas concretas, tendo em vista melhorias possíveis e respaldadas pelos acréscimos de receitas que acima expusemos, só poderão ser concretizadas na especialidade, ainda e mais uma vez, se o Governo se abrir ao diálogo e pudermos, em reunião de comissão, conhecer melhor os projectos e as carencias que só globalmente e à superfície são reflectidas nos mapas de receitas e despesas, anexos e integrantes da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado.

Se o Governo aíto se dispuser encontrará, do nosso lado, a correspondente abertura.

Continuamos a pensar que a defesa dos interesses nacionais coincide com a defesa dos interesses dos trabalhadores, das camadas laboriosas do povo português. Continuamos a pensar que a defesa da independência nacional se fará através da salvaguarda das liberdades democráticas e das conquistas da Revolução.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Continuarmos e continuaremos a combater energicamente a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, que é proposta e prosseguida pelo Governo de coligação PS/CDS, mas

tudo faremos para minorar os prejuízos, para corrigir — onde seja possível — tal orientação e tal política, porque a nossa posição e a nossa persistência se fundamentam na vontade expressa da grande maioria do povo português e na confiança no futuro da democracia e das suas instituições, no futuro de Portugal como pátria livre, próspera e independente.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, queria dar apenas uma informação breve.

O Governo e os grupos parlamentares dispõem dos seguintes tempos: o Governo trinta e sete minutos; o PS, vinte e oito minutos e meio; o PSD, quarenta e um minutos; o CDS, sessenta e um minutos e meio; o PCP, quarenta e nove minutos; e a UDP, vinte e oito minutos.

Por resolução dos grupos parlamentares cabe agora a cada grupo uma última intervenção e para esse efeito dou a palavra ao Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Julgo poder afirmar que o presente debate sobre as propostas de lei do Plano e do Orçamento para 1978 se tem caracterizado, do lado da Oposição, por uma grande insipidez, por uma manifesta superficialidade e de uma evidente fraqueza.

Risos do PSD.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Insipidez na repetição de modelos de referência desajustados da realidade política e económica do país ou na formulação desinteressante e desinteressada de questões para queimar tempo.

O Sr. Fernando Pinto (PSD): — Olhe que não!

O Orador: — Superficialidade pela ausência de aprofundamento das questões mais importantes ou pela forma pouco estruturada da apresentação dos problemas.

Enfim, fraqueza na capacidade de equacionamento realista de alternativas ou na explícitação fundamental das críticas.

Desta situação saem reforçados o Governo, em si mesmo, e a política que propõe. Mas vai longe de mais o de prestígio dela resultante para a Oposição. E nem o Governo pode rejuantar com uma oposição que assim se comporta, nem a democracia fica enriquecida com esta ausência de um contraste clarificador, nem o Parlamento se enobrece com a falta de densidade de um debate que, por culpa da Oposição, não é estimulante nem sequer interessante.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A intervenção inicial do Ministro das Finanças e do Plano não têm correspondido os Deputados opositores: os grandes temas nacionais são muitas vezes abordados lateralmente, como se houvesse quem os considere matéria útil para monólogo em comício dos seus partidários, mas assunto a evitar no cenário ideal do confronto parlamentar. Teremos, pois, de concluir que a política económica, financeira,

monetária e cambial de um Governo democrático e legítimo não é aquilo que parece preocupar, neste momento, sectores importantes do nosso espectro político. Razões haverá para que assim seja. Adiante delas trataremos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos termos do Programa do Governo, em desenvolvimento do acordo de incidência governamental entre o PS e o CDS, a estratégia para a ultrapassagem da delicadíssima crise económica e financeira que o nosso país atravessa baseia-se em dois instrumentos fundamentais: um programa de estabilização em 1978; um plano de desenvolvimento a médio prazo para o período de 1979-1984.

As propostas de lei do Plano e do Orçamento para 1978 constituem peças importantes do primeiro daqueles instrumentos de intervenção, em ordem ao estabelecimento dos grandes equilíbrios macroeconómicos. Em síntese, obedecem às seguintes preocupações: redução do *deficit* de transacções correntes com o exterior para 45 milhões de contos; controlo da inflação em níveis próximos dos 20%; criação de emprego por forma a, pelo menos, não se agravar o actual volume de desemprego; redução do *deficit* corrente do Orçamento Geral do Estado, tendo em atenção as necessidades de suster o desequilíbrio externo da economia; contenção do *deficit* global do mesmo orçamento dentro de limites compatíveis com a garantia de crédito para o sector produtivo.

Neste quadro, é evidente que o primeiro e mais grave problema conjuntural é o que diz respeito ao financiamento do *deficit* da balança de transacções correntes.

Vale a pena reflectir sobre o assunto, pois ele constitui, sem dúvida, a mais importante questão política e económica com que o nosso país se debate na hora presente. E no centro dessa questão está o diálogo que, neste momento, decorre entre as autoridades portuguesas e o Fundo Monetário Internacional.

Que tipo de medidas propõe o Fundo Monetário Internacional a Portugal?

Resumidamente, podemos sintetizá-las no seguinte quadro de orientações interligadas: redução do *deficit* da balança de transacções correntes; introdução de ajustamentos na política cambial; contracção do volume de crédito; elevação da taxa de redesconto do Banco de Portugal; contenção dos *deficits* do Orçamento Geral do Estado.

Se nosermos ao cuidado de comparar estas orientações com os objectivos que o Governo apresenta na sua proposta de lei relativa ao Plano para 1978 é fácil concluir que existe, à partida, uma ampla margem potencial de acordo possível entre os pontos de vista das autoridades portuguesas e os do Fundo Monetário Internacional.

Dois aspectos fundamentais constituem, porém, do lado português, um limite importante quanto ao acordo possível com o Fundo. Dizem eles respeito, por um lado, à contenção da inflação e, por outro, à luta contra o desemprego.

É, pois, claro o litígio que pode existir ou verificar-se entre as posições do Governo e as do Fundo Monetário Internacional. A fixação de objectivos quantificados em matéria de política cambial e monetária impõe a Portugal um exame criterioso das suas con-

sequências na ordem interna, designadamente quanto aos seus previsíveis reflexos no aumento do custo de vida e no mercado de mão-de-obra.

Entende-se, assim, que o Ministro das Finanças tenha dito à Assembleia da República que o Governo não está disposto a aceitar um qualquer acordo com o Fundo Monetário Internacional.

O CDS apoia integralmente esta posição.

Senão, porém, grave aventura não se tentar tudo para que um acordo seja estabelecido com o Fundo. Portugal precisa demonstrar, inequivocamente, que não anda, qual ocioso vagabundo, de mão estendida à caridade internacional. Portugal necessita de dar provas insufismáveis de que está disposto aos sacrifícios e ao trabalho indispensáveis para sanear a situação da sua economia.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo português não pode dar a impressão — mesmo errónea — de que lhe falta coragem política ou capacidade técnica para administrar a terapêutica difícil que o seu sistema económico exige. Ora uma atitude precipitada em termos de ruptura com o Fundo Monetário Internacional teria justamente o resultado inverso. Se ela se verificasse, os países empenhados na ajuda à nossa recuperação tenderiam então a concluir que os Portugueses não davam provas suficientes de seriedade, de rigor e de determinação na resolução dos seus próprios problemas.

Como aqui dissemos, aquando do debate sobre a moção de confiança apresentada pelo anterior Governo Constitucional, Portugal tem muitas vantagens directas e indirectas em chegar a acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Tem vantagens directas, pois o imediato financiamento em condições favoráveis, de parte importante do *deficit* externo de 1978, depende da existência de uma negociação positiva entre as autoridades portuguesas e o Fundo. Todas as informações que nos chegam, através do Governo ou por via partidária, apontam nessa direcção. Delas se pode concluir que no imediato uma ruptura com o Fundo conduziria a um importante bloqueamento nas perspectivas de resolução do problema do financiamento do nosso *deficit* externo em 1978. Não há alternativas negociadas, seminegociadas ou sequer entreabertas, apesar do interesse que, nessa área, tem sido posto por diversos políticos portugueses. Muito provavelmente, a ruptura com o Fundo levaria à adopção de mecanismos mais fortemente restritivos, com a venda simultânea de reservas-ouro.

Por outro lado, o acordo com o Fundo Monetário Internacional representa, para Portugal, a obtenção de importantes vantagens indirectas. Para muitos agentes económicos externos, esse acordo corresponde a um aval e a uma garantia sobre a credibilidade internacional da Administração portuguesa. Portugal não necessita apenas de resolver os problemas de financiamento do seu *deficit* externo em 1978. Durante alguns anos, é previsível que a balança de transacções correntes apresente saldos negativos de certo significado. A sua redução sensível só poderá ser conseguida num quadro de transformações estruturais da economia, a partir do desenvolvimento de uma nova

vocação económica do País baseada na especialização e na abertura ao exterior. Estamos em crer que até 1984 será possível caminhar-se seriamente no sentido do reequilíbrio da balança de pagamentos. Tal é o esforço de desenvolvimento orientado que deverá ser proposto aos portugueses no período correspondente ao Plano a Médio Prazo de 1979 a 1984. Para tanto será necessário contar com saldos positivos na balança de capitais, isto é, com uma atitude positiva do investimento estrangeiro no nosso país, ou a ele equiparável. Parece evidente que o aval ou a garantia do Fundo Monetário Internacional poderá contribuir para a mais rápida promoção internacional dessa atitude.

Reconhece, pois, o CDS que o acordo de Portugal com o Fundo apresenta um indesmentível interesse, traduzido em apreciáveis vantagens directas e indirectas.

Cumpre, não obstante, sublinhar de novo uma importante reserva: a de que nos convém um acordo, mas não qualquer acordo.

Portugal não pode ser equiparado, para efeitos de consideração do seu desequilíbrio externo ou das origens deste, à Itália ou ao Reino Unido. A solidariedade internacional a que o nosso país pode fazer apelo deve ter — e tem — uma dimensão mais ampla, de profunda natureza política, e não deve, por isso, ser vista, apenas, numa perspectiva tecnocrática ou em termos de receituário aplicado, com eventual sucesso, noutras paragens.

Não podemos nem queremos acreditar que os países amigos de Portugal sejam insensíveis às componentes ou às géneses essencialmente políticas dos nossos maiores problemas.

Estamos, por isso, confiantes de que será possível chegar-se a um acordo razoável com o Fundo Monetário Internacional. Mas se ele não se verificar, o povo português deverá ser confrontado, honesta e claramente, com os factos. Estamos certos de que o Governo não se demitirá das suas responsabilidades e de que saberá, com serenidade, mas com firmeza, acautelar a nossa soberania nacional, o nosso presente difícil e o nosso futuro de esperança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O programa de estabilização de 1978 tem sido, por vezes, interpretado como visando um efeito-choque na economia portuguesa. Valerá a pena ponderar o significado desta reflexão. Pois se Portugal pode admitir — como admite — a necessidade de um processo purificador na sua situação económica, só poderá promovê-lo se o mesmo for controlado, implicar custos sociais aceitáveis e não comprometer as perspectivas de crescimento futuro.

Particular atenção merece, a esta luz, o problema da política monetária. Julgámos ser verdade dizer-se que o sistema económico vem a ser mantido, em medida importante e de forma artificial, desde o Verão de 1974, através do recurso ao crédito. Ora no momento em que se impõe a contracção do volume de crédito pode recear-se que todas as imazefas acumuladas ao longo destes anos surgissem com violência e dimensões não previsíveis, sobretudo se essa contracção for drástica e se a ela se associar um aumento muito significativo das taxas de juro.

De facto, em Agosto de 1974 esperava-se que a liquidez dos bancos não suportasse o pagamento dos subsídios de férias. Rompendo-se, porém, a conven-

ção que os índices de liquidez representam e alargando o volume de crédito concedido, a ruptura esperada não se verificou.

A partir dai, o efeito conjugado dos aumentos de salários com o abaixamento da produtividade, a falta de confiança de empresários e a redução efectiva do mercado nos sectores ligados ao investimento começou a fazer prever uma grave crise de emprego. Limitaram-se seriamente os despedimentos, mas para se evitarem falências em grande número alargou-se o crédito concedido, prescindindo-se de quaisquer critérios de segurança na concessão dos mesmos. Foi assim que muitas empresas distribuíram todos os seus capitais próprios e geraram prejuízos que as colocam hoje numa situação de quase inviabilidade.

Enquanto esta situação se desenvolvia nos sectores de produção dirigidos ao investimento, as indústrias voltadas ao consumo entravam numa fase de expansão de vendas aproveitando o alargamento dos mercados resultante dos aumentos dos salários e beneficiando do crédito fácil que não distinguia a situação real das empresas.

Por razões de ordem política os Governos continuaram os preços em níveis muito abaixo da inflação real, quer através de subsídios directos quer da acumulação de prejuízos, tanto nas empresas públicas como nas privadas.

O crédito foi mais uma vez o suporte dessa política que fez viver, artificialmente, alguns portugueses, durante algum tempo, num clima de ilusão fácil.

O regresso dos desalojados apontou-se, em certo momento, como um novo elemento de ruptura, mas a utilização dos hotéis para se instalar uma parte deles e a concessão de subsídios evitou a ruptura que se esperava. O crédito ao sector público para cobrir os deficits do Orçamento Geral do Estado foi a forma prática de suportar estes novos encargos.

Todos os efeitos da evolução verificada desde o Verão de 1974 acumularam-se em três centros de resultados económicos:

Os balanços das empresas públicas e privadas que registam prejuízos que tornam muitas delas inviáveis;

O Orçamento Geral do Estado, que passou a apresentar deficits incompatíveis;

A balança de transacções correntes igualmente com deficits que ultrapassam os limites admissíveis.

Se o alargamento do crédito e da massa monetária foram os instrumentos que evitaram os graves estrangulamentos referidos, tudo leva a crer que se se contraísse drasticamente o crédito e se se aumentassem fortemente as taxas de juro se criariam as condições para que todas as mafeitas acumuladas se explicitassem de forma extremamente rápida e com efeitos multiplicadores de crise difícil de prever.

O efeito de choque seria sem dúvida conseguido. Mas o que não se saberia à partida é quantos anos a nossa economia e o povo português levariam a recompor-se do choque sofrido e quais as consequências políticas que dai adviriam.

Para mais, não se pode esquecer que as economias dos países do Ocidente enfrentam uma reces-

são de que só se prevê sair através de um salto tecnológico que demorará entre dez e vinte anos a processar-se.

Em resultado de tudo isso, teríamos muito provavelmente:

As empresas mais drasticamente afectadas seriam as empresas públicas ou sob o controlo do Estado e não se vê que fosse possível encerrá-las;

Muitas empresas técnica e humanamente válidas que se encontram em situações altamente deficitárias em virtude de múltiplas vicissitudes, até de natureza política, ficariam em situação de falência;

A própria banca não deixaria de ser altamente afectada, mesmo numa perspectiva marcadamente optimista.

É assim que se justifica, plenamente, a posição que tem vindo a ser assumida pelo Governo em face do problema da quantificação de certos instrumentos de política de crédito no quadro da estabilização económica e financeira que se propõe promover.

A prudência e o critério que nesta matéria têm sido evidenciados pelo Ministro das Finanças merecem, pois, adesão e respeito.

Mas, certamente, sem contracção do volume de crédito e sem actualização das taxas de juro o pretendido objectivo estabilizador do programa económico de 1978 não seria alcançado.

Desde logo, daqui resultará a necessidade — se outras razões não houvesse, e há — para uma apurada revisão do sistema de crédito. A proposta de grandes opções do Plano para o ano corrente indica algumas das linhas gerais dessa revisão. É indispensável que — como está previsto — a mesma tenha lugar com urgência, pois da política monetária adoptada irão, em grande medida, depender os efeitos do programa para 1978 nas perspectivas de médio prazo de desenvolvimento do nosso sector produtivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tradicionalmente, o momento da discussão das propostas de lei do Plano e do Orçamento caracteriza-se por um importante debate político.

Não tem acontecido assim, nas presentes circunstâncias.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Quem diria!

O Orador: — Em parte, isso será devido ao facto de muito recentemente ter tido lugar a discussão do Programa do Governo. É, portanto, natural que os Srs. Deputados oposicionistas se encontrem, em particular, pouco motivados para um reexame das propostas e das políticas que o Governo se propõe executar.

Creio, no entanto, que essa não é razão bastante para explicar o tipo de debate ou de não debate que aqui se tem travado.

E julgo não exagerar se disser que vivemos um momento particularmente delicado da nossa vida institucional e democrática. A delicadeza destes

tempos não pode deixar de afectar todos quantos se sentam nestas bancadas e, nomeadamente, os que ocupam os lugares da Oposição.

Mas se se comprehende a delicadeza do momento, o que não se pode aceitar é que se responsabilize o Presidente da República, ou o Governo, ou a Assembleia da República por aquilo que a Oposição devia ser e não é, por aquilo que a oposição devia fazer e não faz...

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... ou seja, ser clara e formular alternativas.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

Aplausos do CDS e do PS.

O Orador: — Não basta, na verdade, que um Sr. Deputado comunista afirme aqui que as posições críticas do PCP não visam a contestação pela contestação. Ou que diga ser propósito do seu partido «demarcar-se claramente dos que querem desestabilizar».

Registam-se as afirmações mas, sinceramente, gostaríamos de compreender, com clareza, qual é a posição do PCP perante acontecimentos concretos que, com o seu patrocínio directo ou indirecto, têm vindo a ocorrer.

Sindicatos da função pública promoveram greves, recentemente, por duas vezes.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Mas isso é proibido?

O Orador: — Os militantes do PCP apoiaram essas greves. Não está em causa o exercício do direito à greve ...

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Então o que é que está em causa?

O Orador: — ... nem o próprio direito — que fique claro. Mas poderá estar em causa o seu momento e o seu pretexto, num quadro político e económico global. A natureza política dessas greves legitima que façamos esta reflexão, tanto quanto o facto de no apoio às mesmas terem convergido militantes comunistas e sociais-democratas. Será que o PCP, por esta forma, se está a «demarcar claramente dos que querem desestabilizar»?

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Entretanto, sindicatos federados na Intersindical apoiaram, há poucos dias, no Porto, uma importante manifestação de protesto contra o aumento do custo de vida. Militantes do PCP tiveram papel activo na mesma. Não está em causa o exercício do direito de manifestação, nem o próprio direito — que fique claro. Mas como compatibiliza o PCP as suas alegadas intenções pró-estabilizadoras com o apoio dado à referida manifestação?

Aplausos do CDS e do PS.

O Orador: — Ou virá dizer-nos que esse apoio se deve à intenção de retirar a outros a oportunidade de o dar?

Pode o PCP apoiar ou defender as greves e as manifestações que bem entenda. Está no seu direito, no plano da legalidade democrática que nos rege. Mas compreenderá, certo, que o não possamos levar suficientemente a sério quando produz discursos em defesa das instituições ou acusando outros do exclusivo da desestabilização.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, sectores do PSD falam da necessidade de uma antecipação das eleições legislativas, de uma antecipação da eleição presidencial e de uma antecipação da revisão constitucional. Com outras palavras poderiam dizer que pretendem imediatamente uma revisão das instituições, uma revisão do regime, uma revisão do Estado.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não teria isso gravidade de maior se se tratasse de alguém pertencente às margens extra-parlamentares do nosso espectro político. Não é esse, porém, o caso.

Quem o afirma fez parte — e, por vezes, parte entusiástica — do consenso constitucional. Esse consenso caracterizou-se pelo facto de todas as formações políticas representadas no Parlamento terem declarado acatar e respeitar a presente Constituição até 1980 — mesmo quando, como é o caso do CDS, o seu voto tivesse sido, como foi, contrário à aprovação do projecto final da mesma Constituição. Assim, mesmo os que mais frontal e claramente expressaram o seu desejo de mudanças constitucionais, afirmaram, na altura própria e, desde então, até hoje, a sua disposição de não lutar pela alteração de um consenso constitucional mínimo — como aquele a que a vontade da maioria constituinte convidava os Portugueses, em representação destes e por mandato destes.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Esse consenso está quebrado. O facto é, em si, grave, pois representa uma alteração qualitativa muito importante perante os factos firmados e os compromissos assumidos. E não podemos ignorar os reflexos que, no campo do desenvolvimento económico e social, podem resultar dessa nova situação.

Dá-se, porém, a circunstância adjuvante de que os mesmos sectores políticos contribuíram, e em grande medida, para a formação da maioria presidencial. Ora ocorre que, depois das eleições de Junho de 1976, mesmo as formações políticas derrotadas aceitaram o veredito das urnas, criando-se igualmente, quanto à legitimidade do actual Presidente da República, aquilo a que poderemos chamar um consenso presidencial. Hoje, ao reclamar-se a antecipação de eleições presidenciais, quebrou-se também o consenso presidencial.

Mais. O tipo de funcionamento das nossas instituições democráticas determina que só deverá haver

lugar para antecipação de eleições legislativas no caso de manifesta impossibilidade ou dificuldade na formação do Governo. Ora existe, hoje, em Portugal, um Governo legítimo e democrático que, por cima, é também maioritário e dotado de condições de estabilidade.

O Sr. António Macedo (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mas, apesar disso, há quem propõa a realização antecipada de novas eleições legislativas. Ou seja: quem advogue o rompimento de um pacto constitucional e assim quebre o correspondente consenso parlamentar.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Essa agora!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A violação do consenso constitucional, a violação do consenso presidencial e a violação do consenso parlamentar estão aí, como feridas que se desejam abrir no Estado português. É triste reconhecê-lo, mas de nada adiantaria ignorá-lo.

Perante a história e perante o povo cada um assumirá certo as suas responsabilidades.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pelo nosso lado mantemos a confiança.

Uma voz do PSD: — Assim esperamos!

O Orador: — A confiança de que será possível ultrapassarmos o «cabo das Tormentas» que a crise económica para todos nós significa a este novo Bojador que subitamente emergiu por mãos de políticos responsáveis.

A confiança de que será possível trabalharmos para que o nosso povo tenha melhores condições de vida e que a austeridade seja um túnel tão curto quanto possível.

A confiança de que seremos capazes de enfrentar, com êxito, o desafio que a Europa para nós representa.

A confiança de que o necessário aperfeiçoamento das nossas instituições políticas se fará para, reforço da democracia, no tempo devido e de acordo com os factos estabelecidos.

É nesse espírito que votaremos a favor das propostas de lei do Plano e do Orçamento para 1978,

Aplausos do CDS e do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito para pedir esclarecimentos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado Amaro da Costa, uma observação e duas perguntas, necessariamente em estilo telegráfico, visto que o tempo do meu grupo parlamentar já é pouco.

A observação refere-se à primeira parte da sua intervenção e ao balanço que o Sr. Deputado entendeu fazer do debate que aqui tem tido lugar. Reservaremos para uma próxima oportunidade o nosso

balanço e, portanto, também a resposta às considerações feitas pelo Sr. Deputado nesta matéria. Desde já, no entanto, queríamos chamar-lhe a atenção para o facto de que, a propósito da questão de saber se as oposições apresentaram ou não alternativas, após as observações críticas feitas, que o Sr. Deputado considera superficiais, às duas propostas do Governo, creio que no interior da coligação há opiniões ligeiramente diferentes. Já ouvi aqui reconhecer, e já li nos jornais, da parte de membros do Governo, que de facto houve propostas alternativas da parte da Oposição. Não é esse o entendimento do Sr. Deputado Amaro da Costa — é uma questão interna da coligação. Não queria deixar passar em claro o facto sem uma anotação, mas de qualquer maneira é um problema vosso e nós amanhã, quanto ao balanço do debate, daremos a nossa resposta.

Agora as duas perguntas que lhe queria fazer são as seguintes: reconheceu aqui, há dias, o Sr. Ministro das Finanças que o Orçamento que o Governo apresentou à Assembleia da República é o mesmo Orçamento que já tinha sido apresentado pelo I Governo Dr. Mário Soares.

Vozes do PS: — Não é verdade, não é bem assim!

O Orador: — Não tínhamos dúvidas a este respeito, mas naturalmente que o reconhecimento feito por parte do Sr. Ministro das Finanças é importante, tanto mais que ele teve até o cuidado de aduzir razões para justificar que assim tivesse acontecido. Em todo o caso, do Orçamento apresentado pelo I Governo Dr. Mário Soares dizia o CDS que era um orçamento intolerável, mas a este agora considera-o excelente. Como compreender esta reviravolta, como compreender este milagre? É, sem dúvida, uma questão que inquieta a opinião pública.

A segunda questão é esta: o Sr. Deputado considera como factos desestabilizadores, quer as greves da função pública quer a manifestação do Porto de protesto contra o aumento dos preços. Na verdade, Sr. Deputado, em relação à greve da função pública — faço a justiça de reconhecer que o Sr. Deputado sabe bem quais as reivindicações dos trabalhadores da função pública — parece de todo descabido e desestabilizador considerar a greve da função pública como uma greve política. Em relação à manifestação do Porto, se são boas as informações que posso, os próprios manifestantes tiveram o cuidado, através dos cartazes e dos dísticos com que desfilaram, de assinalar claramente que a sua manifestação era contra aspectos concretos da política do Governo, tiveram o cuidado de, ao mesmo tempo que protestavam contra o aumento dos preços, manifestar o seu apoio ao regime democrático em que vivemos e que é fundamental para os trabalhadores defenderm. Mas a questão que o Sr. Deputado levanta é inquietante e preocupante, e é tanto mais quanto um destacado dirigente do CDS e actualmente membro do Governo da coligação também dizia há dias que é necessário discutir menos política e trabalhar mais. Esta frase é, evidentemente, infeliz, porque recorda outros tempos em que se não discutia política nenhuma e nem por isso o progresso e o desenvolvimento do País foram assinaláveis, como bem

sabe. Pelo contrário, fomos remetidos para o último lugar da escala europeia em todos os indicadores económicos fundamentais. Mas estas maneiras de dizer da parte do CDS, quer a do seu colega há dias, em conferência de imprensa, quer a sua agora, são na verdade inquietantes e preocupantes. Qual é a noção que o CDS tem da democracia?

Risos do CDS.

Mais concretamente, Sr. Deputado Amaro da Costa: pensa o CDS que a política que nos é proposta nas propostas de lei do Plano e do Orçamento para 1978 só poderá ser realizada com êxito em estado de sítio, em estado de emergência, ou o Sr. Deputado entende que essa política que defende e considera excelente se pode realizar no pleno gozo, por parte dos cidadãos, das liberdades democráticas?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Amaro da Costa, há mais três Srs. Deputados inscritos para pedir esclarecimentos. O Sr. Deputado pretende responder já ou no fim?

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Prefiro responder já, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Deputado Carlos Brito, tive o cuidado de redigir o balanço que faço sobre este debate em termos dicotómicos, isto é, para cada adjetivo ou substantivo qualificativo do debate eu apresentava duas justificações em alternativa. O Sr. Deputado acolheu as que bem entendeu, tomou as dores de outros. Está no seu pleno direito, já que o Sr. Deputado com certeza não pretenderá o monopólio de falar em nome da Oposição.

Por exemplo, quando eu dizia que o debate foi insípido, na repetição de modelos de referência desajustados da realidade política e económica do País ou na formulação desinteressada de questões para queimar tempo, obviamente aplicava a primeira parte ao PCP e a segunda ao PSD.

Uma voz do PSD: — Ah sim?!

Risos do PS.

O Orador: — Não disse, naturalmente, que o PCP não tivesse apresentado modelos de referência, isto é, alternativas, o Sr. Deputado é que o quis entender dessa maneira. Está assim tão complexado sobre as alternativas que o seu partido apresenta ou tem tão pouca confiança nestas que julga que nós não as entendemos?

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Só que as do Governo já passaram pela prática!

O Orador: — Quanto à questão do Orçamento, Sr. Deputado, não me recordo nunca de ter dito que o Orçamento do I Governo Constitucional apresen-

tado para 1978 era intolerável, não me lembro nunca de ter usado essa expressão, ou quem quer que fosse na minha bancada, até porque esse assunto nunca foi discutido aqui no Parlamento. Talvez o Sr. Deputado tenha forma de sondar os meus rins ou capacidade telepática ou profética para adivinhar.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Há declarações públicas, Sr. Deputado!

O Orador: — De qualquer modo, devo dizer-lhe que o Governo apresentou a esta Assembleia um Orçamento que não é igual ao primeiro Orçamento — é diferente. O Sr. Ministro das Finanças disse que não tinha tido tempo de rever os aspectos relacionados com o sistema fiscal, tanto no que diz respeito aos agravamentos fiscais como no que diz respeito aos desagravamentos fiscais, dada a natureza técnica e muito complexa das operações em causa e, em segundo lugar, dado naturalmente que isso ia provocar quanto às perspectivas de arrecadação de receitas por parte do Estado. Eis como as coisas se colocam nos seus devidos termos e como se demonstra que uma leitura apressada, embora política, mas pouco trabalhada, dá maus resultados.

Quanto aos factos desestabilizadores, não disse em nenhum momento da minha intervenção que a greve da função pública era um facto desestabilizador, ou que a manifestação do Porto era um facto desestabilizador, ou que não houvesse o direito de fazer as greves e as manifestações que os trabalhadores entendam fazer. E nem sequer pus em causa que o PCP tinha até o direito de aprovar e apoiar as greves e manifestações que bem entenda. Claro que o Sr. Deputado Carlos Brito terá um conceito de estabilização porventura um pouco diferente do meu. No momento em que se justifica, por razões da crise económica portuguesa, um aumento de preços, se o Sr. Deputado considera que é estabilizador a convocação de grandes manifestações de massas contra o aumento de preços, está no seu direito de considerar que isso é estabilizador, eu estou no meu direito de discordar ou, pelo menos, de pôr em causa que seja.

Uma voz do PCP: — Então sempre considera as manifestações desestabilizadoras!?

O Orador: — Mas eu não disse que eram. Estou no direito, se quiser, de assim as considerar.

Uma voz do PCP: — Ah! ...

O Orador: — B! ...

Risos.

O que está em causa é saber o alcance que o Partido Comunista dá ao seu propósito de se desmarcar das forças que chama desestabilizadores — isso é que está em causa. Está em causa, por exemplo, saber se o Partido Comunista, se amanhã vier a apoiar uma greve nacional que paralise a produção, considera que isso é uma coisa estabilizadora ou não. É interessante saber-se. Creio que para o debate político é importante que o Partido Comunista diga qual é o seu conceito de estabilização e quais são os métodos que

considera oportunos, em cada momento utilizar em favor da estabilização e em favor da desestabilização.

O Sr. Deputado Carlos Brito, na sua intervenção, teve aliás, o cuidado de esclarecer e eu fiquei agora muito mais esclarecido sobre aquilo que o PCP pensa acerca da estabilização e da desestabilização. Não vou naturalmente, dizer-lhe qual foi a conclusão que tirei, mas, se me perguntar, não tenho qualquer dificuldade em o fazer.

Risos do CDS.

Quanto à noção que o CDS tem de democracia, é, naturalmente, a noção de democracia política, que vem na Constituição, a noção de democracia que vigora nos países da Europa Ocidental, não é, decerto, a noção de democracia que vigora na União Soviética ou em qualquer outro país desse bloco. É tão simples que não valeria a pena perguntar. Estamos entendidos sobre isso.

Quer o Sr. Deputado mais uma prova de que este debate está a ser insípido?

Aplausos do CDS e do PS.

Pergunta, finalmente, o Sr. Deputado se considero que o Programa do Governo se deve aplicar em estado de sítio ou em estado de emergência. Sr. Deputado, puxa-lhe logo a cabeça, não sei como, para coisas catastróficas!!!

Uma voz do PCP: — O Sr. Deputado lembra-se das barricadas?

Vozes do CDS e do PS: — Lembramo-nos muito bem!

O Orador: — O problema que se põe é este: julguei entender — se calhar entendi mal — quando, na sua primeira intervenção, ouvi o Sr. Deputado Veiga de Oliveira, que havia, da parte do vosso partido, um esforço no sentido de compreender as dificuldades que o País atravessa e a encruzilhada difícil em que se encontra. Julguei ter compreendido isso na frase: «Procuraremos demarcar-nos de todas as forças políticas que procurem a desestabilização.»

Há muito tempo que o Partido Comunista não fazia declarações dessa natureza e, como eu costumo seguir com um certo cuidado as vossas declarações e ler com um certo interesse os vossos documentos — não é por paixão, é apenas por obrigação e espírito de trabalho...

O Sr. Lino Lima (PCP): — Mas faz-lhe muito bem!

O Orador: — Naturalmente não tenho dúvida nenhuma de que no combate político conhecer bem o adversário é sempre uma vantagem. Tenho pena de que a nós não nos conheçam melhor, pois talvez nos combatesssem também melhor.

Risos.

Julguei, portanto, compreender na declaração do Sr. Deputado Veiga de Oliveira, quer no plano da linguagem quer no plano das tácticas políticas ou sociais — legítimas, ninguém o põe em causa —,

apoias pelo PCP, que haveria uma inflexão, que haveria uma ponderação em face das condições em que o País neste momento vive. E só por isso que, naturalmente, me permitiu fazer algumas interrogações a mim próprio, a esta Câmara e ao País, sobre o significado prático e o entendimento que o Partido Comunista dá a essas suas expressões, porque, se não houver uma clarificação e uma manifestação concreta do que é que elas significam, nós não poderemos, naturalmente, ter instrumentos políticos para calibrar qual o significado que do seu combate político o Partido Comunista dá. Esse é o sentido. E, Sr. Deputado Carlos Brito, francamente, eu não quereria levar à conta de provocação a pergunta que me faz: se a crise deve ou não ser resolvida no respeito pelas liberdades democráticas.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Vindo de si, nem parece verdade.

Aplausos do CDS e do PS.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, não quis interromper o Sr. Deputado Amaro da Costa, mas queria, no entanto, fazer uma muito breve observação.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — A observação é esta: é que o Sr. Deputado Amaro da Costa, apesar de tudo, não respondeu claramente à minha última pergunta, isto é: se o CDS entende que a política que é proposta e que considera excelente pode ser realizada no pleno exercício das liberdades democráticas. É que aquilo que o Sr. Deputado Amaro da Costa concíui, depois de todas as considerações que produziu, pode levar à convicção de que o CDS advoga uma restrição dessas liberdades, ao menos em termos de fazer campanha política contra o seu exercício. Ora nós entendemos que a democracia se estabiliza e se robustece com o pleno exercício das liberdades...

Vozes do CDS: — Com certeza!

O Orador: — ... e que compete aos trabalhadores, aos cidadãos, aos partidos políticos, que naturalmente terão de ter uma posição responsável sobre a realidade nacional, determinar quais são as formas que não comprometem os objectivos que são de todos os portugueses, isto é, vencer a crise e alcançar a recuperação económica. Não parece que o CDS tenha, a este propósito esclarecido devidamente a sua posição. E era isso que era importante, porque nós estabelecermos uma diferença entre aqueles que se colocam fora do campo da democracia e atentam contra ela e aqueles que actuam dentro da democracia. São os segundos, quanto a nós, que contribuem para o seu fortalecimento, para a estabilização e também para a recuperação económica.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Amaro da Costa pode responder, se assim o desejar.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Afinal, Sr. Deputado Carlos Brito, a provocação não era contra mim, era contra o Governo, porque, no fundo — e ainda bem que quis explicitar a sua questão! — o Sr. Deputado tem dúvidas sobre a possibilidade de o programa de estabilização económica para 1978 ser aplicado com respeito das liberdades democráticas. De outra forma, não teria sentido perguntar-me se acho que é possível que a política que eu apoio — que é a do Governo — é ou não compatível com o exercício das liberdades democráticas.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Sr. Deputado, se não se importa, deixá-lo-ei interromper-me dentro de momentos.

Quero, no entanto, esclarecer que a ofensa que isso pode constituir não me atingirá somente a mim — se fosse a mim até seria irrelevante —, mas, no fundo, implica, por antecipação, um juízo pesado, grave e delicado, vindo da sua bancada, sobre o próprio Governo.

Respondi por mim. O Governo, se quiser, responderá por si.

Sr. Deputado, se houvesse nesta bancada a convicção de que a política económica, perspectivada em termos de estabilização para 1978, implicaria, fosse porque forma fosse, uma limitação ou uma restrição no exercício das liberdades democráticas, pode estar certo de que o meu partido não a apoiaria. Não só não apoiaria essa política, como não deixaria de a combater.

Vozes do PS e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mais: eu faço ao Sr. Deputado a justiça de acreditar que seguiu com alguma atenção aquilo que eu disse. Assim, quando eu sublinhei, da forma como sublinhei, uma frase do Sr. Ministro das Finanças no sentido de que o Governo português estava disposto a chegar a acordo com o Fundo Monetário Internacional, mas não estava disposto a aceitar qualquer acordo, parece-me evidente que quer ele, quando o disse, quer eu, quando o repeti, estávamos justamente a situar-nos nos limites políticos que as opções de política económica sempre envolvem. Isto é — e eu próprio o desenvolvi largamente —, há consciência de que, nomeadamente no campo da política monetária e da política cambial, se se fosse para soluções especialmente drásticas, introduzir-se-iam factores de rotura muito graves no tecido social e económico do nosso país. E tanto mais graves quanto o entendimento acerca do conceito de estabilização política por parte das diferentes formações partidárias for um entendimento *sui generis*.

Não vale, pois, Sr. Deputado, apontar o espantalho de que se sonha com restrições, sejam elas quais forem, ao exercício das liberdades democráticas, porque o que se trata aqui é de saber o que é que cada força política considera que é seu dever fazer em termos nacionais e não apenas em termos do Governo.

Essa é que é a questão. Cada um, naturalmente, assumirá as suas responsabilidades.

Mas o Sr. Deputado Carlos Brito queria-me interromper há pouco. Faça favor.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado Amaro da Costa, era para lhe dizer que as nossas preocupações crescem. E veja o Sr. Deputado como, na verdade, a concepção que o CDS e o Sr. Deputado pessoalmente têm do diálogo, do debate democrático, nos fazem pensar e nos levam a interrogarmo-nos. O Sr. Deputado, em relação a reflexões minhas sobre afirmações suas, classifica-as de provocação. Indo mais longe, diz que a ofensa não visa apenas o Sr. Deputado. Ora eu, nas minhas alegações tinha referido apenas o Sr. Deputado e um outro seu colega da direcção do CDS. Porque considera o Sr. Deputado que isso constitui uma ofensa ao Governo?

Como quer que eu não veja na sua afirmação uma linguagem intimidatória, imprópria de uma Câmara democrática? O Sr. Deputado use o seu direito de réplica, mas não taxe assim de provocação uma pergunta que foi feita com boas razões, pois as suas afirmações, na verdade, devem ser explicadas, isto porque há certas considerações que um líder parlamentar de um partido que apoia o Governo não pode produzir. Refiro-me ao seu julgamento tão severo de acções dos trabalhadores, do exercício dos direitos sindicais por parte dos sindicatos e, enfim, à própria acção dos partidos da Oposição.

Em resumo, queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que o PCP responde pelas declarações que responsável produz na Assembleia da República, entendendo que deve ser julgado pelos seus actos e a sua acção, que é patriótica, na defesa da Constituição, da democracia...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Da Reforma Agrária!

O Orador: — ..., do regime que temos, como está estabelecido na Constituição. Sobre isso não lhe admitimos, Sr. Deputado, reparos nem observações.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Deputado, eu não lhe fiz reparos, mas, naturalmente, do convívio que tenho tido consigo, aqui nestas bancadas, tenho aprendido alguma coisa e a palavra «provocação» não a costumo utilizar eu.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Utilizou-a duas vezes!

O Orador: — Não a costumo utilizar na minha linguagem tradicional. Mas, claro, agora, diante de si — é tal o abuso que o Sr. Deputado dela costuma fazer para qualificar quaisquer afirmações que aqui se fazem acerca do seu partido! —, devo dizer que, por mimetismo puramente presencial...

Risos.

..., me dei ao incômodo de a utilizar.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Que frágil! Deixa-se influenciar assim tanto?!

O Orador: — Aliás, Sr. Deputado, repare que acaba de incorrer no erro que me imputa, afirmando que isto são coisas que não se devem nem podem dizer. Santo Deus! Então o Sr. Deputado diz o que lhe apetece, classifica as minhas intervenções e as intervenções do meu partido, faz juízos de valor e eu não hei-de poder dizer que considero isso uma provocação porque põe em causa a idoneidade do meu pensamento ou a honestidade do meu comportamento? Sr. Deputado, como entender as duas medidas?! Está bem que os senhores as usem quando entenderem, mas aqui, no debate parlamentar!...

Relativamente ao seu comentário à afirmação de um colega meu que teria dito que discutir menos política e trabalhar mais era um imperativo, Sr. Deputado, esta visão maniqueísta que por vezes sobressai de algumas das suas intervenções leva-o de facto a cometer exageros de apreciação notáveis. Entre não discutir política, passar o dia a discutir política, discutir três quartos do dia política, ou um quarto ou metade, o Sr. Deputado não entende nenhuma gradação? Quer dizer, ou se passa o dia inteiro a discutir política ou não se discute política nenhuma, porque meios termos não há!? Quando se diz: «trabalhar mais e discutir menos política», Sr. Deputado, aqui d'el-rei!, esta é a linguagem do antigo regime, aqui está o papão, não se quer discutir política! Santo Deus!

O Sr. Victor Louro (PCP): — Arre, diabo!

O Orador: — Peço desculpa, mas o vosso partido, ateu militante, não devia usar estas expressões.

Risos.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Graças a Deus!

O Orador: — Entendamo-nos. Não se trata aqui de cercear liberdades, nem de cercear direitos, nada disso. Trata-se de fazer um apelo ao bom senso, trata-se de fazer um apelo ao trabalho e à solidariedade nacional em relação aos grandes temas nacionais, trata-se, naturalmente, de exercer os direitos que cada um tem.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Mas não com o papão da desestabilização!

O Orador: — É disso que se trata também: saber qual é o entendimento que o Partido Comunista tem de desestabilização, que, pelos vistos, não é nenhum — é o reino daquilo que lhe apetece fazer em cada caso, mais nada.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Está a ver? Está a ver como temos razão?!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, atingimos a hora regimental. Sucede, porém, que ainda há três Deputados inscritos para pedir esclarecimentos. De duas uma: ou a Câmara quer cumprir a hora regimental e ficam para amanhã essas intervenções, ou a Câmara está disposta a ouvir estes nossos colegas e as respectivas respostas e então temos de prolongar a sessão. Concordam em que se prolongue a sessão?

Pausa.

Não havendo oposição, tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Deputado Amaro da Costa, ao longo da sua intervenção falou insistentemente, e várias vezes, da necessidade de Portugal demonstrar várias coisas e de ganhar credibilidade perante uns tantos países amigos.

Descontando o facto de que a colocação da questão nestes termos nos pode fazer pensar que certos países amigos foram também amigos do regime salazarista, a pergunta é esta: o Sr. Deputado Amaro da Costa não pensa que, antes de tudo é preciso que a Administração Pública portuguesa e o Governo tenham credibilidade junto dos trabalhadores portugueses e do povo português? Não pensa que é essa credibilidade primeira que está em causa, prioritariamente e que só sobre ela qualquer recuperação é possível?

Em segundo lugar, o Sr. Deputado falou-nos aqui do salto tecnológico, daqui para quinze a vinte anos, para que se recupere a crise capitalista que campeia por esse mundo capitalista fora. Eu não quero pôr em causa a sua previsão, mas não percebo muito bem, na perspectiva da política que o Governo apresenta, que é uma perspectiva para sair da crise agarrada, grudada à recuperação dos países amigos, sobretudo capitalistas e imperialistas, como é que nós poderemos sair da crise sem contar com a saída desses países amigos da crise neles existente. Ou será que nós também consideramos a crise com o salto tecnológico só daqui por vinte anos?

Risos do PCP.

Finalmente, o Sr. Deputado Amaro da Costa falou na manifestação do Porto como um sinal de desestabilização e referiu-se à minha afirmação. Eu quero dizer que ela pode ser entendida, não em termos de hermenêutica, mas em termos práticos. Isto é, na actividade diária do meu partido, já referida pelo meu camarada Carlos Brito, é que ela pode ser entendida. Mas não me parece muito curial que faça esse requisitório, pois parece que afinal a política portuguesa gira em volta disto: saber o que é que o Partido Comunista pensa da estabilização e da desestabilização. Creio que isso não tem assim tanta importância!

Uma voz do CDS: — Isso é que tem!

O Orador: — Talvez não seja tanto assim.

Eu queria colocar esta questão: o Sr. Deputado não pensa que o aumento súbito e brusco dos preços, uma restrição súbita e brusca do crédito, com o consequente encarecimento do mesmo, ou outras medidas desse tipo podem ser, a justo título, consideradas desestabilizantes e até causadoras de rupturas insanáveis?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa para responder, se o desejar.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Quanto à primeira questão do Sr. Deputado Veiga de Oliveira — a necessidade de o Governo ganhar credibilidade junto dos trabalhadores, devo dizer-lhe que o Governo tem credibi-

lidade junto dos trabalhadores, pelo que a questão não se põe.

Risos do PCP.

O Governo representa mais de 50 % da população portuguesa, logo mais de metade da população portuguesa apoia o Governo. Logo, se eu raciocino bem, ao responder-lhe em termos eleitorais e parlamentares...

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — A eleição foi há dois anos, Sr. Deputado!

Risos.

O Orador: — Sr. Deputado Veiga de Oliveira, não quero acreditar que também V. Ex.^a advoga a realização de eleições gerais antecipadas!

Risos.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Olhe que não!

Risos.

O Orador: — Então estamos entendidos. Foi apenas um lapso leninista da expressão do Sr. Deputado Veiga de Oliveira!

Risos.

Quanto ao salto tecnológico, esclareço que eu não falei em crise, falei em recessão...

O Sr. Lino Lima (PCP): — Ah! Ah! Ah!

O Sr. Victor Louro (PCP): — Essa linguística!

O Orador: — ..., provocada, o Sr. Deputado saberá isso até melhor do que eu —, sobretudo por questões energéticas e pelo fornecimento de matérias-primas, o que implica, desde logo, um salto tecnológico para se poderem alcançar níveis médios de crescimento da ordem daqueles que na década de 60 se verificaram na área da OCDE, porque desde logo há limitações que aqui estão associadas e têm de ser superadas gradualmente. Simplesmente não comparemos as situações.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Parece que essa consideração está um pouco, digamos, ao nível das revistas de divulgação científica.

O Orador: — Oh, Sr. Deputado! Ainda bem que me diz isso! Fico muito mais descansado. Rectifico imediatamente a minha opinião. Retiro aquilo que disse no meu discurso e concluo que afinal não há recessão nenhuma nos países ditos capitalistas.

Risos.

Não quero incorrer nos males de me cingir às revistas de divulgação científica e, rapidamente, neste

debate ultracentífico e rigoroso, retirarei a referência que fiz e darei razão ao Sr. Deputado.

Estamos, pois, de acordo. Não há recessão nem necessidade nenhuma de salto tecnológico. E por isso, alegremente, cá vamos à procura da ajuda dos países capitalistas, porque dos «outros», devo dizer-lhe, não tenho notícia de ter vindo grande ajuda.

Risos.

Quanto ao requisitório ao PCP, mais uma vez, Sr. Deputado, não ganhe complexos. Eu falei, na minha intervenção, se tanto, dois ou três minutos sobre o PCP. O Sr. Deputado, por artes de berlques e berloques, transformou isto num requisitório ao PCP.

Risos do PCP.

Cada um entende as coisas à sua maneira. Eu não tenho esses complexos. Não tenho complexos de ser inquisitorial ou requisitorial em relação ao PCP. Dedi-quei-lhe uma escassa passagem da minha intervenção no que diz respeito ao comportamento da Oposição, e penso que o PCP ainda é partido da Oposição, e vai ser por muitos anos, graças a Deus.

O Sr. Lino Lima (PCP): — Isso é complexo de superioridade!

Risos.

O Orador: — É complexo de superioridade, pois claro que é. Não é complexo de inferioridade, que esse é muito pior.

Finalmente, o Sr. Deputado pergunta-me se os aumentos de preços são medidas desestabilizadoras.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Podem ser!

O Orador: — Se forem feitos de uma forma que não tenha justificação, se forem feitos sem fundamento, se não tiverem por detrás um apoio sólido, é evidente que sim. Mas suponho que o Sr. Deputado não vai insinuar que os aumentos de preços têm essas características, porque, se o disser, então nessa altura incorrerá na obrigação de o demonstrar, o que não fez.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota, também para pedir esclarecimentos.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que, sem nenhum espírito de controlar as suas presenças nesta Sala, o Sr. Deputado Amaro da Costa esteve bastante tempo ausente do debate. Ora é da sabedoria popular que o balanço feito por quem não está à testa do estabelecimento tem mais erros do que o feito por quem efectivamente participa na gestão.

O Sr. Deputado Amaro da Costa falou em problemas políticos importantes e eu creio que talvez tenha andado também aí um pouco a sacudir a água do capote, naquele espírito de meio termo que às vezes é característico.

Pois será que o CDS já não pretende rever a Constituição? Pois será que o sufrágio impede a crítica? Pois será que não há nenhuma questão no âmbito da coligação? Ou o Sr. Dr. Almeida Santos, ilustre Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, falou precipitadamente sobre as declarações do vice-presidente do Grupo Parlamentar do CDS? Apoia o CDS o Ministro da Agricultura do Governo? Quais são as diferenças de concepção entre este Orçamento e o do ano passado que justificam a diferença de comportamento? O que se mudou nas negociações com o Fundo Monetário Internacional que também justifica a sua mudança de posição, quando ainda no debate que provocou a queda do I Governo Constitucional, do alto da tribuna, o CDS era acusado pelo Sr. Primeiro-Ministro, com o dedo espetado, e em termos de provocar um protesto sentido, e com certeza muito sincero, do Sr. Deputado Amaro da Costa, de querer evitar, a todo o custo, as negociações com o Fundo Monetário Internacional?

São tudo questões que esta Assembleia e todos nós muito ganharímos em ver esclarecidas, porque, quanto à exploração política que tentou fazer do debate, em termos de tentar intervir em questões do meu partido, dir-lhe-ei muito simplesmente, Sr. Deputado, que honra lhe seja feita que ninguém, nesta bancada, lhe inveja qualquer benefício que possa colher do oportunismo e da subserviência.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa para responder, se assim o desejar.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Deputado Magalhães Mota, serei rápido.

O sufrágio universal não impede a crítica — toda a gente tem o direito de criticar o que bem entenda.

Penso ter produzido uma reflexão séria sobre o significado de tomadas de posição políticas de pessoas responsáveis. Considero, e o Sr. Deputado não me contraditou quanto a isso, e *pour cause*, que se violou um consenso constitucional, se violou um consenso presidencial e se violou um consenso parlamentar. Esta análise pode estar incorrecta e pode ser contraditada — agradecia que me demonstrassem. Não me demonstraram e sinto que terão dificuldades em o fazer. Cada um critica o que bem entende — assume as suas responsabilidades, eu assumo as minhas.

Não significa isto tentativa de intervir no que quer que seja que diga respeito ao PSD, mas significa, isso sim, fazer um juízo sobre o facto de sectores não marginais nem extraparlamentares da vida política portuguesa tomarem certas posições de indiscutível alcance nacional e político, porque estou em crer que afectam não apenas o partido — o Partido Social-Democrata —, mas também, necessariamente, o conjunto do País e o próprio sistema democrático, na medida em que sobre eles se projectam.

É uma anáise discutível. Outros terão outra — estarão no seu direito, que não contesto. Peço é que não contestem o meu direito de fazer os juízos críticos que bem entenda e de chamar a atenção para aquilo que me pareça oportuno.

Naturalmente descontarei como exagero de linguagem do Sr. Deputado, fruto de não sei bem o quê,

as referências ao oportunismo e à subserviência que resolveu introduzir no seu discurso.

O Sr. Vilhena de Carvalho (PSD): — E muito bem!

O Orador: — Prefiro não as comentar, porque não costumo rebater ou responder a afirmações dessa natureza, pondo-me ao nível de quem as profere.

Aplausos do PS e do CDS.

Nós nunca tentámos evitar, a todo o custo — nem com custos grandes nem com custos pequenos — as negociações com o Fundo Monetário Internacional. Poderei oferecer ao Sr. Deputado uma edição completa das tomadas de posição do meu partido desde final de Setembro de 1977 até à queda do I Governo Constitucional e gostaria que me indicasse, nesses documentos todos, uma única passagem em que nós nos opuséssemos à realização de negociações com o Fundo Monetário Internacional.

Tenho de memória, porque reli recentemente as passagens em que, concretamente, eu me referi às negociações com o Fundo, a defesa que delas fiz e as objecções que sobre elas também formulei. E foram duas.

A primeira, a circunstância de o CDS não poder responsabilizar-se pelo facto de não estar associado ao processo de negociações.

Em segundo lugar, as dúvidas que nós tínhamos acerca da apresentação, em 1978, de um *deficit* da balança de transacções correntes da ordem dos 35 milhões de contos. Ora, como é evidente, Sr. Deputado, o *deficit* previsto para 1978 no Plano que nos foi enviado em 15 de Março é de 41 milhões de contos e foi rectificado, posteriormente, para 45 milhões de contos, porque, tal como nós prevíamos e dissemos em Novembro passado, efectivamente houve uma subavaliação do *deficit* da balança de transacções correntes no que diz respeito a 1977. E foi nesse quadro que nós apresentámos as mais sérias dúvidas sobre a possibilidade e o realismo de se contrair o *deficit* da balança de transacções correntes para o nível de 35 milhões de contos em 1978. Foi esta a argumentação aduzida — lamento que o Sr. Deputado não se recorde dela.

Quanto à existência ou não existência de problemas no âmbito daquilo a que o Sr. Deputado chama «a coligação», evocando, a propósito, declarações do meu colega Lucas Pires e respostas do Sr. Ministro Almeida Santos, naturalmente eu acredito que o Sr. Deputado gostaria muito — mas, sinceramente, muito — de ver dificuldades no funcionamento da aliança do PS e do CDS. Elas não existem. E, como não existem, o Sr. Deputado e alguns dos seus amigos procuraram ampliar, com uma lente deformante, aquilo que não corresponde à realidade.

O Sr. Deputado Lucas Pires disse e bem que o Partido Socialista é um partido com o seu programa e o seu projecto próprios, tal como o CDS. O Partido Socialista quer o socialismo e o CDS não quer o socialismo. Isso está dito há muito, toda a gente o sabe e não é novidade para ninguém. Que um combate, em termos de longo prazo e em termos de projectos políticos, entre os dois partidos existe, isso

é um facto. Não o admitir era fazer uma injustiça quer ao Partido Socialista quer ao CDS.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Lucas Pires referiu-se à viagem que vai de Coimbra a Viseu, não se referiu, obviamente, à viagem que vai de Lisboa até Coimbra. Isto é, não se referiu nomeadamente ao tipo de funcionamento do Governo actual e ao acordo que existe entre o PS e o CDS.

Quanto às diferenças de concepção quanto ao Orçamento, já há pouco referi, a propósito de uma pergunta do Sr. Deputado Carlos Brito, qual era o nosso entendimento. Eu não tenho, embora não seja socialista, a visão de que o Orçamento é um instrumento *a se*, isto é, um instrumento por si. O Orçamento é, nos termos constitucionais, um elemento integrador do Plano e é o Plano que deve servir de carta de leitura do Orçamento e não vice-versa, porque esse entendimento contrário era o entendimento que, por exemplo, lhe era dado noutras situações e outros regimes. No nosso entendimento a situação é esta: o plano é que utiliza como instrumento a política orçamental — uma determinada política orçamental. É à luz do Plano que a política orçamental tem de ser entendida. Ora é óbvio e manifesto que o Plano que está em discussão não é o Plano que foi apresentado a esta Câmara em 1977. Logo o Orçamento ganha uma luz nova não só pelo facto de ser integrado e lido num contexto de um Plano que se integra num programa de estabilidade para 1978, relativamente ao qual demos o nosso acordo, como porque também se insere, numa perspectiva de médio prazo, dentro de um Plano de 1979 a 1984, cujas linhas gerais de desenvolvimento consta do acordo entre o PS e o CDS.

Saiu-lhe pela culatra o tiro, Sr. Deputado. Lamento-o por si.

Aplausos do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Aires Rodrigues, que dispõe de dois minutos.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — O Sr. Deputado Amaro da Costa manifestou uma grande segurança no futuro da política que apelidou de estabilização. Partiu para isso da indiferença com que decorreu o debate no Parlamento. Mas estará o Sr. Deputado tão seguro de que o vosso plano estabilizador, cujos efeitos os trabalhadores conhecem no dia-a-dia, passará junto deles com a mesma indiferença com que vai passar no Parlamento? Lembro-lhe que os seus amigos do *New York Times*, por exemplo, não partilham do mesmo optimismo.

Referiu ainda o Sr. Deputado Amaro da Costa que a base da estratégia do acordo com o Partido Socialista assentava em dois instrumentos: programa de estabilização para 1978 e Plano a Médio Prazo para 1979-1984. Mas será que a estabilização que o Sr. Deputado propõe integra os objectivos de combater o PS, definidos pelo seu colega de bancada Lucas Pires? E aqui permito-me dizer-lhe, a propósito da resposta que deu ao Sr. Deputado Magalhães

Mota, que as declarações que vêm na Imprensa atribuídas ao Sr. Deputado Lucas Pires não deixam lugar a dúvidas e só um desmentido claro as pode modificar. Daqui qualquer pessoa deduzirá que ou o Sr. Deputado está com as afirmações do seu colega Lucas Pires, e portanto contra o PS, criando assim uma situação de instabilidade no Governo, e portanto a apatia e indiferença são apenas aparentes e a solidariedade do Governo também, ou então está contra as afirmações do seu colega Lucas Pires e se prova que no seio do vosso próprio partido a apatia e indiferença são aparentes e a solidariedade indispensável ao Governo que o Sr. Deputado deseja ainda menor.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa para responder, se assim o entender. Mas, se me permite, lembro-lhe que o CDS, no total, dispõe apenas de quatro minutos e meio.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — É tempo mais do que suficiente para responder ao Sr. Deputado Aires Rodrigues.

Sr. Deputado, eu estou confiante de que o povo português e os trabalhadores em particular saberão entender a política que o Governo propõe ao País. É talvez uma questão de fé — o Sr. Deputado tem uma fé diferente e eu tenho esta. O Sr. Deputado não me conseguirá demonstrar que tem razão, nem eu, porventura, conseguirei, a si, demovê-lo das suas convicções, nem o pretendo.

Quanto a esta história das declarações do Sr. Deputado Lucas Pires, eu ainda há pouco tive ocasião de me referir ao contexto em que as mesmas foram pronunciadas. Mas, se o Sr. Deputado Aires Rodrigues está interessado, eu devo dizer-lhe que aquilo que os jornais trouxeram nem sequer é verdade. No entanto esta história de se estar a fazer desmentidos a propósito de tudo quanto um político diz é uma coisa que dá muito trabalho, e o Sr. Deputado há-de compreendê-lo, porque pode até inclusivamente incitar aquelas pessoas mais mal-intencionadas a porem na boca de outros, malandrices para depois provocarem desmentidos. Eu acredito que não é este o caso, mas o que é certo é que o Sr. Deputado Lucas Pires não falou em o Partido Socialista ser combatido pelo CDS. O que ele disse — e foi mal reproduzido pelo *O Jornal*, dando azo a ilações mal retiradas — foi que havia um combate com o socialismo, o que é uma coisa diferente, como facilmente comprehende, até porque o Sr. Deputado terá certamente concepções sobre o socialismo que não serão propriamente aquelas que outros nesta Sala têm acerca do socialismo.

Vozes do CDS: — Boa!

O Sr. Presidente: — Antes de encerrar a reunião, queria informar os Srs. Deputados dos tempos de que os partidos e o Governo ainda dispõem e que são os seguintes: o Governo dispõe de trinta e sete minutos, o PS de vinte e oito minutos e meio, o PSD de trinta e oito minutos, o CDS de três minutos e meio, o PCP de vinte e cinco minutos e a UDP de vinte e oito minutos.

Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos.

A sessão de amanhã começa, como sabem, às 10 horas.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 25 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alfredo Pinto da Silva.
António Alberto Monteiro de Aguiar.
António Jorge Moreira Portugal.
António José Sanches Esteves.
António Magalhães da Silva.
António Miguel Morais Barreto.
António Riço Calado.
Armando dos Santos Lopes.
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
Benjamim Nunes Leitão de Carvalho.
Carlos Manuel da Costa Moreira.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Etelvina Lopes de Almeida.
Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.
Fernando Tavares Loureiro.
Florêncio Joaquim Quintas Matias.
Florival da Silva Nobre.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.
Gualter Viriato Nunes Basílio.
João Franciso Ludovico da Costa.
João do Rosário Barrento Henriques.
Joaquim Oliveira Rodrigues.
Jorge Augusto Barroso Coutinho.
José Luís do Amaral Nunes.
José Manuel Medeiros Ferreira.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Maria Parente Mendes Godinho.
Luís Abílio da Conceição Cacito.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Luís Patrício Rosado Gonçalves.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel do Carmo Mendes.
Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.
Manuel da Mata de Cáceres.
Manuel Tito de Moraes.
Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.
Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
Maria Teresa Madeira Vidigal.
Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.
Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
Rui António Ferreira da Cunha.
Sérgio Augusto Nunes Simões.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
Amantino Marques Pereira de Lemos.
Américo de Sequeira.
António das Neves Costa.

António Coutinho Monteiro de Freitas.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 António José dos Santos Moreira da Silva.
 António Manuel Barata Portugal.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Eduardo José Vieira.
 Fernando Adriano Pinto.
 Fernando José da Costa.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 Jorge Ferreira de Castro.
 Jorge de Figueiredo Dias.
 José Alberto Ribeiro.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Bento Gonçalves.
 José Ferreira Júnior.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
 José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.
 José Rui Sousa Fernandes.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Henriques Pires Fontoura.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Olivio da Silva França.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Ruben José de Almeida Martins Raposo.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António João Pistacchini Gomes Moita.
 António Simões da Costa.
 Caetano Maria Dias da Cunha Reis.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Carlos Martins Robalo.
 Domingos da Silva Pereira.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Emílio Leitão Paulo.
 Francisco Manuel Farromba Vilela.
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João Manuel K. Gomes da Silva Gravato.
 José Cunha Simões.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 José Manuel Macedo Pereira.
 José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Luís Esteves Ramires.

Narana Sinai Coissoró.
 Rui Garcia de Oliveira.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 José Manuel Paiva Jara.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Severiano Pedro Falcão.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.
 José Justiniano Taboada Brás Pinto.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Aquilino Ribeiro Machado.
 Carlos Alberto Andrade Neves.
 Fernando Gomes Vasco.
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Francisco do Patrocínio Martins.
 Jerónimo da Silva Pereira.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.

Partido Social-Democrata (PSD)

Anatónio Manuel dos Santos Vasconcelos.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 Henrique Manuel de Pontes Leça.
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
 Mário Fernando de Campos Pinto.
 Mário Júlio Montalvão Machado.

Centro Democrático Social (CDS)

Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.
 João da Silva Mendes Morgado.

Independentes

Carlos Galvão de Melo.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO,
José Pinto.

PREÇO DESTE NÚMERO 32\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA